

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ SR(09)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	10
1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	10
2 Objetivos e metas institucionais.....	11
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	11
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	15
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	15
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	16
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	17
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	17
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	19
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	19
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	20
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	26
2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	30
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	35
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	37
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	38
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento ..	39
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	43
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	47
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	49
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	54
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	58
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	61
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	65
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	69
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	70
2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	73
2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	77
2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	89
2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	90
2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	91
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	93
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	94
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	97
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	98
2.3.5.2 Ação 4288 – Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais.....	101
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	102
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	103
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	107
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo.....	108
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	109
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	111
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	113

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	120
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	122
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	123
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	131
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	132
2.3.10 Programa 1433 Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres.....	135
2.3.10.1 Ação 8402 - Documentação da Trabalhadora Rural.....	136
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	138
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	138
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias.....	138
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....	139
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....	140
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	141
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	142
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	145
2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	145
2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	146
2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	147
2.4.2.4 Análise Crítica.....	148
3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	158
3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	158
4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	159
4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	159
5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	161
5.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	161
5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	161
5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.	162
5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	163
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	164
5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	164
5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.....	165
5.3 Composição do quadro de estagiários.....	166
5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	167
5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	167
5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	169
5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	169
5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	170
5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	172
5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	173
6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	174
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	175
6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	175
6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	177
6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	178

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	179
6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	181
6.1.6 Análise Crítica.....	182
7 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	184
8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	189
9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	192
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	192
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	194
11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	196
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	196
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união.....	196
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	197
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	198
11.1.4 Análise crítica.....	199
12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	202
12.1 Gestão de TI da UJ.....	202
13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	204
14 Informações sobre Renúncia Tributária.....	206
15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	207
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	207
15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	209
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	210
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	230
16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	231
17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	233
Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....	234
18 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	234
19 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	235
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.	257
20 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	257
21 RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	258
21.1 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	258
22 ANEXOS.....	259

Índice de tabelas

Tabela 1: Famílias assentadas em projetos de assentamento criados em 2010.....	20
Tabela 2: Vistorias Preliminares, de Avaliação e de estudo de viabilidade com fins de obtenção de imóveis	26
Tabela 3: Vistorias sem fins de obtenção de imóveis rurais.....	27
Tabela 4: Vistorias de avaliação solicitadas pelo Estado do Paraná.....	27
Tabela 5: Vistorias de avaliação com finalidade de Cessão de Uso.....	28
Tabela 6: Vistorias para perícias judiciais.....	28
Tabela 7: Imóveis obtidos	35
Tabela 8: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco I.....	43
Tabela 9: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco II.....	43
Tabela 10: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco III.....	43
Tabela 11: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco IV.....	44
Tabela 12: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco V.....	44
Tabela 13: Descrição dos lotes para Cessão de Uso/doação.....	49
Tabela 14: Projetos de Assentamento com emissão de CCU em 2010.....	50
Tabela 15: Projetos de Assentamento e titulação definitiva.....	52
Tabela 16: Registro de Eventos, Servidores, Participações e hora aula.....	94
Tabela 17: Famílias acampadas assistidas com cestas de alimentos.....	98
Tabela 18: famílias acampadas beneficiadas com cestas de alimentos extra.....	98
Tabela 19: Famílias acampadas assistidas com sacas de feijão.....	98
Tabela 20: Famílias acampadas assistidas com lona plástica	98
Tabela 21: Famílias acampadas cadastradas.....	99
Tabela 22: Comunidades Quilombolas atendidas em 2010.....	103
Tabela 23: Relação de Projetos de Assentamento com PDAs/PRAs em execução.....	125

Índice de ilustrações

Ilustração 1: PA Celso Furtado.....	63
Ilustração 2: PA 8 de Abril.....	63
Ilustração 3: PA Celso Furtado.....	64
Ilustração 4: Procedimentos Administrativos da Regularização de Quilombos.....	105
Ilustração 5: Alunos em aula e apresentação de seminários 07/07/2010.....	116
Ilustração 6: Atividades de tempo comunitade no período de 21 a 23/11/2010, estágio em sala de aula, reunião com a coordenadora pedagógica e no lote familiar com os pais.....	116
Ilustração 7: Alunos em aula da Professora Liana Fuga 09/11/2010.....	116
Ilustração 8: Gráfico 1 - % executada por PA:.....	126
Ilustração 9: Gráfico 2 - % executada por Etapa:.....	126
Ilustração 10: Distribuição Percentual dos Créditos Orçamentários Recebidos por Movimentação Interna.	142

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na DN TCU 107/2010, o **Relatório de Gestão 2010 Individual do INCRA/PR** é composto por três partes: **Parte A – Conteúdo Geral**, composta dos itens 1 a 17; **Parte B – Informações Contábeis da Gestão**, composta dos itens 18 e 19, e **Parte C - Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas**, composta dos itens 20 e 22. O item 21 agrega o conjunto de **Anexos**.

Com relação aos itens 2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias, 2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes, 2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital, 2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência, e 14 Informações sobre Renúncia Tributária - “Não se aplicam à natureza jurídica da UJ”.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional do Paraná SR(09)		
Denominação abreviada: INCRA/PR		
Código SIORG: 1799	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 373067
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: 110-4 – Autarquia Federal		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(41) 3360-6536	(41) 3360-6537
Página da Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Endereço Postal: R. Dr. Faivre, 1220, CEP: 80.060-140, Curitiba, PR		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direto público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília – DF. Estrutura organizacional aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27/03/06 e alterada pelo decreto nº 5.928, de 13/10/06. Publicação da Portaria nº 69, em 20/10/2006. (Nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009)		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU de 03/04/2009.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Vide Legislação no site www.incra.gov.br .		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373067	37201	

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como finalidades:

- promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- gerenciar a estrutura fundiária do país.

II. Objetivos estratégicos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como diretrizes:

- A democratização do acesso à terra, não limitando-a na geração de projetos de assentamento, mas ampliando-a pela regularização fundiária e pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas;
- O aumento da qualidade de vida nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, através da implantação de obras de infraestrutura básica e serviços de desenvolvimento social, produtivo e a inserção na cadeia produtiva da região;
- O cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária, através da fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes ilegalmente ocupados nos Projetos de Assentamento;
- O reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

Em 2010, os esforços desta Superintendência Regional se direcionaram para:

A) Obtenção de terras, através da fiscalização da função social da terra, com vistas ao assentamento de famílias, assim como, a implantação do projeto de assentamento com o cadastro, a seleção e a homologação das famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (PDA).

B) Prevenir e mediar conflitos agrários, garantindo os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas nos mesmos.

C) Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, com ênfase na implantação de infraestrutura básica, como saneamento, estradas e pontes; e na aplicação de Concessão de Crédito Individual às famílias beneficiárias do PNRA, para a construção e recuperação de unidades habitacionais.

E) Propiciar às famílias assentadas condições sócio-econômicas para promover o desenvolvimento sustentável, particularmente com a disponibilização de Assessoria Técnica, Social e Ambiental e do fomento à agroindustrialização e comercialização, visando a criação/consolidação de condições de autossustentabilidade e de inserção em cadeias produtivas, contribuindo para a implantação de uma nova matriz tecnológica baseada na produção sustentável de alimentos e

matérias primas.

F) Dar continuidade às ações de cadastro da malha fundiária e georreferenciamento de imóveis rurais, assim como, as ações de regularização fundiária dos imóveis rurais localizados tanto dentro como fora da faixa de Fronteira Internacional do Paraná;

G) Promover a demarcação definitiva dos lotes dos Projetos Assentamento, condição necessária para viabilizar o processo produtivo e o desenvolvimento sustentável.

H) Assegurar a conservação do meio ambiente, através do manejo dos recursos naturais e do licenciamento ambiental, como instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua na qualidade de vida dos assentados;

I) Garantir o acesso à educação formal, ampliando o nível de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - PRONERA, possibilitando aos assentados escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento, valorizando e promovendo a integração de saberes novos e tradicionais adequados às características da produção familiar, visando à construção de uma matriz produtiva baseada na agroecologia;

Para o cumprimento da missão do INCRA, foram formatados sete programas finalísticos (ver tabela a seguir) que norteiam todo o processo de acesso à terra, ao desenvolvimento de assentamentos auto-sustentáveis, à educação voltada à realidade do campo, à solução e combate dos conflitos existentes na disputa pela terra e seus recursos naturais, à devolução aos remanescentes de quilombos do direito à propriedade, e ao gerenciamento da malha fundiária do Brasil. Estes programas são:

PROGRAMAS E AÇÕES FINALÍSTICAS DO INCRA		
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
(0135) ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	8384	CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
	8387	VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
	8374	LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTEMENTO DA REFORMA AGRÁRIA
	4460	OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(0137) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	8396	IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA EM P.A.
	8398	DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	4320	FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO - TERRA SOL
	4358	TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	10Y N	CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGR
	2B06	MANEJO DE RECUSROS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

	0427	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(0138) GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	2105	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL
	4426	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA NACIONAL
	2110	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS
	8380	RETOMADA DE TERRAS PÚBLICAS
	8378	ACÕES PREPARATÓRIAS PARA DESTINACÃO DE TERRAS PÚBLICA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(1120) PAZ NO CAMPO	2109	ASSITÊNCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURÍDICA A FAMILIAS ACAMPADAS
	4288	CAPACITAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS
(1336) BRASIL QUILOMBOLA	1642	RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULACÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
	0859	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AOS OCUPANTES DAS TERRAS DEMARCADAS E TITULADAS AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
(1350) EDUCACAO DO CAMPO - PRONERA	4474	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO
	6952	CONCESSÃO DE BOLSAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSITÊNCIA TÉCNICA, PEDAGÓGICA E SOCIAL
	8370	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRÁRIA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(1427) ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRIC. FAM.	4470	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - ATES
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Existem também dois programas meio, sendo um de gestão de políticas públicas, e outro de apoio administrativo, conforme a tabela a seguir:

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES MEIO		
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
(0139) GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACÃO E REQUALIFICACÃO
(0750) APOIO ADMINISTRATIVO	2000	ADMINISTRACÃO DA UNIDADE

Através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA atua em conjunto nos Mutirões Itinerantes de Documentação.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES MEIO

Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
(1433) CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	8402	DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

Para o exercício de 2010, as metas físicas foram sugeridas pela Superintendência Regional do Paraná, de acordo com:

- as diretrizes do INCRA/SEDE;
- a capacidade operacional da Superintendência Regional, mantivemos em 2010 praticamente a mesma capacidade operacional de 2009, mas com demanda crescente de atendimento aos assentados dos projetos de assentamento e dos acampados;
- as atividades continuadas, como a manutenção dos serviços à sociedade, como o cadastro de imóveis rurais, a respectiva emissão do CCIR – Certificado de Cadastro Rural, emissão de certidões de cadastro rural, para fins de aposentadoria rural, certificação dos imóveis rurais, a regularização de imóveis, através da ratificação;
- Convênios em andamento;
- as prioridades estabelecidas pela Superintendência Regional, com ênfase no desenvolvimento dos projetos de assentamento já existentes, com atendimento das famílias com a disponibilização de crédito instalação, educação no campo, assistência técnica e capacitação dos assentados, projetos de agroindústrias e implantação de infra-estrutura básica.

As metas físicas foram estabelecidas pela administração do INCRA/SEDE com sede em Brasília, da mesma forma, levando-se em conta o custo unitário dos produtos por ação, e os limites orçamentários para cada programa e ação.

Cabe informar que em junho de 2010 foram elaboradas Memórias de Cálculo da meta física e do orçamento necessário, através da Capacidade Declarada (operacional), para cada ação em que a Superintendência tinha a previsão de atuar em 2011.

Mas em virtude do Decreto 7.446/2011, deixaremos de informar neste Relatório de Gestão a **Meta para 2011** nos quadros de **Execução Física das ações realizadas pela UJ**, pois será um ano atípico em que apesar das demandas crescentes da sociedade, o INCRA que é um órgão executor, não terá condições de atuar em todas as atividades previstas, devido ao Corte Orçamentário e até que seja elaborado a Programação Operacional para cada Superintendência Regional, não temos como reprogramar as atividades para o exercício de 2011.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária compete coordenar e supervisionar a execução das atividades de Cadastro Rural, de Cartografia, de Regularização Fundiária e de Regularização dos Territórios Quilombolas.

As orientações instituídas pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, foram as seguintes:

- Execução de todas as Metas de Regularização Fundiária (115.000 Títulos), Ratificação de Títulos e Geo Cadastro assumidas através dos Planos de Ação, Programação Orçamentária, Convênios e demais Instrumentos formalizados;
- Atualização do SNCR e I3GEO com todas as informações literais e gráficas obtidas nas ações de regularização fundiária;
- Enfrentar o passivo de processos de Certificação de Imóveis Rurais protocolados nas Superintendências;
- Implantar nova Metodologia de Análise dos Processos de Certificação;
- Priorização dos Serviços de Georreferenciamento vinculados a Regularização Fundiária e Quilombola;
- Digitalização do Acervo Fundiário nos Estados;
- Garantir a continuidade da Emissão de CCIR, via Web
- Projeto de Reforma Cadastral e Estruturação do CNIR
 - Apresentação do projeto para os Demais Parceiros;
 - Finalização do sistema de operacionalização do CNIR (Módulo Físico);
- Capacitação do Manual de Cadastro Rural das Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs;
 - Ampliação das Parcerias com as Prefeituras para Instalação das UMCs;
 - Consolidar a Utilização do Programa Gerador de Dados – PGD/SNCR.
- Avaliação e Pagamento das Áreas Decretadas em 2009 de Regularização de Territórios Quilombolas;
 - Publicação dos Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTIDs, cujos laudos antropológicos já estão concluídos nas Superintendências;
 - Consolidação dos Termos de Cooperação Técnica com 6 Universidades Federais (Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco);
 - Finalização e funcionamento do SISREQ (Sistema de Informação de Regularização Fundiária de Quilombos);

Na SR, em 2010, foram dados continuidade aos cursos para os representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, conforme Termo de Cooperação Técnica entre INCRA/PR e as Prefeituras Municipais e a sua supervisão “*in loco*”. Além da recepção, análise e atualização cadastral dos formulários de Atualização Cadastral de Imóveis Rurais recepcionados na Sala da Cidadania e na Rede de UMC’s, no final do exercício, instituímos a força tarefa para a análise cadastral dos Processos de Certificação de Imóveis Rurais, Lei N° 10.267/01. O diferencial nesta área foi de que a partir de dezembro de 2009, é possível emitir o CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, através da rede mundial de computadores, pelo proprietário ou representante legal, no site do INCRA, consolidando ainda mais o atendimento aos detentores de imóveis rurais. Também foram efetuados deslocamentos em áreas nas quais o INCRA expediu autorizações com relação à Lei N° 62.504/68 (desmembramento abaixo da fração mínima de parcelamento para fins não agrícolas) e pela Instrução Normativa/INCRA/N° 17B (loteamento rural), para verificação da situação destas áreas.

Na Cartografia, cuja principal função é atender a demanda das demais divisões, no setor de Geomensura, foram dadas prioridades para a fiscalização dos contratos de Demarcação Topográfica (0137-8398) pelos topógrafos desta Superintendência Regional e fiscalização de obras de infraestrutura (8396), dar suporte ao Ambiental (0135-8374), para levantamento das feições para elaboração de mapas temáticos, a participação de servidores em forças tarefas de análise de Processos de Certificação de Imóveis Rurais na Superintendência Regional do Mato Grosso. Considerando o número escasso de servidores para análise de processos da própria SR, foi necessário no final do exercício uma força tarefa com servidores da Superintendência e das Unidades Avançadas. Além dos trabalhos de topografia para os processos de vistoria de imóveis rurais (0135-8387) e Cessão de Uso de áreas em Projetos de Assentamento para bibliotecas comunitárias entre outros, pela ação 0137-4358. Na área de geoprocessamento, cuja principal atividade é de elaborar plantas, memoriais descritivos de acordo com as demandas de outras divisões para atender as ações 8387, 8398, 4358 e de mapas de uso do solo, de declividade ou mapas temáticos, para atendimento às ações de Licenciamento Ambiental (8387, 8374, Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos e Projetos de Recuperação de Assentamentos (1427-4470)) e a finalização do processo de georreferenciamento da Fazenda Modelo, com a entrega do Relatório Técnico.

Na Regularização Fundiária, podemos dividir em regularização de imóveis dentro da faixa de fronteira internacional e fora da faixa. Na faixa de fronteira internacional, havia a necessidade de publicação de nova Instrução Normativa - IN, sem o qual os trabalhos não puderam ser concluídos. Porém, mesmo sem a IN, os trabalhos de cartografia, de atualização cadastral dos imóveis e a análise dos processos já protocolados foram realizados, conforme detalhado na descrição da ação 2110.

Na Regularização dos Territórios Quilombolas, além dos procedimentos para dar continuidade ao Processo de Regularização da Comunidade Paiol de Telha, que teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado no final de 2009, os esforços se concentraram para a publicação do RTID da Comunidade João Surá.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras, tem as atribuições de coordenar e supervisionar a execução das atividades de Obtenção de Terras, Implantação de Assentamentos e de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Em 2010, no Serviço de Obtenção de Terras, os esforços se concentraram na obtenção de áreas com processos bastante adiantados, como as que foram efetivamente adquiridas, através de compra e venda, desapropriação e via adjudicação. Com destaque para os imóveis Guairacá e Pininga em Londrina, cujo Decreto da Portaria de Criação dos Projetos de Assentamento Eli Vive I e Eli Vive II, com capacidade de assentar 541 famílias.

Na Implantação de Assentamentos, cuja principal atividade é a de cadastrar, selecionar e homologar as famílias candidatas a beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, os esforços se concentraram em concluir os trabalhos referentes à Norma de Execução/INCRA/DT N.º 70, publicada em 12/05/2008, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do PNRA e cadastrar, selecionar e homologar as famílias beneficiárias nos novos Projetos de Assentamento Decretados em 2010, com o objetivo de diminuir o número de trabalhadores rurais acampados.

No Ambiental, em que duas ações são geridas nesta Superintendência, o Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária (0135-8374) e o Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (0137-2B06), os trabalhos foram concentrados no protocolo de licenças prévias – LP e de instalação e operação LIO de Projetos de Assentamento, na fiscalização do contrato de elaboração de Projeto Básico Ambiental – PBA e nas atividades

recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal e demarcação topográfica de reserva legal.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das atividades de infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos, de Educação e Cidadania.

As orientações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento para o exercício de 2010 foram:

- Os novos projetos de Assistência Técnica, o PRONATER, a partir da aprovação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.
- A Programação Operacional das Superintendências Regionais – SR deve levar em consideração o número de famílias assentadas entre 2003 e 2009, a capacidade de execução da SR e a demanda de apresentada pela SR no processo de planejamento.
- A Ação de infraestrutura, considerada prioritária na LDO 2010, teve a definição do montante repassado para as SR, de acordo com o número de famílias assentadas entre 2003 a 2009, por SR, a média de execução no período de 2008 a 2009 e o montante da demanda orçamentária apresentada pelas SR
- Priorizar a aplicação dos recursos já depositados em conta corrente, referente ao Crédito Instalação (0137-0427).

A Divisão de Desenvolvimento da SR(09) priorizou o acompanhamento, a supervisão e aplicação dos Créditos Instalação já depositados nas Contas Correntes foi priorizado, além de atender novas famílias com novos créditos.

A finalização dos convênios de infraestrutura para as obras iniciadas em exercícios anteriores e a análise para novos convênios foi focada também.

Na demarcação definitiva dos lotes dos Projetos de Assentamento, a fiscalização do contrato que previa o atendimento a 3.286 famílias foram priorizada pelo Serviço de Cartografia da SR(09), além do processo licitatório para a demarcação de outros lotes de PAs.

No Programa de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, através do convênio com a EMATER atende 11.837 famílias em 216 Projetos de Assentamento do Paraná.

Uma ação com muito potencial para o desenvolvimento dos projetos de assentamento é o Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – TERRA SOL (4320). Em 2010, estavam em andamento 3 convênios, mas por falta de recursos financeiro, alguns trabalhos não puderam ser iniciados efetivamente, conforme detalhamento na descrição da ação.

Um problema que afetou muitas ações desta divisão foi a falta de recurso financeiro, atrasando o pagamento de convênios, como o convênio das ações 10YN e do ATES (1427-4470).

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração tem como atribuições coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Serviços de Desenvolvimento Humano, de Contabilidade, de Administração e Serviços Gerais e de Orçamento e Finanças.

Para o exercício de 2010, a Diretoria de Gestão Administrativa (DA) do INCRA/SEDE instituiu as seguintes diretrizes no âmbito da:

- Racionalização dos gastos e controle de despesas.

- Investimentos (equipamentos, material permanente e obras), sendo que os Recursos ficam centralizados em Brasília e a Programação deve ser encaminhada ao INCRA/SEDE, com critérios propostos pela DA e mediante disponibilidade orçamentária.
- As Contratações de serviços não previstas na PO – 2010: Somente poderão ser celebradas com prévia anuência da Diretoria de Gestão Administrativa – compatibilizadas com a disponibilidade orçamentária.
- Despesas contratuais: Deverão ser programadas no exercício por natureza de despesa, estimando, inclusive, os reajustes e possíveis reequilíbrios econômicos, via cronograma e deverá ser encaminhada à DAF (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças no INCRA/SEDE).
- Patrimônio – Inventário Especial: Promover a compatibilização entre os bens registrados e os bens existentes, considerando as inconsistências apresentadas nos balanços patrimoniais, no INCRA/Sede, em Brasília e em todas as Superintendências Regionais, com Equipes compostas por técnicos requisitados das Superintendências Regionais.
- Llicitação: V Congresso Brasileiro de Pregoeiros (Foz do Iguaçu - 15 a 18/03/2010): Promover a participação de pelo menos um pregoeiro de cada uma das Superintendências Regionais, com o objetivo de melhorar a formação dessa categoria de profissionais.
- Fórum de Pregoeiros: Intensificar e estimular a utilização do Fórum de Pregoeiros existente no INCRA (criado a partir de 2008).
- Adesão ao Sistema de Registro de Preços do sistema de rastreamento dos veículos via GPS.

Na SR, seguimos a orientação da Diretoria, encaminhando para o INCRA/SEDE a programação anual dos gastos mensais, tanto de pagamento de contratos de serviços e de materiais, sendo a descentralização de crédito orçamentário realizada de acordo com esta programação. Buscamos a contenção de despesas, com a continuidade dos trabalhos do Comissão de Coleta Seletiva Solidária, visando a conscientização dos servidores e demais funcionários terceirizados, para o uso racional do copo descartável, do papel, da luz e da água. Tivemos a participação de uma das servidoras da Divisão no Grupo de Trabalho instituído para promover o inventário especial, tanto na Sede, quanto em outras regionais. Os processos licitatórios da área de serviços segundo a IN/MPOG Nº 2/2008 e suas alterações, mostrou-se desafiador, tanto na área de serviços de limpeza e vigilância, quanto na de Tecnologia da Informação.

Em relação à Prestação de Contas de Convênios, através de Ordem de Serviço, uma equipe multidisciplinar de análise de prestação de contas de convênios foi instituída, visando acabar com o passivo de convênios “A aprovar”.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família assentada (unidade)	1.092	1.107	101,4	

Fonte: PPA 2008-2011, SIPRA - Relatório 229

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
51.015,00	70.484,59	61.465,51	87,20	61.465,61	87,20	61.465,64	87,20

Fonte: PO2010, SIAFI

Esta ação visa principalmente cadastrar as famílias candidatas a beneficiárias ao Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA, e no ano de 2010 foram cadastradas 1.222 famílias, distribuídas em 12 acampamentos no Estado. Após o cadastramento das famílias, é efetuada a inclusão das mesmas no Módulo Candidato do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA. Na seqüência, os nomes das famílias digitadas são enviados para pesquisa de antecedentes criminais na Secretaria de Segurança do Paraná e realizados os batimentos com o

Cadastro Nacional de Informação Social - CNIS em Brasília. Com o cadastro dos candidatos que não possuem restrições, é feita a seleção e a classificação, para posterior homologação dos aprovados no SIPRA, levando-se em conta a capacidade de vagas no assentamento, passando os mesmos a categoria de beneficiários. Este trabalho implica no deslocamento de equipes técnicas a campo, para realizar o cadastro das famílias por inscrições, a coleta da informação, a legitimação das famílias selecionadas, e inclusive, quando necessário, o transporte das famílias beneficiárias para os assentamentos definitivos, assim como para viabilizar a documentação das famílias.

Considera-se família assentada aquela que passou pelo processo de cadastramento, seleção, legitimação e homologação, estando inserida SIPRA. O assentamento das famílias também é realizado em imóveis já obtidos pelo INCRA, assim quando há ocorrência de vagas em projetos de assentamento anteriormente criados.

Em 2010 foram homologadas 1.107 famílias, das quais 697 foram assentadas em 6 Projetos de Assentamento criados neste exercício, conforme quadro a seguir:

Tabela 1: Famílias assentadas em projetos de assentamento criados em 2010.

Projeto de Assentamento	Município	Forma de Obtenção	Nº de Famílias Assentadas
Eli Vive I	Londrina	onerosa	426
Eli Vive II	Londrina	onerosa	55
Valmir Mota de Oliveira	Cascavel	onerosa	89
Sebastião da Maia	Querência do Norte	onerosa	65
Companheiro Keno	Jacarezinho	onerosa	52
8 de Outubro	Candói	via adjudicação	10
TOTAL			697

As 410 famílias restantes foram homologadas em 87 projetos de assentamento já existentes, em substituição às famílias desistentes. O demonstrativo do total de famílias assentadas nos respectivos Projetos de Assentamentos, neste exercício, encontra-se no Anexo I.

A Programação Orçamentária 2010 previa para a SR(09) o assentamento de 1.092 famílias, que foi cumprida em 101,4 %. Ressaltamos que a meta física para assentamento de famílias através de obtenção onerosa era de 642 famílias, via retomada de lotes correspondia a 350 famílias e em terras públicas, a meta física era de 100 famílias. Dos Projetos de Assentamento criados em 2010, os Projetos de Assentamento Eli Vive I e II, Valmir Mota de Oliveira, Sebastião da Maia e Companheiro Keno foram obtidas de forma onerosa, isto é, com a emissão de Títulos da Dívida Agrária e pagamento de indenização de benfeitorias, por outro lado, o imóvel correspondente ao PA 8 de Abril foi transferido ao INCRA por adjudicação.

Além desta atividade, neste exercício foi concluído o trabalho da Ordem de Serviço/INCRA/SR(09) N° 31/2009, referente à Norma de Execução/INCRA/DT N.º70, publicada em 12/05/2008, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do PNRA. Esta Ordem de serviço expirou em 10 de dezembro de 2010, data em que foi apresentado o relatório conclusivo das atividades da Coordenação da NE 70, conforme apresentado a seguir:

A Controladoria Geral da União – CGU, através da análise das informações cadastrais no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e o cruzamento com as bases de dados governamentais detectou inconsistências nos procedimentos de seleção de beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária, levando a elaboração da Norma de Execução/INCRA/DT N.º70 publicada em 12/05/2008, para corrigir as inconsistências apontadas.

A publicação da Norma de Execução, ensejou na criação da Coordenação Regional do Estado do Paraná através da Ordem de Serviço – INCRA/ SR(09)Nº49/2008, revogada em 2009 pela Ordem de Serviço – INCRA/ SR(09)Nº31/2009. A Coordenação Regional do Estado do Paraná, apresentou **Relatório de Execução** das atividades inerentes à NE /INCRA/DT N.º 70.

A CGU identificou 7.131 registros de inconsistências de beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária no Estado do Paraná, sendo 6.656 na Situação Código 12 - Inconsistências de CPF e 468 na Situação Código 13 - Inconsistências de Seleção.

Considerando que as identificações das inconsistências foram encaminhadas em tempos distintos, para a melhor execução dos trabalhos foram adotados os seguintes parâmetros:

- a) FASE I – Situações de inconsistências de elegibilidade na seleção em batimentos realizados pela CGU a partir de março/2008;
- b) FASE II – Beneficiários sem identificação de CPF no SIPRA, cujo batimento foi realizado após a regularização no mesmo, em meados de dezembro/2008;
- c) FASE III – Novo batimento realizado a partir de julho/2009.

Situação Código 12 – Inconsistências de CPF

As inconsistências de CPF no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA tiveram origem da sistemática utilizada anteriormente na Inscrição de Candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária em que o cônjuge ficava na condição de dependente do titular e o Contrato de Assentamento constava apenas o nome do titular e consequentemente a documentação do mesmo.

Com o apoio da Receita Federal, que disponibilizou servidores para auxiliar nas atividades, foi realizada pesquisa no Sistema daquela Instituição e obtido grande parte das informações necessárias para atualização no SIPRA, bem como foi solicitado aos supervisores de Projetos de Assentamentos a busca de cópia da documentação pessoal dos beneficiários, que foi utilizada na composição dos processos individuais, alimentação do Sistema e correção das 6.656 inconsistências identificadas.

Situação Código 13 – Registro Suspenso em virtude de Notificação ao Interessado

A Coordenação Regional da NE 70/2008 da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Paraná procedeu as notificações aos beneficiários, verificando as situações “*in loco*” para análise individualizada no seu detalhamento. Juntamente com a entrega da notificação foi realizada vistoria com o preenchimento do Formulário de Vistoria NE 70 contendo as informações da ocupação e exploração do lote do beneficiário notificado, fotos da moradia e lavoura, bem como demais informações coletadas junto as Instituições públicas e privadas visando realizar análise fundamentada das situações.

Tal procedimento não foi adotado nos casos dos assentados do Programa Cédula da Terra, em atendimento a mensagem eletrônica da DTI – Coordenação datada de 06 de outubro de 2009, em que solicitou a retirada ou inibição dos relatórios da NE 70/2008 os Projetos Código 5 – PCT.

Foram emitidas 446 notificações de beneficiários identificados pela situação Código 13. Sendo a maioria das notificações referentes às inconsistências na situação de “servidor público”, foram formalizados ofícios encaminhados às Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais de Vereadores, Secretaria de Educação do Estado do Paraná, PARANAEDUCAÇÃO solicitando informações a respeito do exercício da função pública. Em relação aos beneficiários notificados como “sócio de empresa” foram enviados ofícios para a Junta Comercial do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito de registro de empresas ou estabelecimentos comerciais em nome de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A partir do recebimento das justificativas, documentações e relatórios das vistorias das parcelas, que foram devidamente juntadas aos processos individuais, iniciaram-se as análises das situações identificadas como inconsistentes da RB-I 13.

Durante o processo de análise foi levada em consideração, especialmente, a moradia e a exploração do lote, verificando se o beneficiário atendia estas condições e a partir daí as inconsistências identificadas.

Tal parâmetro foi utilizado porque, se identificados que os assentados não residiam ou exploravam a parcela, havia aí a configuração de irregularidade insanável, motivo para retomada da parcela.

Constatada a efetiva moradia e exploração do lote, o tratamento adotado foi de maneira diferenciada para cada situação, com a análise das justificativas apresentadas pelos notificados.

Nos casos de “servidores públicos municipais”, foram analisadas as informações fornecidas pelas Prefeituras Municipais, quanto ao cargo ocupado, regime e local de trabalho, carga horária e salário mensal. Quanto aos “políticos eleitos” também foram confirmadas as informações com as Câmaras Municipais de Vereadores.

No que tange aos “servidores públicos estaduais”, o mesmo procedimento foi adotado, com informações obtidas junto a Secretaria de Estado de Educação e ao PARANAEDUCAÇÃO.

Diversas justificativas foram apresentadas pelos notificados que exercem função pública, sendo que as mais pontuadas foram: que o fato de exercerem função pública não os impedem de ocuparem e explorarem adequadamente a parcela; que a renda obtida com tal atividade ajuda da manutenção e investimento no lote; que o fato de serem assentados não deve impedir o crescimento dos mesmos; que já exerciam a função pública quando assentados pelo INCRA.

Desta forma, foram procedidas as análises considerando a heterogeneidade das condições encontradas, verificando a compatibilidade do regime de trabalho com a moradia e exploração da parcela, a vocação agrícola do beneficiário e a remuneração mensal. Neste contexto, foi possível perceber, pelo menos em grande parte, que apesar de estarem exercendo funções no serviço público, os beneficiários se tratam de pessoas de raízes agrícolas ou ligadas ao trabalho direto com a terra, que a renda obtida auxilia na manutenção da unidade familiar e, principalmente, que não os impede de ocuparem e explorarem a parcela.

Dentre os identificados como “servidores públicos” nos deparamos com notificados que não são beneficiários de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária em que o INCRA é o executor do Programa, e sim de beneficiários de Projetos de Assentamento do Estado do Paraná, do Programa Cédula da Terra e de Reassentamentos da Copel e da Eletrosul, sendo que o INCRA apenas reconheceu os mesmos para acesso das famílias ao PRONAF A, PRONERA, Serviços de Ates ou PROCERA.

A análise das situações acusadas como “sócio de empresa” foi através de consulta à Junta Comercial do Estado do Paraná e no sitio da Receita Federal, constatando que a grande maioria se tratava de Presidentes de Associações do Assentamento ou participantes de diretoria de Cooperativas de Agricultores, não remunerados pelo cargo ocupado, não infringindo, portanto o Decreto 59.428/66, Art. 64, alínea “b”.

Quanto aos beneficiários identificados com “Contrato de Trabalho Regido pela CLT” foi solicitada a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho ou, ainda, comprovação junto ao CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, caracterizando que grande parte dos notificados tinha seu contrato de trabalho rescindido.

Apesar de sabedores de que prevalece como critério a interpretação dos dispositivos legais **“à luz dos princípios, direitos e garantias fundamentais, dentre esses a dignidade humana”**, a existência de entendimento diverso quanto aos encaminhamentos das situações encontradas, esta Coordenação, após análise fundamentada e individualizada, submeteu os procedimentos administrativos para manifestação da Procuradoria Federal Especializada – INCRA.

Dentre as 468 inconsistências identificadas, 92,6 % se tratam de beneficiários de Projetos de Assentamentos do INCRA, 3,0 % de Projetos de Reassentamentos de Barragens (PRB) e Projetos do Estado (PE) e 4,5 % do Programa Cédula da Terra (PCT).

Dos 228 casos de beneficiários de Projetos de Assentamentos do INCRA que apresentaram a situação de servidor público, 85 exercem o cargo de professor(a), 8 agente comunitário de saúde, 72 se dividem entre os cargos de auxiliar serviços gerais, merendeira, atendente de creche e outros, e 63 já estavam exonerados de suas funções ou com contratos de trabalho rescindido.

As situações de Político Eleito se referem a 21 beneficiários com o cargo de vereador e 01 de Vice Prefeito Municipal.

Foram identificados pela Controladoria Geral da União 68 casos de Sócios de Empresas, sendo que 63 se tratavam de assentados ocupantes de cargos de diretoria de Associações de Assentamentos ou Cooperativas, sem remuneração e 05 de sociedades em estabelecimentos comerciais no Assentamento ou próximo dele.

Do universo de 468 situações 14,6 % já não apresentavam mais a inconsistência identificada pela Controladoria Geral da União, uma vez que se tratava de beneficiários que haviam desistido dos lotes, alguns inclusive já constavam no SIPRA como “desistentes” quando dos trabalhos daquela Controladoria.

Outra constatação é que 7,5 % das identificações de inconsistência se referem a famílias que se encontravam homologados no Sistema, mas que nunca chegaram a ser efetivamente assentadas pelo INCRA, inclusive sem procedimento administrativo formalizado, que possivelmente eram acampados ou moradores da comunidade que somente haviam realizado o Cadastro de Candidato ao PNRA.

Após conclusão da análise foram procedidos no SIPRA o Deferimento e o Indeferimento das seguintes situações:

I – Deferimento - 83,5 %

- a) beneficiários que deixaram de apresentar a situação de inconsistência identificada.
- b) manutenção da elegibilidade do interessado e a sua consequente permanência na condição de assentado após apreciação e manifestação da Procuradoria Jurídica com a decisão final do Senhor Superintendente Regional.

II – Indeferimento - 14,6 %

- a) beneficiários que não mais se encontravam nos Projetos de Assentamentos.

III – Em Análise - 1,9 %

- a) Casos de beneficiários cujas irregularidades foram consideradas por esta Coordenação e pela Procuradoria Federal Especializada - INCRA como insanáveis e se encontram sob análise para decisão do Senhor Superintendente, que correspondem a 1,9 %.

Concluída a primeira etapa, de regularizar no SIPRA as situações de pessoas beneficiárias do PNRA com inconsistências de CPF, foram procedidas as notificações para apresentação de justificativas aos beneficiários com inconsistências por elegibilidade aos critérios de seleção. Paralelamente, foram realizadas vistorias nos lotes a eles destinados, juntamente com a tiragem de fotos e a coleta de informações e documentos visando a máxima efetivação dos princípios que norteiam o PNRA. Tais vistorias foram de fundamental importância, pois trouxeram situações ocupacionais diversas como: beneficiários que nunca foram efetivamente assentados, beneficiários desistentes, lotes não ocupados ou explorados pelo beneficiário, lotes explorados por preposto e, principalmente, lotes adequadamente ocupados e explorados pelos beneficiários.

Cabe salientar que o trabalho de vistoria realizado serviu muitas vezes para outras ações como: inserção de documentos faltantes nos processos individuais, inserção e alterações de informações no SIPRA e identificação de situações que se enquadram na Instrução Normativa/INCRA N° 47/2008, entre outros. Portanto, foi de fundamental importância a organização e o planejamento das atividades, a elaboração de uma estratégia de ação, otimizando recursos e concentrando esforços para que as vistorias fossem realizadas para atender o maior número de ações, tornando o trabalho da administração pública mais célere e eficiente.

Muitas das situações de inconsistência identificadas pela CGU já não mais se configuravam na realidade atual, outras permaneciam existindo, bem como foram identificadas novas situações, devidamente registradas nos processos administrativos individuais e encaminhadas para as providências que cada caso requer.

Finalmente, em terceiro lugar, foram realizadas as análises de todos os procedimentos administrativos, emitindo parecer em cada situação encontrada e, nos casos que apresentaram

condições necessárias à regularização, após manifestação conclusiva do Senhor Superintendente, foi realizado o desbloqueio das informações no SIPRA. Nos casos em que se tratavam de famílias homologadas sem nunca terem sido assentadas, também depois de submetido a autoridade superior desta Superintendência, foi procedido o registro no Sistema, retornando-as na condição de candidatas.

Como a matéria em foco tinha entendimento diverso, além das irregularidades consideradas insanáveis, submetemos outros casos complexos a Procuradoria Federal Especializada do INCRA/PR para análise e manifestação.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Área vistoriada (ha)	30076	65.533,75 45	217,89	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Nota: As divergências apresentadas entre os dados do SIR e do SIGPlan ocorrem devido à diferença no conceito adotado de vistoria concluída.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
148.790,00	196.929,63	179.860,48	91,33	176.964,50	89,86	176.964,50	89,86

Fonte: PO2010, SIAFI

O principal propósito das vistorias para levantamento de dados e de avaliação é o de identificar e obter imóveis rurais com viabilidade para implantação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

São realizadas, ainda, outras avaliações com outros propósitos, que não o de obter área para a Reforma Agrária, como será apresentado em quadro adiante.

O Serviço de Obtenção - SR(09)T1 conta com 11 Engenheiros Agrônomos e um servidor responsável pela confecção de cadeias dominiais de imóveis até a origem do destaque do patrimônio público para o privado.

Para permitir uma análise mais adequada da ação, as vistorias foram subdivididas neste relatório em dois grupos conforme a finalidade:

- Vistorias de avaliação com fins de obtenção de imóveis rurais para assentamento;
- Vistorias de avaliação sem fins de obtenção de terras.

a) Vistorias de avaliação com fins de obtenção de imóveis rurais para assentamento

Para os fins de obtenção de terras, principal propósito do Serviço, as vistorias convencionais são as preliminares e as de avaliação, ou ambas em um mesmo procedimento, chamada de vistoria conjunta.

No ano de 2010 foram executadas vistorias em 27 imóveis rurais (10 vistorias preliminares, 03 vistorias de viabilidade e 14 vistorias avaliações) totalizando uma área de 65.533,7545 hectares (47.838,2694 hectares de vistoria preliminar; 14.225,7051 hectares de avaliações; e 3.460,7800 hectares em estudos de viabilidade para a implantação de Projetos de Assentamento).

Nas *vistorias preliminares*, também chamadas de vistorias para levantamento de dados e informações ou vistoria de fiscalização, objetiva-se aferir o cumprimento da função social da propriedade, destinando os imóveis improdutivos para os procedimentos preparatórios de desapropriação.

Nas *vistorias de avaliação* identificam-se principalmente o valor de mercado do imóvel, para fins de empenho orçamentário, para a aquisição do imóvel pela modalidade de desapropriação, oferta ou outras formas de obtenção.

Os *estudos de viabilidade* tem por objetivo verificar as condições ambientais, de solo, de área aproveitável para a agricultura, para a criação de Projetos de Assentamento, geralmente de imóveis que poderão vir a ser doados ou adjudicados ao INCRA.

O INCRA Paraná avaliou vários imóveis por solicitação da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional - PSFN, cujo objetivo é que os referidos imóveis sejam adjudicados em nome da União Federal, para repasse posterior ao órgão. Estes imóveis provêm de proprietários com débitos junto a Fazenda Nacional.

Tabela 2: Vistorias Preliminares, de Avaliação e de estudo de viabilidade com fins de obtenção de imóveis

1. VISTORIAS COM FINS DE OBTENÇÃO DE IMÓVEIS			
Tipo de vistoria	Nº de imóveis	Área medida (ha)	Observações
Vistorias executadas			
Vistorias preliminares	10	47.838,2694	Dos quais, 07 autos iniciados em 2009, 01 vistoria realizada novamente neste exercício e 02 autos por desapropriação
Vistorias de avaliação	14	14.225,7051	Dos quais, 06 imóveis por adjudicação, 05 por oferta e 03 por doação
Outros tipos de vistoria	3	3.469,7800	Atividade realizada, mas a viabilidade não foi constatada
Total executado	27		65.533,7545
Vistorias em execução			
Vistorias preliminares	14	8.522,5311	05 autos iniciados em 2009, estão sendo revisados
Vistorias de Avaliação	15	36.931,8121	Dos quais, 04 foram iniciados em 2009 e estão em revisão
Outros tipos de vistoria	3	10.408,9700	Estudos de viabilidade iniciados no final do exercício

Total em execução	32	55.863,3132
TOTAL (executados + em execução)	59	121.397,0677

b) Vistorias de avaliação sem fins de obtenção de terras

Nas vistorias sem a finalidade de obtenção, estão inclusas as perícias judiciais; as avaliações de interesse do Governo do Estado do Paraná para implantação de Parques Estaduais e as avaliações para Cessão de Uso de parcelas nos Projetos de Assentamento (ação 4358).

A maioria das Cessões e Concessões de Uso ocorreram por solicitação das administrações municipais, para implantação de infraestruturas que beneficiam as famílias de assentados. A fonte dos recursos foi captado dos Ministérios da Educação, da Saúde, do Estado e como condição para ter os recursos aprovados deveriam apresentar o domínio da área. Estes investimentos beneficiam diretamente as famílias assentadas. Entre estes investimentos estão a implantação de bibliotecas, postos de saúde, quadras de esportes, escolas de primeiro e segundo grau, entre estas algumas profissionalizantes, abrigo para resfriadores de leite e equipamentos, poços artesianos, agroindústrias, sede de associações e organizações das famílias assentadas, entidades filantrópicas e religiosas, entre outras.

Tabela 3: Vistorias sem fins de obtenção de imóveis rurais

2. VISTORIAS SEM FINS DE OBTENÇÃO DE IMÓVEIS				
Tipo de vistoria	Nº de imóveis	Área medida (ha)	Observação	
Vistorias executadas	50	3.540,9516	Vistorias realizadas a pedido do Estado, para fins de cessão de uso (ação 4358) e perícias judiciais.	
Vistorias em execução	02	3.637,8145	Referente a duas perícias judiciais	
TOTAL	52		7.178,7661	

Tabela 4: Vistorias de avaliação solicitadas pelo Estado do Paraná

Processo	Imóvel	Município	Área	Finalidade
Processo do Estado	10 propriedades	Candói	637,5000	Avaliação para o Estado do Paraná para fins de implantação de Unidade de Conservação (Parques Estaduais)
Processo do Estado 9.764.311-3-IAP	Estação Ecológica de Caiuá	Diamante do Norte	22,1834	Avaliação para o Estado do Paraná para fins de implantação de Unidade de Conservação (Parques Estaduais)
54200.002149/2010-86	Vila Rural Ricardo Brunelli	Maria Helena	54,6	Desmembramento de lotes de Vilas Rurais
54200.002150/2010-19	Vila Rural Areia Branca	Salto do Itararé	31,42	Desmembramento de lotes de Vilas Rurais
54200.002151/2010-55	Vila Rural Estrela do Norte	Terra Rica	41,14	Desmembramento de lotes de Vilas Rurais
			786,84	

Tabela 5: Vistorias de avaliação com finalidade de Cessão de Uso

Processo	Projeto de Assentamento	Município	Área (ha)
54200.001507/2010-33	PA Antonio Companheiro Tavares	São Miguel do Iguaçu	78,5306
54200.001876/2009-92	PA Oito de Junho	Laranjeiras do Sul	42,2064
54200.000364/2009-17	Pa Robson de Souza	Congonhinhas	0,0435
54200.000728/2010-94	PA Mascote	Itaguagé	0,2171
54200.000729/2010-39	PA Salete Strozake	Itaguagé	0,6827
54200.001378/2009-40	PA Barra Grande	Palmital	0,0098
54200.003152/2009-83	PA Serraria-Lote 21	Tamarana	0,1200
54200.002308/2009-17	PA Pingo de Ouro	Altamira do Paraná	0,0400
54200.000418/2009-36	PA Santa Bárbara	Bituruna	0,1984
54200.001239/2009-16	PA N.S. das Vitórias	Goióxim	2,4443
54200.001240/2009-41	PA Água Fria	Goióxim	4,6191
54200.000421/2009-50	PA Santa Catarina	Honório Serpa	0,0400
54200.002401/2009-13	PA Oito de Abril	Jardim Alegre	0,0600
54200.000419/2009-81	PA Nova Itaúna	Manoel Ribas	0,0400
54200.002175/2009-71	PA N.S. Aparecida	Mariluz	0,0400
54200.000238/2006-10	PA Nhundiaquara	Morretes	0,4028
54200.002195/2008-61	PA Nhundiaquara	Morretes	0,3986
54200.001379/2009-94	PA Nova aliança	Palmital	0,0100
54200.000265/2010-61	PA Bela Manhã, lt. 112	Palmital	0,0050
54200.000266/2010/13	PA Água Quente, lt. 12	Palmital	0,0005
54200.000267/2010-50	Pa Barra Grande	Palmital	0,0050
54200.000417/2009-91	PA Celso Furtado	Quedas do Iguaçu	0,4961
54200.001253/2009-10	PA Marajó	Quinta do Sol	0,0099
54200.001116/2009-85	PA Marcos Freire	Rio Bonito do Iguaçu	1060,0000
54200.001115/2009-31	PA Marcos Freire - Lote 597	Rio Bonito do Iguaçu	0,1760
54200.001366/2009-15	PA Marcos Freire - Lote 265	Rio Bonito do Iguaçu	13,4401
54200.001748/2009-49	PA Marcos Freire	Rio Bonito do Iguaçu	0,0400
54200.001967/2009-28	Pa Olga Benário	Santa Tereza d'Oeste	0,0602
54200.001981/2009-21	PA Dorcelina Folador	Arapongas	58,0000
54200.000277/2010-95	PA Contestado	Lapa	1,0000
54200.000420/2009-13	PA Mãe de Deus	Jardim Olinda	0,0400
54200.003064/2009-81	PA Ander Rodolfo Henrique	Diamante do Oeste	0,0435
54200.002550/2008-00	PA Ireno Alves Santos	Rio Bonito do Iguaçu	232,0322
54200.002385/2009-69	PA Araguaí	Santa Maria do Oeste	0,2005
54200.002386/2009-11	PA Araguaí	Santa Maria do Oeste	0,0093
			1.495,6616

Tabela 6: Vistorias para perícias judiciais

Processo	Projeto de Assentamento	Município	Área
(Vara Federal de Paranavaí)	Fazenda Mãe de Deus	Jardim Olinda	1.258,4500
(Vara Federal de Pato Branco)	Fazenda Fartura	Saudade do Iguaçu	3.502,8145
	Faz Princesa do Ivaí	Icaraíma	135,00

Vários processos foram iniciados no ano de 2010, com previsão de conclusão em 2011. Estes tiveram atrasos na apresentação do Laudo de Avaliação e Fiscalização - LAF, devido a falta de peças técnicas e Mapas em geral, que dão base para a conclusão dos trabalhos, ou simplesmente porque alguns dos processos foram iniciados no final do ano, sem tempo hábil para a conclusão no mesmo exercício.

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	36	41	113,89	47

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
572.958,00	1.775.919,28	1.690.236,11	95,18	165.791,92	9,34	165.791,92	9,34

Fonte: PO2010, SIAFI

A ação visa ao licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, como forma de assegurar a sustentabilidade destes espaços, mediante o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental, devendo ser observada, para tanto, principalmente a Resolução CONAMA nº 387/2006.

Neste sentido, devem ser cumpridos todos os requisitos com vistas à obtenção de dois tipos de licença: Licença Prévia (LP) e Licença Instalação e Operação (LIO).

A LP deve ser solicitada e concedida na fase preliminar do planejamento dos PAs, aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento.

A LIO, por sua vez, autoriza a implantação e operação dos PAs, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para sua operação.

De acordo com o art. 2º, IV, e *a contrario sensu* do art. 6º a Resolução do CONAMA nº 387/2006, bem como conforme os acórdãos nº 2.633/2007 e nº 1.684/2008, os PAs sem licenciamento não devem ser efetivamente implantados, o que impede, por exemplo, o parcelamento e a aplicação de créditos nos mesmos.

Dado que em anos anteriores os PAs foram implantados sem a existência da LIO, tem sido necessária a regularização dos mesmos, os quais são diferenciados em dois grupos:

a) criados até dezembro de 2003, para os quais deverá ser promovida a regularização ambiental através da obtenção da LIO, sendo que o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) ou o Projeto Básico Ambiental (PBA) é o estudo que instrui este pedido;

b) criados a partir de dezembro de 2003, para os quais as atividades relacionadas com o efetivo funcionamento do PA pressupõem a prévia obtenção da LIO, cuja solicitação exige o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Desta forma, os trabalhos do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais foram divididos quanto a estas três situações:

- a) Tramitação de LP para áreas em obtenção;
- b) Elaboração de PRA ou PBA para solicitação de LIO para os PAs criados até dezembro de 2003;
- c) Elaboração de PDA para solicitação de LIO para os PAs criados a partir de dezembro de 2003.

Trabalhos Relacionados com a Tramitação de Licenças Prévias

No exercício de 2010, foram encaminhadas para licenciamento prévio três áreas, sendo que todas tiveram a LP emitida, duas das quais eram protocolos para a segunda LP (renovação). Foram obtidas outras duas LPs, referentes a protocolos efetuados antes de 2010, totalizando em cinco LPs obtidas no exercício. Com vista à agilização na expedição das LPs solicitadas, tão logo foram as mesmas remetidas para os Escritórios Regionais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão ambiental responsável pelo licenciamento dos PAs no Paraná, entrou-se em contato com o técnico designado para análise do processo, com o qual se agendou vistoria conjunta do imóvel, a qual é exigida para elaboração de parecer favorável ou não à solicitação da licença.

Este procedimento de fato permitiu rapidez na expedição de licenças, tendo em vista que a demora até então existente e mesmo a negativa a algumas solicitações decorriam de desconhecimento por parte dos servidores do IAP, dos trâmites relativos à criação, implantação e desenvolvimento de PAs pelo INCRA.

Trabalhos Relacionados com a Tramitação das Licenças de Instalação e Operação e a Elaboração de PDAs, para os assentamentos criados a partir de Dezembro de 2003 e 2009

Em relação aos resultados alcançados relativos aos PAs criados a partir de dezembro de 2003, que até o final de 2009 totalizavam 29 áreas, estes podem ser divididos da seguinte maneira:

a) 7 PAs com PDA concluído, mas com necessidade de reajustes. Estes PDAs foram elaborados pela COTRARA e são de responsabilidade exclusiva da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/PR. Destes, três foram adequados e encaminhados para LIO, sendo dois em 2008 e um em 2009. Dois deles, encaminhados em 2008, foram aprovados pelo IAP, que emitiu a LIO correspondente em 2009 e 2010;

b) 3 PAs com PDA concluído, mas com necessidades de reajustes. Estes PDAs foram elaborados pela Ambiens Cooperativa e são de responsabilidade exclusiva da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/PR. Para um destes PAs foi contratado PBA, em 2009, o qual deverá ser concluído em 2011;

c) 9 PAs com PDA foram concluídos pela Fundação Rondon, sendo também de responsabilidade exclusiva da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/PR. Dois destes foram encaminhados para LIO em 2009;

d) 10 PAs com PDA realizados por servidores do INCRA/PR. Para estes PAs foi desenvolvida uma sequência de ações que compatibilizasse a agenda do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, assim como de outros serviços de outras Divisões do INCRA/PR, tais como, o Serviço de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e o Serviço de Cartografia. Cabe mencionar que a elaboração destes PDAs se destaca pela maior qualidade dos mesmos, tanto em relação ao licenciamento ambiental, assim como em relação à elaboração de propostas produtivas sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Porém, em razão da demanda de trabalho, esses estudos não foram concluídos em 2010. Para um assentamento pequeno, com apenas três famílias, foi elaborado Relatório Ambiental Simplificado (RAS), o qual serviu para solicitação de LIO, conforme autoriza a Resolução CONAMA nº 387/2006;

As ações do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais durante a elaboração dos últimos PDAs citados concentraram-se na realização de reunião com as famílias ainda acampadas ou já selecionadas e assentadas, com o objetivo de conscientização das mesmas acerca das questões ambientais referentes aos PAs. Estas atividades envolveram o reconhecimento do imóvel, com indicação para aspectos do solo, do relevo, da fauna e da flora, bem como discussões sobre a necessidade de observância da legislação ambiental, especialmente aquela relativa à reserva legal, às áreas de preservação permanente e ao licenciamento do PA.

Cabe mencionar que, neste momento, a conscientização das famílias envolvidas é de fundamental importância, uma vez que os casos mais graves de degradação ocorrem justamente no período entre a criação do PA e o seu parcelamento, quando parte dos recursos naturais são comercializados, muito provavelmente associado ao desenvolvimento precário de atividades produtivas com vistas à geração de renda. Durante esta fase não há definição sobre qual delas permanecerá na área bem como em que lugar e não é possível a liberação de créditos, tornando mais vulnerável a conservação dos recursos naturais existentes.

Assim pois, esse tipo de atuação do INCRA, combinado com o seu momento de aplicação, apresentou resultados positivos no entendimento das famílias em relação ao correto uso dos recursos naturais. A disposição dos agricultores em aceitar as orientações apresentadas demonstrou ser muito maior nos momentos que antecedem a seleção dos beneficiários ou o parcelamento dos novos PAs. Como exemplo, as cercas do imóvel, que normalmente são apropriadas e utilizadas em benefício próprio pelos futuros parceleiros, foram utilizadas para isolamento da reserva legal e áreas de preservação permanente, sendo que o procedimento de retirada e instalação no local indicado pelo INCRA foi realizado pelas famílias ocupantes.

Também, foi bastante satisfatória a compreensão de que as áreas de preservação permanente não constituem área útil dos lotes, a teor do art. 8º do Código Florestal. Isso é extremamente gratificante e produtivo, considerando-se que nos PAs mais antigos os assentados se queixam de estar perdendo parte da parcela quando são realizadas ações para conservação destas áreas protegidas.

Importante observar que, nesses dez assentamentos em que houve atuação direta do INCRA para a elaboração do PDA, todos os assentamentos já possuem área de reserva legal de ao menos

20% prevista, sendo que em alguns casos ela já foi averbada e em outros já houve o cadastro junto ao SISLEG, sistema atualmente utilizado pelo IAP para o controle dessas áreas.

Cabe relacionar a iniciativa de diversos assentados e o incentivo de servidores do Incra para o plantio de mudas em áreas a serem recuperadas nesses assentamentos mais novos.

Trabalhos Relacionados com a Tramitação das Licenças de Instalação e Operação e a Elaboração de PRAs E PBAs, para os Projetos de Assentamento criados até Dezembro de 2003

Em relação aos PAs criados até dezembro de 2003, foi firmado em março de 2009 Termo de Compromisso com o IAP para a definição de uma agenda visando à regularização dos mesmos, conforme o previsto no art. 8º da Resolução CONAMA nº 387/2006. Essa agenda prevê o seguinte cronograma de pedidos de LIOs:

- 50 em 2009;
- 50 em 2010;
- 52 em 2011;
- 52 em 2012;
- 52 em 2013.

O INCRA/PR rescindiu o contrato com a empresa vencedora do Pregão Eletrônico e organizou uma nova contratação com o objetivo de elaborar 75 estudos (Projeto Básico Ambiental – PBA), foram acrescidos mais 2 assentamentos ($73+2 = 75$), CRT/PR/nº 99.000/10 de 17/12/2010. A rescisão do contrato com a empresa vendedora do pregão eletrônico foi necessária devido a atrasos no cronograma de entrega, descumprimento das especificações estipuladas e erros grosseiros do material apresentado na versão prévia.

Após a rescisão contratual citada acima, o INCRA oficiou o IAP solicitando alteração no cronograma do Termo de Compromisso firmado em março de 2009, o que foi deferido ficando estabelecido o protocolo de 74 LIOs em 2011 e 80 em 2012.

O convênio para prestação do Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, celebrado entre o INCRA e o Instituto Emater/PR, sob responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, previu a elaboração de 84 PRAs até 2011, sendo que 23 (vinte três) destes deveriam ter sido iniciados em 2008, com a entrega de seis destes até o fim daquele ano. Entretanto, em razão de problemas no convênio², nenhum PRA foi iniciado, prejudicando o alcance da meta e o atendimento de outros acordos firmados.

Em 2009 a situação persistiu. O convênio foi revisto, o plano de trabalho refeito, pelo qual o Emater deveria elaborar somente 18 PRAs, sendo nove em 2010 e igual número em 2011.

Em 2010 foram criados sete novos assentamentos, sendo que a elaboração ou contratação dos PDAs caberá a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – SR(09)D, com a participação ou orientação da Seção de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SR(09)T-3.

Existem dois PAs que são contemplados pelo Plano de Consolidação de Assentamentos, PA Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, o qual prevê o licenciamento dos mesmos através da descentralização de recursos diretamente às associações dos assentados.

Finalmente, os assentamentos titulados, que outrora foram considerados como áreas que não deveriam ser atendidas pelo Incra, foram novamente incluídos na programação.

Assim, em resumo a situação do licenciamento dos PAs no Estado do Paraná é a seguinte:

PAs CRIADOS ATÉ DEZEMBRO DE 2003	113 estudos para licenciamento contratados	Desistência: PRAs conveniados com a EMATER	2 PAs atendidos por Plano de Consolidação de Assentamento	141 PAs sem estudo ambiental contratado	Total 256 PAs
----------------------------------	--	--	---	---	---------------

² Para maiores informações referentes ao convênio ATES, consultar a Ação 4470.

PAs CRIADOS A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2003	7 PDAs contratados junto à Cotrara	3 PDAs contratados junto à Ambiens, sendo que um deles teve PBA contratado	9 PDAs contratados junto à Fundação Rodom	10 + 7 PDAs em elaboração ou contratação pelo INCRA	Total 29 + 7 = 36 PAs
--	------------------------------------	--	---	---	-----------------------

Análise da Ação em Relação à Meta Proposta

Relativamente ao atendimento da meta proposta, a mesma teve como base a programação elaborada sobre uma situação ideal, em que todos os trabalhos planejados seriam concluídos. Entretanto, inúmeros motivos fizeram com que nem todos os estudos previstos fossem finalizados, mas houve o atendimento da meta, totalizando 41 licenças protocoladas, 03 LPs e 38 LIOs.

As ações de obtenção de terras também ficaram aquém da previsão, do que decorreu um menor número de solicitações de LPs.

Por outro lado, essa situação oportunizará a realização de um número bastante extenso de pedido de licenças em 2011, superior à meta prevista para este ano, pois no final do exercício de 2010, foi realizada licitação para 75 PAs.

Considerando as ações descritas, pode-se entender como razoável e adequada a utilização dos recursos disponibilizados, vez que o montante utilizado superou a meta estabelecida.

Apesar de que neste momento a formalidade de protocolo/licenciamento para licenciar os PAs não tenha ocorrido a contento, acredita-se que efetivamente houve um salto de qualidade nos aspectos exigidos para que, em campo, exista realmente a regularização ambiental destes espaços.

Outro grande passo refere-se aos Territórios da Cidadania do Paraná Centro, do Norte Pioneiro e do Cantuquiriguá, onde todos³ os PAs têm os estudos ambientais para LIO contratados, conveniados ou previstos para execução pelo INCRA, facilitando o trâmite das licenças.

Ainda, deve ser ressaltada a aproximação havida entre o INCRA e o IAP, a qual culminou com a assinatura do Termo de Compromisso já descrito. Com isso, conseguiu-se a definição de uma agenda de regularização ambiental dos assentamentos que respeita a capacidade operacional da autarquia agrária e permite o atendimento das demandas dos assentados.

Também, serão adotadas medidas para que seja reduzido o tempo entre a criação do PA e a sua efetiva implantação, com a elaboração do PDA, evitando-se, assim, que as famílias cometam infrações ambientais com vista à geração de renda, o que igualmente deverá ser minimizado através da realização e intensificação dos trabalhos de educação ambiental. Por fim, deverão ser adotadas providências para o atendimento das condicionantes ambientais estabelecidas pelo IAP quando da expedição da LIO.

³Exceto dos PAs considerados titulados/consolidados ou em consolidação.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Área obtida (ha)	12.667,00	7.332,43	57,89	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$ (e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
80.899.648,00	523.919,58	44.162,00	88,82	44.162,00	88,82	44.162,00	88,82

Fonte: PO2010, SIAFI

Nota: O limite orçamentário da PO2010 contempla os valores para pagamento de TDA e Benfeitorias. Por outro lado, a execução orçamentária refere-se ao pagamento de benfeitorias e sobras de Títulos da Dívida Agrária – TDA. O pagamento por meio dos TDAs é efetuado diretamente pela Administração Central (INCRA/SEDE/Brasília)

No ano de 2010 foi cumprido 57,89% da meta física prevista. Esta meta consiste na obtenção de 7.332,43 hectares, em 03 imóveis, conforme quadro adiante. As áreas são provenientes de vistorias de Fiscalização do Cumprimento da Função Social da Propriedade; oferta de área por proprietários de imóveis rurais, além de dois imóveis provenientes de adjudicação da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional – PSFN não contam para a meta, pois são consideradas obtenções não-onerosas, isto é, sem pagamento de Títulos da Dívida Agrária e indenização de benfeitorias, conforme prevê o PPA 2008-2011.

A fiscalização do Cumprimento da Função Social da Propriedade é a principal prerrogativa do INCRA, executado através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Os imóveis fiscalizados passam por vistoria, emissão de Laudo de Avaliação e Fiscalização - LAF e classificação. Sendo “improdutivos”, os imóveis são desapropriados e destinados para a Reforma Agrária.

Há imóveis produtivos, no entanto, que os proprietários oferecem ao INCRA para venda. Esta oferta pode ser feita ao INCRA, que tendo manifestação de viabilidade técnica para implantar projeto de assentamento, avaliado e concordância do valor pelo proprietário, esta autarquia encaminha para aquisição do imóvel e implantação do Projeto de Assentamento.

Classificamos os imóveis conforme o pagamento em “onerosos”, aqueles em que o INCRA faz os pagamentos conforme os normativos e leis que regem este tema e “não onerosos”, aqueles que o INCRA recebeu de outros órgãos do Governo Federal para implantar Projetos de Assentamento de famílias de trabalhadores rurais, mas sem o desembolso de recursos financeiros.

Os imóveis obtidos da forma não onerosa advieram da PSFN e provêm de proprietários com débitos junto a Fazenda Nacional. Após transitado em julgado na justiça e adquiridos os imóveis pelas dívidas, foram repassados ao Incra através de “adjudicação”.

Tabela 7: Imóveis obtidos

Município	Imóvel	Área (ha)	Capacidade estimada (fam)	Nome do Projeto de Assentamento
Londrina	Guairacá	5.826,5236	426	PA Eli Vive I
Londrina	Pininga	1.486,5429	115	PA Eli Vive II
Laranjal	Lote N. 207, Gleba 16, 1 ^a Parte da Colônia Piquiri	19,36	1	Chapadão
TOTAL		7.332,4265	542	

a) Fazenda Guairacá e Fazenda Pininga (compra/processo de oferta)

Imóveis de um mesmo proprietário, localizadas no município de Londrina com área de **7.313,0665 hectares**, cujos processos de compra foram finalizados em 2010, com a emissão dos Títulos da Dívida Agrária e o Pagamento da Indenização das Benfeitorias. A Portaria de Criação dos Projetos de Assentamento Eli Vive I e II foi decretada em outubro 2010.

b) Lote N. 207, Gleba 16, 1^a Parte da Colônia Piquiri

O imóvel com 19,36 há foi adquirido pelo INCRA para fazer parte do PA Chapadão em Laranjal.

Além dos imóveis mencionados, tramitam diversos processos de obtenção de imóveis e que estão em fase bastante adiantada, objetivando a sua obtenção. Há ainda expectativa de adquirir imóveis por adjudicação, de forma “não onerosa” de demais imóveis já avaliados por técnicos desta Divisão, por solicitação da PSFN.

Além dos processos em fase adiantada, constam muitos outros já abertos, em fase inicial, em que o INCRA dará encaminhamento nas fases dos processos com a finalidade da obtenção durante o ano de 2011.

O obtenção de áreas normalmente é afetada por situação fora da governança da Superintendência Regional, como processos judiciais, onde algumas aquisições levam até anos para serem concretizadas; problemas na elaboração da cadeia dominial dos imóveis; as ofertas de imóveis acima de 500,000 hectares devem ser georreferenciados pelos proprietário, de acordo com a Lei N° 10.267/2001; há vários processos em que não houve concordância do preço pelos proprietários; e principalmente nos últimos anos a diminuição dos recursos financeiros destinados na Programação Orçamentária, para emissão de TDAs e pagamento indenização de benfeitorias.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
114.600,00	402.117,83	397.280,86	98,80	322.910,86	80,30	322.910,86	80,30

Fonte: PO2010, SIAFI

Nota: As ações de Tecnologia da Informação foram custeadas parte por esta Ação.

Nesta ação, os recursos foram destinados parte para as ações de Tecnologia da Informação, no montante de R\$ 48.389,52 e para a realização do transporte, acompanhamento das famílias a serem assentadas nos PAs Eli Vive I e II.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família atendida (unidade)	1135	599	52,78	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
2.735.619,00	2.807.400,00	2.804.304,00	99,89	351.534,00	12,52	9.534,00	0,34

Fonte: PO2010, SIAFI

Entre os objetivos alcançados ao longo do ano, destacamos a viabilização de quatro novos empreendimentos, com atendimento direto a 1.322 (mil, trezentos e vinte e duas) famílias integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, e a conclusão de duas obras, que trouxeram benefícios para mais 599 (quinhentos e noventa e nove) famílias.

Os novos empreendimentos tratam de obras de infraestrutura básica, que têm por objetivo o fornecimento de condições mínimas de acesso e locomoção para as famílias que foram beneficiadas com lotes da Reforma Agrária. Os benefícios decorrentes de tais investimentos estão ligados diretamente a qualidade de vida e sustentabilidade de pequenos produtores rurais, propiciando: o escoamento de safras e produções, o acesso à saúde, ao comércio, a centros sociais, de lazer, ao tráfego de transporte escolar, etc. Foram contemplados quatro Projetos de Assentamento, atendendo

os municípios de Pitanga/PR, Quedas do Iguaçu/PR, Renascença/PR e Rio Bonito do Iguaçu/PR, conforme quadro abaixo:

Convênios novos assinados em 2010

CONVENENTE	NÚMERO DE CONVÊNIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR REPASSE (R\$)	VALOR CONTRA-PARTIDA (R\$)	FAM. BENEF.
Município de Pitanga/PR	747898/2010	Vale da Serra	Implantação de 34,06 km de estradas vicinais	1.083.362,46	1.061.695,21	21.667,25	70
Município de Quedas do Iguaçu/PR	747886/2010	Celso Furtado	Construção de 06 pontes em concreto armado	349.107,85	342.000,00	7.107,85	1.087
Município de Renascença/PR	748006/2010	João de Paula	Implantação de 36,79 km de estradas vicinais	985.382,22	965.674,58	19.707,64	96
Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR	751396/2010	10 de Maio	Implantação de 20,96 km de estradas vicinais	434.153,85	425.400,00	8.753,85	69
TOTAL			ESTRADAS VICINAIS: 91,81 km PONTES: 06 unidades	2.852.006,38	2.794.769,79	57.236,59	1.322

Os instrumentos utilizados para viabilização dos novos empreendimentos foram convênios firmados com as esferas públicas municipais que contemplam os respectivos Projetos de Assentamento.

Do quadro acima, considerando que não houve a disponibilidade de recursos financeiros para depósito nas respectivas contas, os valores referentes a cada um dos municípios ficou inscrito em restos a pagar, devendo ser liberado para início das obras assim que houver o repasse da Sede para esta Superintendência Regional.

Tendo em vista a alta demanda existente para implantação de obras de infraestrutura no Estado e o quadro reduzido de servidores habilitados para trabalhar nesta área, a celebração de convênios surge como a melhor solução para implantação de obras em assentamentos. Os convênios tratam de parcerias estabelecidas com outros entes públicos que conhecem de perto a realidade e as melhores soluções para resolução de problemas regionais, e que estão sujeitos a ampla fiscalização e controle externo de Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, conforme o caso. Como desvantagem, porém, temos o fato de que poucos municípios possuem equipe técnica qualificada e eficaz, com capacidade de elaborar projetos e apresentar propostas de convênio que cumpram todos os requisitos exigidos pela legislação.

Além da demanda acumulada em anos anteriores, foram cadastradas 83 (oitenta e três) propostas de convênios no SICONV, sendo que só foram analisadas aquelas definidas como prioritárias pela Instituição.

Outra situação que envolveu diretamente o desenvolvimento da ação 8396 ao longo do ano foi a fiscalização e acompanhamento de obras em andamento com início anterior a 2010. Duas obras foram concluídas e entregues no decorrer do exercício, trazendo benefícios a 599 (quinhentos e noventa e nove) famílias, conforme quadro abaixo:

Obras encerradas em 2010

CONVENE NTE	NÚMERO DE CONVÊNI O	PROJETO DE ASSENTA-MENTO	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR REPASSE (R\$)	VALOR CONTRA-PARTIDA (R\$)	FAM. BENEF.
Município de Ventania/P R	CRT/PR/Nº 47.000/2007	Bela Vista	Implantação de sistema de distribuição de água	171.292,76	157.589,34	13.703,42	35
Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB	CRT/PR/Nº 31.000/2007	08 de Abril	Implantação de 138,08 km de estradas vicinais	3.037.456,8 9	2.429.965,51	607.491,38	564
TOTAL			ESTRADAS VICINAIS: 138,08 km SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA: 01 unidade	3.208.749,6 5	2.587.554,85	621.194,80	599

Uma obra foi iniciada anteriormente a 2010 e continua em andamento, demandando acompanhamento e fiscalização, conforme quadro abaixo:

Obras em andamento iniciadas antes de 2010

CONVENE N-TE	NÚMERO DE CONVÊNIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	OBJET O	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR REPASSE (R\$)	VALOR CONTRA-PARTIDA (R\$)	FAM. BENEF.
Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB	CRT/PR/Nº 30.000/2007	Celso Furtado	Implantação de 214,63 km de estradas vicinais	4.355.769,80	3.484.615,8 4	871.153,96	1.087
TOTAL				4.355.769,80	3.484.615,8 4	871.153,96	1.087

A ação 8396 é desenvolvida na Superintendência Regional do INCRA no Paraná pelo Serviço de Infraestrutura – SR(09)D1, vinculado à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – SR(09)D. A principal dificuldade para o desenvolvimento desta ação é o escassez de recursos humanos na área. Atualmente há um engenheiro civil trabalhando diretamente nesta ação, com desenvolvimento de diversas atividades multifocais que englobam analisar, elaborar e aprovar projetos; fiscalizar obras a campo; promover articulações com outros órgãos e entidades para viabilização de obras diversas; emitir pareceres e relatórios técnicos sobre diversos temas com enfoque na engenharia; preparar minutas e editais; gerenciar convênios; planejar e monitorar ações; participar de reuniões que envolvam obras de infraestrutura; responder diretamente quaisquer assuntos relativo a obras de infraestrutura; atender entidades governamentais; identificar demandas; controlar execuções, etc. Mesmo com a busca de parcerias, a falta de pessoal é o principal limitante para desenvolvimento desta ação, pois, dada a grandeza da Reforma Agrária no Estado, as atividades exigidas para cumprimento das metas pressupõe o trabalho de uma equipe e não individualizado.

Dentro das principais obras de infraestrutura que fazem parte da ação 8396, a demanda interna estimada para implantação no Estado do Paraná gira em torno de 1.500 km de estradas vicinais, além da implantação de sistemas de abastecimento de água para atendimento de 10.000 famílias. Em curto prazo é impossível atendimento potencial se não houver pessoal tecnicamente qualificado para composição da equipe.

Importante destacar que existem outras atividades não vinculadas a esta ação específica, que também demandam da atuação de engenheiro civil e se voltam sempre para a mesma pessoa, como é o caso da Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária, que prevê implantação de estradas e construção de barracões.

Ainda que tenha havido concurso público para contratação de um engenheiro civil, os profissionais que se apresentaram e permaneceram por pouco tempo, foram aprovados em outros concursos e optaram por deixar o cargo do INCRA, haja vista que outras instituições apresentam remuneração mais atrativa.

No decorrer de 2009 foram iniciadas discussões visando a contratação de engenheiros para apoio a essa atividade, porém não houve conclusão do processo. Em 2011 pretende-se retomar estes encaminhamentos.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família atendida (unidade)	999	2875	287,88	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
609.619,00	477.299,00	403.581,00	84,56	224.637,00	47,06	224.637,00	47,06

Fonte: PO2010, SIAFI

Em 2010 a meta prevista que eram 999 famílias atendidas com a demarcação definitiva dos lotes em Projetos de Assentamento foi alcançada, tendo sido demarcados 2875 lotes, atendendo 2875 famílias. Tal meta somente foi cumprida por meio de contratação de empresas especializadas, por meio de procedimento licitatório. Ao efetuar estas demarcações foi dado início a um processo de demarcação que deverá ser constante nos próximos anos, visando a demarcação dos assentamentos de acordo com a lei 10.267/01.

No final de 2009, através de processo licitatório, foram contratados os serviços de demarcação definitiva de 19 (dezenove) assentamentos, no qual 3 (três) empresas saíram vencedoras de 5 (cinco) blocos. Do Bloco II foi executado apenas o PA União São Pedro em Candói, pois a empresa desistiu do contrato. Os outros 2 (dois) foram licitados em novo pregão eletrônico e devem ser concluídos em 2011.

Nas tabelas a seguir, apresentamos como os 19 PAs foram divididos em blocos, com os seus detalhamentos.

Tabela 8: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco I

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)
1	Ireno Alves dos Santos	Rio Bonito do Iguacu	PR0134000	932	16.983,00	1.179,752
2	10 de Maio	Rio Bonito do Iguacu	PR0286000	70	1.287,80	105,992
TOTAL				1002	18.270,80	1285,74

Tabela 9: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco II

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)
1	Marcos Freire	Rio Bonito do Iguacu	PR0179000	325	4.830,38	391,400
2	União São Pedro	Candói	PR0385000	48	852,56	66,865
3	Paineiras	Reserva do Iguacu	PR0302000	86	2.619,91	134,145
TOTAL				459	8.302,85	592,411

Tabela 10: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco III

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)
1	Vale da Conquista	Cândido de Abreu	PR0389000	46	1.538,24	103,065
2	Carlos Lamarca	Congonhinhas	PR0390000	147	2.245,48	135,313
3	D. Helder Câmara	São Jerônimo da Serra	PR0382000	130	1.957,04	178,707
4	Estrela do Oeste	Santa Maria do Oeste	PR0415000	118	2.166,02	137,733
5	Vale da Serra	Pitanga	PR0392000	83	2.207,46	129,485
TOTAL				524	10.114,24	684,305

Tabela 11: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco IV

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)
1	Santa Terezinha	Cascavel	PR0159000	39	786,36	47,316
2	Ander Rodolfo Henrique	Diamante do Oeste	PR0395000	118	2.973,57	177,421
3	Coletivo da Fronteira	Barracão	PR0162000	14	217,47	17,788
4	Santa Izabel	Ramilândia	PR0413000	38	918,69	66,534
5	Vitória II	Mangueirinha	PR0285000	67	735,45	65,226
6	13 de Novembro	Guarapuava	PR0418000	62	1.828,70	131,150
7	Nossa Senhora Aparecida	Mariluz	PR0407000	244	5.578,36	284,197
8	João de Paula	Renascença	PR0420000	120	1.609,83	146,720
TOTAL				702	14.648,43	936,355

Tabela 12: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco V

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)
1	8 de Abril	Jardim Alegre	PR0421000	599	13.788,73	862,688
TOTAL				599	13.788,73	862,688

O principal problema encontrado na execução desta ação foi a dificuldade com a fiscalização dos contratos descritos acima. Além da reduzida capacidade operacional, os servidores designados para exercer a função de fiscais tiveram bastante trabalho para se fazer cumprir as exigências dos contratos, pois as empresas deixaram a desejar em relação à mão-de-obra e atendimento do cronograma pré-estabelecido. Outro problema encontrado foi a não conclusão dos trabalhos por parte de uma das empresas contratadas, que desistiu do contrato, ao atrasar significativamente as obras.

Em 2010, a demarcação definitiva dos lotes dos Pas Marcos Freire e Paineiras, cujo contrato foi rescindo, foram novamente licitados, com previsão de início dos trabalhos da empresa contratada para 2011.

Além da demarcação definitiva dos lotes, outra atividade que os topógrafos da SR(09) realizaram foram os pré-parcelamentos, que apesar de não contarem para a meta física, entende-se como a prática de implantação a campo do anteprojeto de parcelamento, para demarcação das áreas úteis dos lotes, das áreas de preservação permanente e das áreas de reserva legal. O pré-parcelamento é um instrumento que agiliza a destinação da área para os assentados, evitando conflitos no campo e corrige as distorções do mapa do ante-projeto realizado no escritório. Embora seja utilizado GPS de precisão, o pré-parcelamento não substitui a demarcação definitiva.

O pré-parcelamento é uma das etapas da elaboração direta dos Planos de Desenvolvimento e Recuperação de Assentamentos – PDA/PRA. Importante destacar que, antes da efetivação do pré-parcelamento, há a necessidade de se efetuar o levantamento topográfico das áreas sujeitas ao PDA e ao PRA, o que compreende o levantamento e delimitação do uso atual (lavouras, pastagens, reflorestamentos, benfeitorias, estradas, matas, recursos hídricos), além da aferição do perímetro.

No ano de 2010, também foram realizados pré-parcelamentos de 127 lotes, nos PAs Conquista Camponesa, Rosa Luxemburgo e 19 de Junho, totalizando 1.474,2074 ha.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	0	0	-	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	1.115.602,00	1.115.602,00	100,00	1.115.602,00	100,00	1.115.602,00	100,00

Fonte: PO2010, SIAFI

O Programa Terra Sol, importante instrumento que possibilita às famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária condições para operar a produção e comercialização de seus produtos, com a implantação ou modernização de agroindústrias, tem sido uma das atividades com pouca representatividade nas Superintendências Regionais como um todo, considerando as especificidades na elaboração das propostas, previstas na Norma de Execução nº 58 de 09 de abril de 2007, que estabelece os procedimentos para implantação de “Projetos da ação de Fomento a Agroindustrialização à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias”.

Decorrente de exercícios anteriores a 2010, estão em vigência os convênios celebrados com os Municípios de:

- a) Município de Porto Barreiro – CRT/PR 231.000/08, com objetivo de capacitar assentados em gestão de agroindústrias. O processo encontra-se em fase final de prestação de contas.
- b) Município de Querência do Norte – CRT/PR 56.000/2007, SICONV 723477/2009, visando a aquisição de equipamentos para agroindústrias de arroz e de leite. Os equipamentos foram adquiridos, estando pendente a visita do Assegurador para fiscalização, o que deverá ocorrer no início de 2011.
- c) Município de Laranjeiras do Sul – SICONV 723473/2009, objetivando a aquisição de equipamentos e construção de agroindústria para beneficiamento do leite e produção de derivados. O repasse de recursos ocorreu no final do ano. A demora se deu pela dificuldade na obtenção da licença junto ao órgão ambiental e, na sequência, pela escassez de recursos financeiros para efetivar o depósito. A implantação será no Projeto de Assentamento Oito de Junho e atenderá aproximadamente 500 famílias de agricultores deste e de outros projetos de assentamento da região. A proposta apresentada pela comunidade e pelo Município prevê a inserção dos assentados que trabalham no processo de PRV – Pastoreio Racional Voisin, buscando a produção ecológica do leite, prevendo agregação de maior valor à produção.

Em 2010, considera-se um importante avanço no Programa, a assinatura do Termo de Parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural – Fundação Terra – CRT/PR 47.000/10, SICONV 747936/2010, com repasse de R\$ 1.115.602,00 (hum milhão, cento e quinze mil, seiscentos e dois reais). Para tanto, a entidade, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, irá atuar na prestação de assistência técnica especializada na área de abrangência das agroindústrias implantadas e as que estão em implantação, vinculadas aos projetos de assentamento de reforma agrária no Estado do Paraná.

Pretende-se com esta parceria, fomentar intensivamente a discussão do Programa Terra Sol no âmbito estadual, envolvendo diretamente as Cooperativas já existentes e certamente o fruto deste empreendimento será percebido num futuro próximo e acreditamos que poderão ser celebrados novos convênios com diversos municípios que já apresentaram suas demandas, porém neste momento, com uma discussão mais ampla e com projetos mais consistentes que demonstrem, além da produção de leite, café, mel, dentre outras atividades, a possibilidade de ter um mercado garantido para a comercialização e divulgação dos produtos provenientes da reforma agrária, demonstrando assim a viabilidade do empreendimento nas áreas de Reforma Agrária.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	Documento de titulação expedido	343	811	236,44	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
49.718,37	49.719,00	44.162,00	88,82	44.162,00	88,82	44.162,00	88,82

Fonte: PO2010, SIAFI

Contrato de doação, cessão e concessão de uso de áreas pertencentes ao INCRA:

Os pedidos de doação, cessão e concessão de uso apresentados pelos municípios e entidades ligadas à reforma agrária, normatizados pela Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, começaram a surgir como uma grande demanda em meados de 2009, sendo que até dezembro de 2010 somavam 109 processos administrativos formalizados, gerando 39 (trinta e nove) instrumentos devidamente formalizados e publicados.

Estes instrumentos possibilitaram que os requerentes tivessem acesso às mais diversas políticas públicas, com recursos provenientes de Ministérios e Secretarias de Estado, visando a implantação de escolas, postos de saúde, quadras e ginásios de esportes, pequenas agroindústrias, além de algumas sedes das organizações dos projetos de assentamento.

Importante registrar que esta demanda, hoje muito bem equacionada nos trâmites internos, tem se mostrado uma importante forma de desenvolvimento dos projetos de assentamento e comunidades, sem que onere diretamente os cofres da Autarquia Fundiária. As despesas para aprovação de cada uma das propostas são somente na liberação de servidores, com pagamento de diárias à equipe do Serviço de Cartografia para delimitação da área pretendida e elaboração de mapa e memorial descritivo, bem como de engenheiro agrônomo para proceder a avaliação da terra nua e das benfeitorias.

No entanto, ainda que esta atividade tenha uma avaliação positiva, considerando a o contido na referida Norma de Execução, para que haja análise de todas as áreas internas, manifestação da Procuradoria Federal Especializada, aprovação do Comitê de Decisão Regional, assinatura e publicação do Termo específico, um processo administrativo percorre um caminho de pelo menos seis meses na Superintendência até que seja concluído.

Tabela 13: Descrição dos lotes para Cessão de Uso/doação

Item	Município	Discriminação	PA
1	Jardim Alegre	Doação de área p/ Biblioteca Cidadã	08 de Abril
2	Palmital	Cessão de uso para uma nova escola	Bela Manhã
3	Stª Cruz de M. Castelo	Cessão de uso para SORMOC	17 de Abril
4	Bituruna	Cessão de uso para quadras esportivas	Santa Bárbara
5	Jardim Olinda	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Mãe de Deus
6	Manoel Ribas	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Nova Itaúna
7	Planaltina do Paraná	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Milton Santos
8	Querência do Norte	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Chico Mendes
9	Quedas do Iguaçu	Cessão de uso para centro comunitário	Celso Furtado
10	Honório Serpa	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Santa Catarina
11	Rio Bonito do Iguaçu	Concessão de uso para cozinha e cc ACAMF	Marcos Freire
12	Rio Bonito do Iguaçu	Cessão de uso para quadra poliesportiva	Marcos Freire
13	Jardim Alegre	Cessão de uso para escola estadual	08 de Abril
14	Quintas dos Sol	Cessão de uso para poço artesiano	Marajó
15	Goioxim	Cessão de uso para quadra de esportes	Nossa Srª das Vitórias
16	Goioxim	Cessão de uso para quadra de esportes	Água Fria
17	Palmital	Cessão de uso para quadra poliesportiva	Bela Manhã
18	Palmital	Cessão de uso para poço tubular	Nova Aliança
19	Santa Terezinha d'Oeste	Cessão de uso p/ barracão de alvenaria	Olga Benário
20	Santa Terezinha d'Oeste	Cessão de uso p/ barracão de alvenaria	Sepe Tiaraju
21	Arapongas	Concessão de uso para COPRAN	Dorcelina Folador

22	Rio Bonito do Iguaçu	Cessão de uso p agroindustria de açúcar	Marcos Freire
23	Lapa	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Contestado
24	Mariluz	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Nossa Srª Aparecida
25	Rio Bonito do Iguaçu	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Marcos Freire
26	Arapongas	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Dorcelina Folador
27	Altamira do Paraná	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Pingo de Ouro
28	Jardim Alegre	Cessão de uso para unidade de saúde	08 de Abril
29	Candói	Cessão de uso para centro comunitário	Matas do Cavernoso
30	Santa Maria do Oeste	Cessão de uso para escola no campo	Araguai
31	Diamante d'Oeste	Cessão de uso para Biblioteca Cidadã	Ander Rodolfo Henrique
32	Tamarana	Cessão de uso para posto de saúde	Serraria
33	Palmital	Cessão de uso para resfriadores de leite	Bela Manhã
34	Palmital	Cessão de uso para resfriadores de leite	Água Quente
35	Palmital	Cessão de uso para resfriadores de leite	Barra Grande
36	Lapa	Cessão de uso para escola	Contestado
37	Itaguajé	Cessão de uso para centro comunitário	Mascote
38	Itaguajé	Cessão de uso para centro comunitário	Salete Strozake
39	Lapa	Cessão de uso p/ UFPR	Contestado

Contrato de Concessão de Uso – CCU

A Instrução Normativa nº 30/2006 prevê a emissão de Contrato de Concessão de Uso - CCU aos beneficiários dos projetos de assentamento. As dificuldades apontadas anteriormente para emissão dos CCU, em grande parte foram superadas, após a atualização de informações e dados documentais nos processos administrativos, com posterior inserção de dados no SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, possibilitando que os assentados pudessem assinar seus Contratos perante a Instituição.

Ainda que parte das informações tenham sido ajustadas, o SIPRA carece ainda de atualizações permanentes que possibilitem a geração de relatórios fidedignos da situação tanto dos beneficiários quanto dos projetos de assentamento do Estado.

Diante das limitações operacionais, a emissão dos CCU, com a respectiva publicação em Boletim de Serviço, foi possível nos projetos de assentamento identificados adiante a emissão de 772 Contratos:

Tabela 14: Projetos de Assentamento com emissão de CCU em 2010

MÊS	PROJETO DE ASSENTAMENTO	CCU
JANEIRO	19 DE JUNHO	63
JULHO	ESTRELA DE DAVI	3
JULHO	COMPANHEIRA ROSELI NUNES	4
JULHO	PAINEIRA	6
JULHO	CELSO FURTADO	43
AGOSTO	CELSO FURTADO	38
AGOSTO	CONQUISTA CAMPONESA	1

OUTUBRO	CONQUISTA CAMPONESA	4
OUTUBRO	PAINEIRA	1
DEZEMBRO	SETIMO GARILBALDI	1
DEZEMBRO	ZUMBI DOS PALMARES	1
DEZEMBRO	ILDO LUIZ PERRUZO	2
DEZEMBRO	SUMATRA	2
DEZEMBRO	CHOPIM	2
DEZEMBRO	CHOPIM I	2
DEZEMBRO	CHOPIM II	2
DEZEMBRO	SÃO LOURENÇO	2
DEZEMBRO	FAZENDA SANTANA	2
DEZEMBRO	QUATRO IRMAOS	2
DEZEMBRO	NOVA TERRA	2
DEZEMBRO	27 DE OUTUBRO	2
DEZEMBRO	OZIEL ALVES	2
DEZEMBRO	ZARANTONELLO	3
DEZEMBRO	CHOPIM IV	3
DEZEMBRO	RECANTO BONITO	3
DEZEMBRO	SÃO PAULO	3
DEZEMBRO	S. ANTONIO DAS AGUAS DO CORVO I	4
DEZEMBRO	PARANA	4
DEZEMBRO	COLINA VERDE	4
DEZEMBRO	17 DE ABRIL	4
DEZEMBRO	VIDA NOVA	4
DEZEMBRO	CHE GUEVARA	6
DEZEMBRO	LUIZ CARLOS PRESTES	7
DEZEMBRO	N. SENHORA DA PENHA	9
DEZEMBRO	CHICO MENDES	11
DEZEMBRO	SANTO ANGELO	12
DEZEMBRO	SEBASTIAO CAMARGO FILHO	12
DEZEMBRO	MISSOES	15
DEZEMBRO	NOVA FARTURA	22
DEZEMBRO	PONTAL DO TIGRE	25
DEZEMBRO	IRENO ALVES DOS SANTOS	181
DEZEMBRO	SÃO JORGE	1
DEZEMBRO	SANTA TEREZA	1
DEZEMBRO	ANJO DA GUARDA	2
DEZEMBRO	QUEBRA BRAÇO	3
DEZEMBRO	EDUARDO RADUAN	35
DEZEMBRO	CONTESTADO	7
DEZEMBRO	CELSO FURTADO	8
DEZEMBRO	NOVO MUNDO	17
DEZEMBRO	MARCOS FREIRE	179
TOTAL DE CONTRATOS EMITIDOS		772

Titulação Definitiva

A Superintendência Regional do Paraná envidará esforços para atender às determinações do Tribunal de Contas da União exaradas no Acórdão nº 753/2008, bem como a legislação que embasa a consolidação dos assentamentos, para consolidar 16 projetos de assentamentos criados há mais de 20 anos. Este trabalho, quanto concluído, contemplará 540 famílias.

Existe também uma demanda em continuar o trabalho iniciado em 2008 para adequar e corrigir a situação de 57 projetos de assentamento titulados, considerados emancipados e consolidados. Após criteriosa análise dos processos, percebeu-se que a maioria dos assentamentos não poderia, ou não deveria ter passado pelo critério de emancipação, pois não foram consideradas

as condições mínimas necessárias que possibilitam o desenvolvimento das famílias em seus respectivos lotes.

As famílias desses assentamentos passa hoje por uma difícil situação em que não têm condições de se desenvolver e não podem, ao mesmo tempo, acessar novas políticas, como renegociação do PROCERA, possibilitada até o final de 2010 ou a liberação do crédito recuperação para as moradias, que hoje encontram-se em situação mais do que precária.

Dos 12 processos administrativos analisados pela Procuradoria Federal Especializada, em um deles há manifestação para anulação dos títulos – Projeto de Assentamento Marimbondo, sendo que nos demais a sugestão é para novo levantamento em campo, objetivando identificar se esses assentamentos encontram-se efetivamente em situação de consolidação.

Tabela 15: Projetos de Assentamento e titulação definitiva

Item	PA	Município	Ultimo despacho da SR(09)D
01	São Luiz II	Sapopema	Análise da situação
02	Ouro Verde	Marquinho/Cantagalo	Atualização dos dados
03	Fazenda Cavaco	Cantagalo	Atualização dos dados
04	Rondon III	Bituruna	Análise da situação
05	Marimbondo	Ibaiti e Japira	Anulação dos títulos
06	Matida	Jundiai do Sul	Ratificação/conclusão da consolidação
07	Imbauzinho	Ortigueira	Atualização dos dados
08	Pari Paró	Tamarana	Ratificação/conclusão da consolidação
09	Serraria	Tamarana	Atualização dos dados
10	Três Lagoas	Castro	Atualização dos dados
11	Rio da Areia	Teixeira Soares	Ratificação/conclusão da consolidação
12	Santa Madalena	Wenceslau Braz	Atualização dos dados

Pretende-se pois, dar continuidade a esses processos, atendendo às recomendações e orientações exaradas pela Douta Procuradoria Federal Especializada.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	10YN	A	3	Projeto consolidado (unidade)	2	0	0	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)

629.315,00	30.620,00	16.692,83	54,52	16.692,83	54,52	16.692,83	54,52
-------------------	------------------	------------------	--------------	------------------	--------------	------------------	--------------

Fonte: PO2010, SIAFI

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O PAC busca consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar. O Contrato de Empréstimo teve prazo até final de 2007, e não sendo renovado, deixou de vigorar, sendo nacionalizado para gestão e conclusão das ações iniciadas.

Por ser um programa contínuo que para ser implementado exige um prazo mínimo de três anos, todos convênios dos projetos de assentamento em vigência ainda estão em execução, haja vista que o processo de consolidação e emancipação dos assentamentos depende de fatores que ultrapassam a dimensão do Programa, uma vez que exige encaminhamentos específicos do INCRA, tal como regularização dos assentados e titulação.

O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária através da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCA's), que proporcionam investimentos em infraestrutura sócio-econômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como sua estabilidade social e a conquista da cidadania.

A efetivação se dá através de convênios tripartites entre as organizações comunitárias dos assentados e o INCRA, com a interveniência dos municípios, durante um período mínimo de 03 anos.

Na esfera de atribuições da SR(09) existem dois convênios em vigor, sendo eles:

- d) PCA Ireno Alves dos Santos, através do Convênio 76.000/04, com vigência até dezembro de 2011;
- e) PCA Marcos Freire, através do Convênio 102.000/07, com vigência até dezembro de 2011.

Resultados Obtidos

Os recursos pagos em 2010 referem-se a valores de restos a pagar para os dois convênios em andamento e de recursos recebidos no exercício, que foi destinado para a fiscalização e acompanhamento dos convênios

Convênio 76.000/04 (PCA Ireno Alves dos Santos):

- f) Cascalhamento e recuperação de estradas – construção de 70,35 km de estradas. A obra foi licitada por R\$ 804.510,93 e paga até dez/2010 o valor de R\$ 786.321,31 (Incrá+ contrapartida). Nesta fase foram executados 90% do projeto;
- g) Móveis e equipamentos para os centros comunitários – trata-se da aquisição de móveis e equipamentos para seis centros comunitários já concluídos, aportando um montante de R\$ 21.211,28;
- h) Conservação dos solos – trata-se da prestação de serviços de horas-máquina para enleiramento de pedras e limpeza de terreno nos lotes do PA Ireno Alves dos Santos, no valor de R\$ 46.039,35, referente à conclusão da execução de 3.180 horas-máquina;
- i) Recuperação dos solos – trata-se da aquisição e distribuição de fosfato natural no valor de R\$ 361.691,75, referente à entrega de 12.425 sacas de fosfato natural;
- j) Restauração do ambiente ripário – trata-se da aquisição e distribuição de materiais para construção de cercas e o “kit qualidade de água”. Tais ações têm como objetivo preservar as nascentes e evitar a contaminação da água consumida pelos assentados. Obras em fase de finalização, com o pagamento do valor de R\$ 358.037,68 no exercício de 2010. A contrapartida desta ação está sendo executada através da mão-de-obra dos assentados na

construção das cercas e neste período de prestação de contas foram construídos 196.731 metros de cercas, que representa o montante de R\$ 59.019,30;

- k) Assistência técnica de longo prazo – trata-se de serviços de assistência técnica e social prestados ao PA Ireno Alves, de acordo com o previsto no Plano de Consolidação e com o contrato celebrado entre a Associação e a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. O contrato em vigência prevê serviços de assistência técnica por um período contínuo de 18 meses (sendo 02 meses aditado) por um valor de R\$ 1.201.410,02, sendo que durante o exercício de 2010 foi executado o montante de R\$ 712.682,75. A contrapartida apresentada soma o montante de R\$ 66.761,45.
- l) Assistência técnica de curto prazo – trata-se de serviços de assistência técnica, com especialidade em engenharia civil. Durante o exercício de 2010 foi pago R\$ 43.440,00.
- m) Capacitação – trata-se do pagamento das capacitações realizadas com treinamentos direcionados para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e qualificação dos produtores rurais do PA Ireno Alves. Para esta meta foi previsto R\$ 475.060,00, dos quais R\$ 407.319,75 foram licitados através de cartas-convite e tomadas de preço diversas. Durante o exercício de 2010 foi executado R\$ 212.150,73 na realização de 181 eventos.

Convênio 102.000/07 (PCA Marcos Freire):

- n) Conservação dos solos – trata-se da prestação de serviços de horas-máquina para enleiramento de pedras e limpeza de terreno nos lotes do PA Marcos Freire, no valor de R\$ 409.500,00, referente à execução de 3.060 horas-máquina;
- o) Calagem – trata-se da aquisição de 5.500 toneladas de calcário dolomítico para os lotes pertencentes ao PA Marcos Freire. No exercício de 2010 a ação foi concluída com um pagamento de R\$ 466.950,00;
- p) Fosfatagem – trata-se da aquisição de 42.722 sacas de 50 kg de fosfato natural para os lotes pertencentes ao PA Marcos Freire. No exercício de 2010 foi licitado e pago o valor total de R\$ 1.281.021,38;
- q) Análise dos solos – trata-se do pagamento de prestação de serviços na análise de 578 amostras de solos dos lotes pertencentes ao PA Marcos Freire. Foi licitado e pago o valor de R\$ 10.953,10.
- r) Licenciamento ambiental – trata-se do pagamento de prestação de serviços capacitada para o planejamento e a elaboração do projeto de recuperação ambiental do assentamento (cadastro no Sisleg) e para o licenciamento ambiental. Foi licitado o valor de R\$ 61.995,00 e pago durante o exercício de 2010 o total de R\$ 46.496,25.
- s) Quintal da casa – trata-se do pagamento da aquisição de materiais para construção de hortas individuais nos lotes dos assentados. Os valores licitados já foram pagos na sua totalidade, no montante de R\$ 427.558,16.
- t) Assistência técnica de longo prazo – trata-se de serviços de assistência técnica e social prestados ao PA Marcos Freire, de acordo com o previsto no Plano de Consolidação e com o contrato celebrado entre a Associação e a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. O valor contratado para o período de 36 meses foi de R\$ 1.369.980,00, sendo que no exercício de 2010 foi executado o montante de R\$ 427.679,26;
- u) Assistência técnica de curto prazo – trata-se de serviços de assistência técnica de curto prazo (especialidade em engenharia civil) prestado ao PA Marcos Freire. O valor contratado para o período de 30 meses foi de R\$ 78.300,00, sendo que no exercício de 2009 foi executado o montante de R\$ 28.710,00;
- v) Capacitação para inovação tecnológica – trata-se do pagamento das capacitações realizadas com treinamentos direcionados para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e qualificação dos produtores rurais do PA Marcos Freire. Para esta meta foi previsto R\$ 200.000,00, dos quais R\$ 183.791,32 foram licitados e durante o exercício de 2010 foi executado R\$ 80.381,00, referente à execução de 67 eventos.

Principais Observações

Apesar de entendermos que a viabilização plena da unidade produtiva agrega vários fatores relativos à sua autonomia, desde os mais práticos e necessários, como a produção para o auto-sustento e geração de renda, passando pelo processo produtivo, escoamento da produção e condições de comercialização, até educação, saúde e lazer, destacamos que as ações implementadas, mesmo se consideradas isoladamente, já estão demonstrando resultados positivos na qualidade de vida dos assentados, bem como na renda mensal das famílias.

A execução dos convênios vigentes pode ser avaliada de forma positiva, porém, considerando que normalmente os PCA's apresentavam algumas deficiências que foram identificadas no decorrer da execução do Plano de Consolidação do Assentamento, haja vista o lapso temporal entre a elaboração e a viabilização das ações, as associações ainda encontram dificuldades para implementar as ações em razão da precariedade dos recursos disponíveis e dos projetos inconsistentes. Para tanto, termos aditivos de ajustes de metas e valores foram firmados, tendo em vista o objeto final do convênio, que é de emancipar e consolidar os assentamentos beneficiados.

Por fim, destacamos a relação favorável para a implementação dos PCA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire com o poder público municipal, haja vista que o município de Rio Bonito do Iguaçu tem buscado a integração nas políticas locais, aportando o apoio técnico para o desencadeamento do processo de execução.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	2B06	A	3	Unidade familiar de produção atendida (unidade)	21	1346	2095	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
104.886,00	59.833,19	28.088,15	46,94	27.764,15	46,40	27.764,15	46,40

Fonte: PO2010, SIAFI

O Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais contempla em suas ações o manejo de recursos naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (PAs) e que envolve, entre outras, principalmente as seguintes sub-ações:

- Recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal;
- Capacitação de assentados, através de educação ambiental, sensibilizando-os;
- Conservação de solos, através da estabilização e recuperação de áreas erodidas, por exemplo;
- Demarcação topográfica de reserva legal.

Analizando estas sub-ações, é possível verificar que as atividades desenvolvidas para o licenciamento dos PAs também abrange. Isto porque, como foi dito, o licenciamento representa uma formalidade, sendo que as ações de manejo é que dão efetividade às suas propostas e condicionantes, alterando efetivamente a realidade nas áreas reformadas.

Neste sentido, o manejo de recursos naturais em PAs tem sido pensado como uma ação de suporte e garantia do licenciamento, mas que, sobretudo, proporciona maior garantia de sustentabilidade para as famílias beneficiadas.

Assim sendo, entendeu-se que a principal função ambiental dos PAs pode ser cumprida através da recuperação e conservação das áreas de preservação permanente e reserva legal, razão pela qual estas atividades foram priorizadas.

Com isso, igualmente puderam ser observados Termos de Compromisso firmados com o órgão ambiental estadual (Instituto Ambiental do Paraná – IAP) por ocasião do cadastro dos PAs no Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente – SISLEG. Este cadastro representa a análise e aprovação do IAP acerca da área de reserva legal que se pretende averbar, conforme dispõe o art. 16, § 4º do Código Florestal.

Em 2010 paramos de atender os PAs aleatoriamente, mas conforme a prioridade criada pela própria demanda e pelos PAs cadastrados no SISLEG, isto para seguirmos a sequência lógica do licenciamento:

1. PDA, PRA ou PBA
2. LIO e averbação da reserva legal
3. condicionantes.

Assim, é possível a execução de projeto ou projetos após o crivo do órgão ambiental, evitando fragmentação e retrabalhos com consequente otimização dos recursos humanos e financeiros.

Também, a demarcação topográfica da reserva legal foi preferida em relação às outras ações, uma vez que tal procedimento é exigido para cadastro dos PAs no SISLEG e que este, por seu turno, é exigência para qualquer tipo de licenciamento que envolva as atividades realizadas nos PAs, a teor do disposto na Resolução SEMA nº 31/1998.

Para esta demarcação foram inicialmente atendidos os PAs acerca dos quais houve exigência do IAP, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, ou solicitação dos assentados para averbação da reserva legal, o que ocorre geralmente quando desejam a obtenção de licença ambiental para algum empreendimento a ser realizado no imóvel, conforme Anexo II.

Os PAs para os quais foram contratados trabalhos para licenciamento ambiental também foram contemplados. Isso porque os estudos que devem ser realizados abrangem a proposta de adequação do assentamento em relação à legislação ambiental, o que envolve a projeção da sua área de reserva legal.

Os procedimentos e prioridades nas ações de manejo têm sido constantemente avaliados, para que sejam eficientes (mais rápidos e menos onerosos) e eficazes (para que realmente promovam modificações favoráveis à preservação dos recursos naturais e para que isto permita um incremento na qualidade de vida dos assentados).

Assim, previamente à realização de trabalhos de campo são analisadas imagens dos PAs, para diminuir os levantamentos a serem realizados, o que reduz a necessidade de diárias e proporciona maior qualidade na demarcação.

Quanto aos projetos de recuperação de reserva legal e áreas de preservação permanente, estes têm sido questionados pela própria equipe do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais quanto à sua eficácia de alteração da realidade dos PAs.

Até o momento, entende-se que a forma mais adequada de assegurar a recuperação e conservação desses espaços especialmente protegidos. Isso porque muitos assentados têm consciência de que estas áreas precisam ser preservadas, porém, não o fazem por falta de recursos. Com os projetos, é objetivada a aquisição de materiais para construção de cercas de isolamento, que permitam a regeneração natural de ambientes com degradação menos severa. E a própria execução do projeto, no qual a mão-de-obra dos assentados é colocada como contrapartida pelo recebimento do material, constitui, portanto, uma forma de educação ambiental.

Mesmo assim, admite-se que é necessário um trabalho de sensibilização de inúmeros beneficiários da Reforma Agrária, pelo que projetos que visam à educação ambiental têm sido pensados e poderão até mesmo se mostrarem menos onerosos e mais eficazes para recuperação de ambientes degradados. Desta forma, em 2008 iniciou-se um projeto que pretendeu estabelecer as diretrizes para a capacitação dos assentados acerca das questões ambientais que envolvem os PAs. Dando continuidade à essa ideia, em 2009, famílias de assentados tiveram a oportunidade, através de projetos, de vivenciar experiências de trabalhos implantados em sistema agroflorestal (SAF), como capacitação. Também, Projetos de Educação Ambiental, desenvolvida pela própria equipe, e que se pretende aprimorar em 2010, foram iniciados nos PAs atendidos.

Acerca dos responsáveis pelas ações, tendo em vista a interface do manejo com o licenciamento, conforme explicado, as atribuições daqueles ficaram a cargo do mesmo servidor designado para executar as ações que visavam ao licenciamento do PA tratado.

Quanto aos fatores que permitiram a superação das metas previstas, podemos mencionar a organização dos trabalhos, o protocolo concomitante da LIO e da averbação da reserva legal, a utilização de base de dados já existente, com acréscimo de informações através de trabalhos simples e pouco onerosos. Disso decorreu também uma utilização de recursos em montante inferior ao contemplado na Programação Orçamentária.

Também, a relação entre a meta física e os recursos da PO é de R\$ 1.000,00/família atendida. Este limite foi observado na elaboração de projetos e orçamentos, mas com a realização de licitação para aquisição de produtos houve redução dos valores previstos, permitindo igualmente o alcance das metas com menor utilização de recursos.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	3	Família atendida (unidade)	290	801	276,21	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Nota: Foi considerado como meta realizada as famílias que tiveram o crédito efetivamente aplicado.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.716.914,00	16.700.100,00	16.354.200,00	97,93	4.696.200,00	28,12	4.696.200,00	28,12

Fonte: PO2010, SIAFI

A aplicação dos créditos teve sua regulamentação pela Norma de Execução INCRA nº 86, de 04 de novembro de 2009, publicada no D.O.U. de 06 de novembro de 2009, com a nova redação dos artigos 3º, 12º, 20º, 22º, 25º, 36º, 38º, 40º, 45º e 47º, da Norma de Execução nº 79, publicada no D.O.U. nº 252, Seção I, do dia 29 de dezembro de 2008, bem como da Instrução Normativa Incra nº 58, de 05 de março de 2010.

No exercício de 2010, foram consideradas para a Meta Realizada, o número de famílias que tiveram a efetiva aplicação dos Créditos Instalação, isto é, em processo de prestação de contas (Anexo III). Esta mudança no conceito de família atendida, vem ao encontro das recomendações da CGU, pois em exercícios anteriores, eram consideradas famílias atendidas, conforme o Manual de

Monitoramento e Avaliação do INCRA, as famílias que tiveram depositadas em conta corrente os créditos. Porém, o trabalho em campo dos técnicos para o acompanhamento, fiscalização e monitoramento da efetiva aplicação do crédito instalação se inicia após o depósito. Mas, com esta mudança no marco da conclusão da ação, algumas famílias podem ter sido consideradas como atendidas em exercícios anteriores com o depósito em conta corrente.

Por outro lado, o empenho dos recursos superou a Programação Orçamentária, devido à suplementação de crédito orçamentário que beneficiarão 20 projetos de assentamento, sendo que o número de famílias assentadas (Anexo IV), por modalidade de crédito é o seguinte:

- a) Apoio Inicial: 10 famílias, atendendo 10 assentamentos
- b) Fomento: 27 famílias, atendendo 01 assentamento
- c) Aquisição Material de Construção: 65 famílias, atendendo 05 assentamentos
- d) Recuperação Material de Construção: 1.434, atendendo 11 assentamentos.
- e) Total de Famílias Atendidas nas modalidades: 1.536 famílias, atendendo 20 projetos de assentamento.

Para esta ação foram empregados recursos no total de R\$ 16.284.200,00 (dezesseis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos reais), sendo liquidado e transferido para o Banco do Brasil S/A – Agência Governo, no exercício de 2010 (Anexo V) o montante de R\$ 4.696.200,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil e duzentos reais), ficando em restos a pagar o valor de R\$ 11.588.000,00 (onze milhões, quinhentos e oitenta e oito mil reais).

Esclarecemos que mais 17 projetos de assentamento estão sendo beneficiados com o crédito instalação, em diversas modalidades. No entanto não podemos computá-los considerando que se trata de complementação dos recursos recebidos em exercícios anteriores, já tendo sido as famílias lançadas anteriormente como beneficiadas. No entanto, os valores financeiros devem ser computados.

Parte dos recursos disponibilizados, encontra-se depositado em conta corrente, bloqueado e em aplicação de poupança, considerando a capacidade operacional e tendo sido priorizadas as contas que estão em andamento. Foi priorizado o atendimento àquelas contas em que já havia movimentação, visando o encerramento e aplicação dos rendimentos financeiros de exercícios anteriores, com vistas à conclusão das prestações de contas e finalização dos processos. Parte do recurso, como relatado acima, ficou também inscrita em restos a pagar, eis que não houve, em tempo hábil, a liberação dos valores financeiros para proceder aos respectivos depósitos.

Uma das dificuldades está nas prestações de contas e encerramento dos 184 (cento e oitenta e quatro) processos, devido ao remanejamento de alguns servidores para outros setores e outros Estados, tendo ficado os processos pendentes de conclusão. Para alguns casos, houve a participação de servidor da Superintendência Regional de Santa Catarina no apoio e conclusão de processos da extinta Unidade Avançada Cascavel.

Outra questão relevante é o acréscimo nas modalidades de crédito e os valores corrigidos do crédito material de construção (habitação e recuperação), o que gerou a duplicidade de trabalho, com a emissão de novos contratos, novas planilhas de preços, orçamentos, enfim, a repetição do trabalho inicial pra possibilitar que as famílias fossem beneficiadas.

Além destas, também as dificuldades com os agentes financeiros, com o Banco do Brasil, especificamente a demora na emissão dos extratos das contas para fins de conferência com as informações processuais, o que acredita-se seja superado em breve considerando que no final do ano houve parceria entre INCRA e Banco do Brasil, com a assinatura do Contrato CRT DF/19.900/2010 que passa a disponibilizar aos Superintendente Regional e Chefes da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento acesso aos extratos de contas do crédito instalação através de RPF – Sistema de Repasse de Recursos de Governo.

Também com a Caixa Econômica Federal que não tem efetuado o recolhimento dos saldos e/ou resíduos dos recursos ainda constantes em conta, referente ao Convênio firmado com o INCRA em Brasília entre 2000/2001, o que tem dificultado o processo de encerramento das prestações de

contas, bem como impedindo o acesso dos agricultores assentados ao crédito recuperação das moradias. Os processos que encontravam-se nesta situação foram enviados à Diretoria de Desenvolvimento para orientação, vez que no âmbito no Estado não foi possível a solução junto à CEF.

Cabe registrar ainda dificuldades de operacionalização em relação ao funcionamento do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, como no caso de excepcionalidades (vendavais, incêndios, remanejamentos entre parceleiros, etc.). Os valores dos contratos de crédito são limitados, não possibilitando atendimento às situações específicas. No momento do lançamentos dos créditos recebidos pelos assentados, algumas modalidades não constam no sistema (ex.: Beneficiário: Manutenção de Créditos: descrição do crédito), ou seja, na hora de selecionar a modalidade, não aparece o item Recuperação Material de Construção. Após várias tentativas para solução desta questão, a situação ainda não está definida pela Coordenação Geral de Implantação.

As dificuldades aqui apontadas são as mesmas das demais ações, notadamente a escassez de recursos humanos para acompanhamento, fiscalização e monitoramento da efetiva aplicação do crédito instalação. Ainda que exista e equipe do Instituto Emater no acompanhamento dos projetos de assentamento, as atividades específicas da Autarquia não devem ser terceirizadas, o que prejudica, sobremaneira, um acompanhamento mais eficaz e eficiente do processo desde o início.

No âmbito da aplicação do crédito instalação, dois grandes Projetos de Assentamento, Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu e 8 de Abril, em Jardim Alegre, estão em fase de aplicação dos valores para construção das moradias. Ainda que os trabalhos tenham se intensificado nas duas áreas, o processo de construção é por demais moroso e constatou-se que, ainda que a força de trabalho da Autarquia fosse acrescida, ainda assim continuariam as dificuldades na prática. Um dos fatos apontados nos dois assentamentos, é a dificuldade na contração de pedreiros.

No PA Celso Furtado, as obras já estavam em andamento, em três frentes distintas: 46 famílias optaram pela parceria com a Caixa Econômica Federal, tendo a Cressol como entidade organizadora e 670 também com a CEF, tendo a Chrenor como entidade organizadora. As demais famílias não manifestaram interesse na parceria com o agente financeiro e as Cooperativas, sendo que seu atendimento tem sido realizado exclusivamente pela Unidade Avançada Laranjeiras do Sul.



Ilustração 1: PA Celso Furtado



Ilustração 2: PA Celso Furtado

No PA 8 de Abril, dois técnicos do INCRA vem atuando desde meados de 2010, com aplicação intensiva dos créditos. Considerando a dimensão daquele assentamento, com 555 famílias regularizadas, optou-se, em conjunto com a comunidade, em iniciar a aplicação por brigadas, sendo feito o sorteio das onze brigadas, definindo em qual delas o processo seria iniciado.

Até dezembro de 2010, 176 famílias foram atendidas, com 36 moradias concluídas e as demais já iniciadas ou em fase de conclusão. As notas fiscais efetivamente pagas até o final exercício atingiram um limite aproximado de R\$ 1.700.000,00.



Ilustração 3: PA 8 de Abril

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
735.472,00	1.300.839,85	1.261.223,00	96,95	1.234.998,08	94,94	1.234.998,08	94,94

Fonte: PO2010, SIAFI

Nota: As ações de Tecnologia da Informação foram custeadas parte por esta ação.

Do montante recebido pela UJ, o valor correspondente a R\$ 452.290,00 foram utilizados para as ações de Tecnologia da Informação.

O restante foi utilizado pelos profissionais vinculados às atividades diversas no âmbito dos projetos de assentamento (PA) do Estado. Desde o processo de assinatura dos Contratos de Concessão de Uso, supervisão dos PAs, levantamento da situação dominial e supostas

irregularidades nos projetos de assentamento, fiscalização e acompanhamento da liberação do crédito instalação são as atividades iniciais que demandam recursos para os deslocamentos, destacando as diárias, combustível, passagens e serviços de manutenção das viaturas.

Também as ações de vistoria e acompanhamento de propostas de parcerias e convênios para implantação de obras de infraestrutura demandam de recursos do GAP., despesas com viagens da Chefia da Divisão e do Superintendente Regional para participação em reuniões com as coordenações e famílias de diversos projetos de assentamento do Estado, também oneram esta ação.

Um outro ponto relevante que cabe ser registrado, é a indicação de dois projetos de assentamento do Estado, dentre nove do país, Portaria N° 337, de 10 de julho de 2008, para atendimento excepcional. A partir da publicação desta Portaria instituiu-se o grupo de trabalho com ações pontuais nessas duas áreas, o que gerou uma agenda de atividades que vem sendo cumprida pela Superintendência Regional, tanto pela Divisão de Desenvolvimento, quanto pelas demais áreas envolvidas nas várias fases do processo, notadamente a área ambiental que tem contribuído no trabalho com a liberação de recursos para fiscalização bimestral realizada pela Polícia Federal no Projeto de Assentamento Celso Furtado, objetivando coibir as práticas ilegais de corte e retirada de madeira, em um processo que vem há muito sendo trabalhado e demonstrado resultados positivos.

Especificamente com relação ao Projeto de Assentamento Celso Furtado, já descrito em relatórios anteriores, destacamos a seguir as ações pontuais que consideramos importante de serem destacadas, considerando a excepcionalidade da situação:

Atualização do PDA; Organização dos processos de Sisleg (Reserva Legal) e LIO – Licença de Instalação e Operação; Elaboração e entrega de Termos de Anuência para lotes da comunidade dos Orgânicos; Elaboração e entrega dos Aditivos ao CCU; Participação nas discussões com a Central de Associações; Busca de alternativas para o corte da madeira nos lotes do “Corredor”; Organização do “Seminário da Madeira”; Checagem de situações especiais referentes aos dados dos Aditivos; Planejamento do Inventário da Araucária; Monitoramento de ocupações irregulares em lotes e, especialmente, nas áreas de reserva legal.

Estas atividades são realizadas a partir de vistorias em lotes com foco na adequação ambiental e de produtividade, com a apresentação de proposta de ajustes no parcelamento e na Reserva Legal, e organização de material necessário, atualizando assim o Plano de Desenvolvimento do Assentamento; Realização de checagens no campo e elaboração de mapas e materiais para finalização dos processos de Sisleg (Reserva Legal) e LIO – Licença de Instalação e Operação, junto ao Instituto Ambiental do Paraná; Com a finalização na proposta de Reserva Legal, elaboração e entrega de Termos de Anuência para lotes da comunidade dos orgânicos, onde a demanda é o aproveitamento de material lenhoso; Organização de informações e dados, elaboração e entrega dos Aditivos ao Contrato de Concessão de Uso para os lotes com reflorestamentos, que apresentam informações sobre a quantidade e espécie de madeira em cada lote e as regras para o manejo e a comercialização; Participação em diversas reuniões com a Central de Associações, entidade formada para organizar os processos que envolvem especialmente os reflorestamentos no assentamento; Reuniões e discussão de soluções para a realização da comercialização “emergencial” para aos lotes localizados no “Corredor” (retirada de 100 estéreo de lenha por lote, comercialização da madeira proveniente de cortes realizados pela COPEL, acompanhamento da realização de Inventário Florestal antecipado); Participação na organização do Seminário da Madeira, proposto pela equipe de ATES, com realização prevista no primeiro trimestre de 2011; Início nas vistorias visando checar erros nos dados ou situações em que a família foi assentada em data diferente do restante do grupo, referente aos Aditivos ao Contrato de Concessão de Uso; Planejamento do Inventário da Araucária e alguns outros produtos referentes aos reflorestamentos do PA, inicialmente na intenção da realização de licitação do serviço, e por fim com a definição da realização pelos técnicos do próprio INCRA, com execução prevista para o primeiro trimestre de 2011; Acompanhamento a servidores da Polícia Federal e do Ibama no PA, com vistas à identificação de novas ocupações irregulares, notificações de ocupantes já conhecidos e aplicações de multas.

Além deste destaque, o Projeto de Assentamento Celso Furtado, assim como o Oito de Abril, tem sido atendido nas demais ações, como a aplicação do crédito instalação, mais especificamente aquisição de material de construção e no acesso ao PRONAF, da mesma forma que nas demais áreas, considerando, logicamente, as especificidades e capacidade de cada uma dessas áreas.

Outra ação que demanda grande atuação da Divisão de Desenvolvimento e que está diretamente vinculada aos recursos do GAP para discussão com equipe técnica e famílias dos projetos de assentamento, é o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

No âmbito da reforma agrária, o PRONAF está diretamente ligado à estruturação e fortalecimento da agricultura familiar, através da democratização do acesso ao crédito. As ações do programa tem relação direta com a produção de alimentos, considerando que grande parte do consumo brasileiro provém da agricultura familiar. O crédito, quando bem aplicado, possibilita aumento substancial do emprego e da renda, tendo como consequência a melhoria na qualidade de vida dos produtores familiares. A correta aplicação desse investimento depende em muito de uma assistência técnica eficaz e eficiente, que possa auxiliar os agricultores, capacitando-os e apresentando propostas de produção e comercialização.

Outra questão a ser levada em consideração está relacionada ao financiamento de matrizes tecnologias inadequado aos agricultores familiares, o que vem sendo discutido e combatido pelos técnicos da Autarquia que atuam na área, em um processo de conscientização dos profissionais contratados pela assistência técnica e dos próprios agricultores, muitas vezes relutantes em aceitar novas propostas.

Com relação às Declarações de Aptidão ao PRONAF – DAP que possibilitam o acesso dos assentados ao PRONAF, foram emitidas no exercício de 2010, 1.363 DAP do Grupo A, para 46 assentamentos e atendimento a 403 famílias atendidas, considerando que conforme as normas do MCR 10-17 devem haver no mínimo três contratações e, para cada uma delas, deve ser gerada uma nova DAP. Concomitantemente, foram emitidas 152 DAP do Grupo A/C para atender a demanda de 152 famílias.

Os resultados das contratações não são repassados pelo Banco do Brasil. Dessa forma, as informações obtidas dos técnicos da ATES/ATER, ainda que intempestivamente, é o que possibilita um mínimo controle das informações, inseridas aqui de forma subjetiva.

Este dado concreto deveria ficar a cargo da Secretaria de Agricultura Familiar, já que a mesma tem a maior facilidade em acesso aos dados tabulados e concretizados.

Um grave problema detectado pelos profissionais das equipes de ATES/ATER, é o alto índice de inadimplência dos mutuários. Porém, a partir de trabalho realizado por técnicos da Divisão de Desenvolvimento, além da inadimplência, outras situações foram apontadas como possíveis causas do impedimento na contratação, sendo uma delas o enxugamento de mão-de-obra nas agências bancárias, considerando que o assentado quase sempre - mesmo não sendo uma regra geral – é atendido somente quando há disponibilidade de pessoal. Percebe-se isso pois os contratos são individuais e em grande número de beneficiários, o que demanda um trabalho e uma equipe muito maior do Banco para atender esta demanda. Obviamente atender um só mutuário com um valor maior é bem mais atrativo.

Outro fator que prejudicou e vem sendo corrigido, são as informações precárias no SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária que, em muitas vezes, impede que sejam emitidas as DAP. Estas situações têm sido levadas aos supervisores, para atualização e inserção de dados no Sistema.

A demora na liberação do PRONAF A fez com que muitos assentados desistissem da contratação, optando pelo PRONAF Mais Alimentos ou outras linhas de financiamento.

A liberação do crédito parcelada em três operações, com a necessidade de laudo comprovando a correta utilização dos recursos da parcela anterior, tem inibido os desvios e eliminou especuladores, vez que a responsabilização pelo acompanhamento, obrigatoriamente recai sobre o técnico que elaborou o projeto e deve supervisionar sua efetiva aplicação.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extractivos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	38.008	35.684	93,89	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SERPRO

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
342.070,00	176.867,04	163.650,25	92,53	163.650,25	92,53	163.650,25	92,53

Fonte: PO2010, SIAFI

Estruturalmente, a ação pode ser descrita segundo o organograma a seguir:

1 Cadastro de Imóveis Rurais

a) Coleta:

- direta: Sala da Cidadania – Superintendência Regional em Curitiba
Unidades Avançadas em Francisco Beltrão
Ações de regularização Fundiária em Cascavel
- Indireta: Unidade de Municipal de Cadastramento - UMC
Termo de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais
Treinamento dos Encarregados das UMCs
Abastecimento e suprimento
Orientação e supervisão dos Encarregados das UMC

b) Recepção, Análise e Processamento dos Formulários de Atualização Cadastral

c) Microfilmagem e expurgo dos Formulários de Atualização Cadastral

2 Processos Administrativos

- a) Fiscalização Cadastral
- b) Obtenção (vistoria)
- c) Cancelamento cadastral
- d) Desmembramento de imóvel cadastrado
- e) Certificação de Imóveis Rurais
- f) Loteamentos Rurais
- g) Aquisição de terras por estrangeiros
- h) Terras Públicas (PA, áreas arrecadadas, etc...)

3 Informações Cadastrais

- a) Consultas Judiciais
- b) Certidões de Aposentadoria

A ação, no seu desenvolvimento para o exercício 2010, foi segmentada de acordo com sua própria denominação, dividindo suas atividades entre o Gerenciamento do Cadastro Rural, compreendendo capacitação e supervisão de Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs, de acordo com Termos de Cooperação Técnica firmados entre o INCRA e as Prefeituras; assim como a análise e inclusão no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de formulários de atualização cadastral em áreas cujas dimensões excedam o limite de 15 Módulos Fiscais (imóveis que

obrigatoriamente necessitam de formulário de uso do imóvel) imposto aos UMCs; assim, ao segmento de fiscalização de cadastro rural, inferem-se as atividades de fiscalização *in-loco* de solicitações para desmembramentos de áreas para finalidades não agrícolas, assim como outras atividades fiscais em áreas com características e peculiaridades previstas em lei.

Em relação as atividades envolvendo treinamento e supervisão dos encarregados pelas UMCs, cumpre ressaltar que tal cargo sendo de única e exclusiva confiança do Prefeito Municipal é, portanto, sujeito a mudanças de nomeados em todo o decorrer do exercício político, o que demanda atividades do INCRA nos municípios frequentes e não facilmente previsível, visto estar sujeita às flutuações de cenário político local.

A Superintendência Regional do INCRA no Paraná encerra o exercício de 2010 com 355 (trezentos e cincoenta e cinco) municípios, de um total de 399, com termos de cooperação técnica vigente, perfazendo, portanto, 88,98% dos municípios paranaenses. Tal percentual exige uma demanda constante de treinamento, capacitação e supervisão *in-loco*, sendo que o exercício de 2010 contemplou todos os municípios cooperados com tais atividades, alcançando, portanto 100% de cumprimento dos objetivos. Enfatize-se que tal fato não encerra as atividades ou as reduz para o exercício seguinte face aos motivos acima explicitados, assim como a necessidade constante de diálogo com os prefeitos municipais para manutenção de tais termos de cooperação.

Desta forma, embora trabalhando com a totalidade do atendimento das metas, a ação encontra como seu principal obstáculo, motivando a necessidade frequente de deslocamento dos servidores, a extensão territorial do Estado e a constante necessidade de supervisão nos municípios, não apenas para fiscalização de atividades, mas também para a localização de locais passíveis de utilização para treinamentos. Ainda, almejando não comprometer as atividades burocráticas do Serviço, o deslocamento de servidores dá-se em esquema de revezamento.

Atividade	Descrição	Total
Gerenciamento de Imóveis Rurais	Realizada através da atualização de formulários de dados cadastrais do imóvel, seu uso e seu proprietário/posseiro no SNCR.	35.684
Emissão de CCIR	Via web, Sala da Cidadania e Rede de UMCs	575.893
Resposta a ofícios da Justiça	Resposta a solicitações de informações cadastrais emanadas pelo poder judiciário.	1.644
Processos (verificação)	a) Desmembramento para finalidades não agrícolas – desmembramento de imóveis rurais para finalidades outras, tais como hotéis, escolas, postos de gasolina, etc.. b) Autorização de loteamentos rurais – autorização necessária para a transformação de um imóvel único em vários imóveis independentes mantida a sua finalidade agrícola. c) Autorização para aquisição de terras por estrangeiros – autorização necessária para a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, respeitadas as limitações legais;	554
Processos cadastrais	Processos administrativos de consultas a informações cadastrais ao SNCR pelo cidadão	141
Certidões de Aposentadoria	O INCRA emite estas certidões baseado no período em que o imóvel este cadastrado, para cálculo de tempo de serviço para fins de aposentadoria do cidadão junto ao INSS, além da validação das informações de tempo de serviço por solicitação expressa do INSS	7.120

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	Área georreferenciada (ha)	59.896	5.432,49	9,07	29.000

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
898.438,00	217.162,37	161.422,38	74,33	161.422,38	74,33	161.422,38	74,33

Fonte: PO2010, SIAFI

Os principais resultados obtidos pela SR(09) são apresentadas a seguir, com descrição de outras atividades além do georreferenciamento de imóveis rurais, contabilizada na meta física realizada.

Análise de processos de georreferenciamento (certificação de imóveis rurais):

No exercício de 2010 foram instaurados 760 procedimentos de certificação e foram concluídos (certificados, encerrados após análise e notificados) 296 processos.

Em 2010 tivemos um aumento significativo de processos protocolados, que gerou um aumento no passivo da SR(09). Com as medidas implantadas pelo INCRA (novas normativas), a análise se tornou mais ágil, porém ainda não alcançamos os processos de 2010, que já estão sendo protocolados de acordo com as novas metodologias.

Dos 296 processos concluídos em 2010, 126 foram analisados somente nos meses de novembro e dezembro, quando foi instaurado um grupo de trabalho composto por 5 (cinco) servidores, que se reuniu na UAI de Francisco Beltrão e na sede de Curitiba em regime de isolamento, que possibilitou uma produtividade sensivelmente maior na execução deste trabalho.

A tendência é que tal procedimento se repita em 2011 em todos os meses do ano, para podermos diminuir o passivo de processos, chegando o quanto antes no exercício de 2010, para que as alterações previstas na legislação do georreferenciamento de imóveis rurais surtam efeito na SR(09).

Georreferenciamento de imóveis rurais – execução direta

Dos trabalhos de execução direta, o Serviço de Cartografia concluiu em fevereiro, em uma audiência na Justiça Federal de Ponta Grossa, os trabalhos de campo e de produção de peças técnicas do georreferenciamento da Fazenda Modelo, de propriedade da Embrapa.

Neste trabalho foram identificadas em campo e representadas através de mapas e memoriais descritivos, mais de 20 áreas de ocupação, somando uma área de 5.432,49 hectares, processo este que se encontra em fase de elaboração de cadeia dominial. Esta ação é a mais demorada de todo o processo, tendo em vista que necessitamos de dados dos Cartórios de Registro de Imóveis de Ponta Grossa, para termos acesso aos registros anteriores dos imóveis em estudo.

Outro trabalho em andamento é o georreferenciamento da Fazenda Laguiche, em Cândido de Abreu, que já teve os trabalhos de elaboração de peças técnicas concluído, estando na fase de juntada de documentos para a sua conclusão em 2011.

Força Tarefa na SR(13)

Os servidores Fábio Pagliosa e José Antonio Filho participaram, nos meses de março a junho da Força Tarefa criada pelo INCRA/SEDE para atuar com análise de processos de certificação na SR(13)MT.

Os deslocamentos foram feitos por quinzenas e os servidores foram chamados de volta no mês de junho, depois de um princípio de greve no INCRA a nível nacional.

Após a não confirmação da greve, os 2 (dois) servidores não retornaram mais àquele grupo de trabalho.

Grupo de Trabalho INCRA/SEDE

Os mesmos servidores que participaram da força tarefa no MT foram convocados a participar de um grupo de trabalho da DFG em Brasília. Tal grupo tinha o objetivo de planejar a reestruturação da Cartografia e dos comitês regionais de certificação do INCRA a nível nacional. Também no regime de quinzena, os servidores se deslocaram 15 dias cada um para auxiliar na elaboração de diagnóstico sobre a estrutura das cartografias das SR's e na execução de termos de referência de aquisição de equipamentos de GPS RTK, estações gráficas de trabalho e ainda auxiliar na redação do novo regimento interno do Comitê Nacional de Certificação.

O grupo foi mantido até o mês de outubro, quando foi dissolvido por questões de demandas mais urgentes na SR(09), relativas à certificação de imóveis rurais.

Convênio INCRA / ITCG

O INCRA firmou com o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITCG, o Convênio CRT/PR/Nº 138.000/08 com vigência até dezembro/2011 e que tem por objetos:

- a) a regularização fundiária de terras estaduais;
- b) a regularização fundiária de terras federais, situadas na faixa de fronteira internacional e;
- c) a elaboração de cadastro gráfico a partir de digitalização do acervo cartográfico referente à colonização estadual na faixa de fronteira internacional, cujas informações deverão ser compartilhadas por ambas as instituições, o que representa uma área aproximada de 5 milhões de hectares, objeto este que insere-se no escopo da Ação 4426 e para a qual foi destinada, no exercício de 2010, a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os trabalhos estão sendo realizados a partir da pesquisa e seleção de mapas originais a digitalizar, os quais são digitalizados em escaneadores de grande porte, diretamente por pessoal técnico do órgão fundiário estadual ou por empresas especializadas, contratadas em procedimentos licitatórios regulares.

Grupo de Trabalho SR(09) para análise de processos

Em novembro foi constituído grupo de trabalho com 5 (cinco) servidores para executar análise massiva de processos de certificação. A primeira semana foi efetuada em Curitiba, em novembro, onde em uma semana se analisou quase a mesma quantidade de processos analisados durante todo o ano até o mês de outubro. A segunda semana foi efetuada em Francisco Beltrão, onde mesmo com 1 (um) servidor a menos e em menor tempo, se analisou a mesma quantidade de processos da semana anterior. Na terceira semana foram notificados e certificados todos os processos analisados, totalizando 126 processos, e ainda foram separados mais 90 (noventa) para trabalhos em uma quarta semana que estava programada, mas acabou não sendo executada.

As atividades que apresentaram problemas na execução foram as de análise de processos de certificação, o termo de cooperação entre INCRA e UFPR e o grupo de trabalho da Sede.

A análise de processos foi prejudicada pela ausência dos dois servidores que trabalham nesta ação, por causa da participação em força tarefa e grupo de trabalho em outras sedes do INCRA.

Infelizmente por outras demandas do INCRA, o grupo de trabalho da DFG foi dissolvido, antes mesmo de começar a gerar resultados sobre a reestruturação da Cartografia e dos Comitês Nacional e Regionais de Certificação.

Por outro lado as atividades que transcorreram conforme as expectativas foram as de levantamento da Fazenda Modelo em Ponta Grossa e o Grupo de Trabalho da SR(09) para a análise de processos de certificação.

Conforme previsto, os trabalhos de campo e de produção de peças técnicas da Fazenda Modelo foram concluídos em fevereiro de 2010, restando agora apenas a conclusão da Cadeia Dominial sobre o levantamento dos documentos dos imóveis em litígio.

Mesmo não tendo meta definida para 2010, o grupo de trabalho criado para a análise de processos de certificação de imóveis rurais da SR(09) gerou resultados promissores. A metodologia de trabalho e a participação dos servidores foram fundamentais para o andamento dos processos de certificação, tanto que a solução será repetida no ano de 2011 e se tornará ação contínua por parte do Comitê Regional de Certificação. Esta solução, aliada às mudanças ocorridas nos atos normativos da certificação de imóveis rurais durante o ano de 2010, poderão auxiliar este Comitê a atender de forma mais célere os proprietários de imóveis que aguardam atualmente quase 2 anos para obter a certificação dos seus levantamentos.

Vale lembrar que mesmo com todas estas medidas, o INCRA de um modo geral, e a Cartografia especificamente, ainda carecem de servidores para trabalhar nesta área, pois o número disponível de mão de obra é muito aquém da demanda imposta pelas obrigatoriedades previstas em lei.

Ressaltamos que a meta não foi cumprida, pois com o decreto de contingenciamento, os trabalhos para o Georreferenciamento de Projetos de Assentamento previstos foram suspensos e o descontingenciamento apenas ocorreu em novembro, inviabilizando as licitações dos serviços.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	Imóvel Regularizado (unidade)	5.122	228	4,45	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadô		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
2.100.000,00	1.352.110,24	1.188.282,42	87,88	1.188.282,42	87,88	1.188.282,42	87,88

Fonte: PO2010, SIAFI

O INCRA firmou com o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG o Convênio CRT/PR/Nº 138000/08, que tem por objetos: a) a regularização fundiária de terras estaduais com a decorrente titulação de lotes devolutos arrecadados, dispersos por vários municípios das regiões litorânea e central do Estado do Paraná, abrangendo uma área de cerca de 35 mil hectares; b) regularização fundiária de terras federais situadas na faixa de fronteira internacional, que abrange o remanescente do Imóvel Serra do Maracaju – Colônia “C”, com área aproximada 90 mil hectares e; c) elaboração de cadastro gráfico a partir da digitalização do acervo cartográfico da colonização estatal na faixa de fronteira. Os dois primeiros objetos inscrevem-se no escopo da Ação 2110 para os quais foram destinados, no exercício de 2010, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). No exercício de 2010, foram regularizados, com a emissão de títulos, 228 (duzentos e vinte e oito) lotes estaduais, que ocupam uma área de 1.704,91 ha, localizados em 11 municípios situados **fora** da faixa de fronteira

não foi iniciada em razão da indefinição jurídica quanto aos procedimentos a adotar para consecução do objeto.

Em relação às ações de regularização fundiária da Faixa de Fronteira Internacional, cujo Plano de Trabalho foi traçado pela própria Equipe de Trabalho do Serviço de Regularização Fundiária no início do exercício, baseado, sobretudo, na verificação da base cartográfica existente, mesmo que parcialmente, para confecção das peças técnicas necessárias, bem como da dominialidade cuja origem fosse conhecida e facilmente identificada, no estrito atendimento ao disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 48/2008, e a partir de 19/10/2010 na INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 63/2010, temos a informar o seguinte:

Tão logo deflagrado, neste exercício, o procedimento administrativo de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelo Governo do Estado do Paraná, na faixa de fronteira, entendido como instrumental específico a ser materializado em ações de aplicação prática e eficiente, devendo abranger, equacionar e resolver todas as situações relativas à precariedade da situação dominial dos registros imobiliários, a equipe de trabalho deparou-se, entre outros, com os seguintes entraves:

1) Morosidade na apreciação da proposta de alteração da INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 48/2008, que foi realizada em Setembro/2009, pela Equipe de Trabalho do Serviço de Regularização Fundiária em Cascavel/PR, que foi enfim revogada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 63, de 11/10/2010, publicada no DOU de 19/10/2010. Contudo, tal normativa não contemplou todas as alterações propostas, especialmente a que se referia à comprovação do cumprimento da função social pelos imóveis rurais ratificados, conforme entrave apontado no item 2, página 2 do documento intitulado “2.3.3.3 Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais”.

2) Problemas de ordem técnica nas 2 (duas) impressoras que se encontravam alocadas no Setor de Cartografia do Serviço de Regularização Fundiária – Cascavel/PR, e que se repetiram ao longo de todo o exercício.

Decisões imediatas tomadas: independentemente de a proposta para alteração da INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 48/2008 encontrar-se ainda pendente de apreciação, a Equipe de Trabalho do Serviço de Regularização Fundiária de Cascavel/PR, de Setembro/2009, quando a proposta foi levada a efeito, até Outubro/2010, quando foi aprovada a nova INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 63, de 11/10/2010, prosseguiu com os trabalhos de instrução dos processos de ratificação já de acordo com a nova proposta, visando acelerar o procedimento, pois se acreditava na aprovação plena da proposta, já que a antiga normativa havia tornado-se inviável, do ponto de vista de sua execução, assim como explicitado na alínea “d”, página 3, do documento intitulado “2.3.3.3 Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais”.

- a) Após a publicação da nova INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 63, em 19/10/2010, a Equipe de Trabalho do Serviço de Regularização Fundiária de Cascavel/PR, que vinha instruindo os processos de ratificação de acordo com a proposta de alteração da IN/INCRA/Nº 48/2008, teve de readequar o procedimento para instrução dos processos de ratificação, tendo em vista importantes modificações introduzidas pela nova normativa, a exemplo da documentação, da comprovação do cumprimento da função social, da vistoria, etc.
- b) Elaboração de processo matriz, composto das principais peças dos processos de ratificação individuais, cuja análise e instrução foi concluída, para submissão ao Conselho de Defesa Nacional – CDN, responsável pelo assentimento.

Resultados Obtidos

Os 228 imóveis regularizados em 2010, através de emissão de título de domínio, referem-se aos do convênio INCRA/PR – ITCG das terras estaduais.

Dentro da faixa internacional de fronteira, a equipe de trabalho, lotada em Cascavel/PR, voltada a restaurar as condições necessárias à implementação da regularização fundiária com eficiência

e objetividade, com garantia de resultados esperados pela administração da Autarquia Federal, em trabalho e esforços conjuntos com Superintendência Regional, Procuradoria Federal Especializada - PFE, bem como à Coordenação Nacional da Ação de Regularização Fundiária, manteve os trabalhos de escritório e de campo em atividade normal, dentro das novas perspectivas propostas, debruçando-se na elaboração de propostas da seguinte maneira:

Janeiro/2010

- 1) SETOR DE CADASTRO
 - a) Entrega de Ofícios visando coleta de documentos para complementação de processos de ratificação a proprietários dos municípios de Francisco Alves, Iporã e Cafezal do Sul/PR.
 - b) Atualização do Banco de dados PROGRATIF de 955 (novecentos e cinquenta e cinco) processos administrativos de ratificação dos municípios de Guaíra 120 (cento e vinte), Campina da Lagoa 292 (duzentos e noventa e dois), Formosa do Oeste 256 (duzentos e cinquenta e seis) e Umuarama 287 (duzentos e oitenta e sete);
 - c) Preenchimento de 38 (trinta e oito) cadastros e digitação de 11 (onze) cadastros, visando atualização de proprietários de processos de ratificação do município de Iporã e Cafezal do Sul/PR;
 - d) Instrução com análise cadastral e preenchimento de informação em 18 (dezoito) processos dos municípios de Cafezal do Sul e Iporã, os quais, foram encaminhados ao Setor de Cartografia para prosseguimento;
- 2) SETOR DE CARTOGRAFIA
 - a) Digitalização da Gleba 33 do Imóvel Catanduvas, Município de Nova Laranjeiras;
 - b) Digitalização de 11 (onze) do Imóvel Rio Paraná;
 - c) Lançamento no software CAD de 35 (trinta e cinco) processos de Ratificação, emitidos pelo Convênio INCRA x ITCG;
 - d) Realização de análise, memorial descritivo e mapas de 40 (quarenta) processos para ratificação, os quais foram encaminhados ao Setor de Análise Fundiária.
- 3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA
 - a) Análise prévia da documentação de 30 (trinta) processos de ratificação do município de Altônia e de 204 (duzentos e quatro) processos do município de Xambrê/PR;
 - b) Elaboração de 34 (trinta e quatro) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do município de Altônia e 183 (cento e oitenta e três) cadeias sucessórias de processos do município de Xambrê/PR;
 - c) Elaboração de análises jurídicas em 10 (dez) processos de ratificação do município de Cafezal do Sul e de 12 (doze) processos do município de Iporã/PR;
 - d) Elaboração de 75 (setenta e cinco) ofícios, solicitando documentação para complementação de processos de ratificação de proprietários do município de Altônia/PR.

Fevereiro/2010

- 1) SETOR DE CADASTRO
 - a) Atualização do Banco de dados PROGRATIF de 533 (quinhentos e trinta e três) processos administrativos de ratificação dos municípios de Campina da Lagoa e Umuarama;
 - b) Digitação de 9 (nove) cadastros, visando atualização de proprietários de processos de ratificação do município de Iporã e Cafezal do Sul/PR;
 - c) Instrução com análise cadastral e preenchimento de informação em 21 (vinte e um) processos dos municípios de Cafezal do Sul e Iporã, os quais, foram encaminhados ao Setor de Cartografia para prosseguimento;
 - d) Cadastro no SISPROT (cálculo de DV, inclusão e trâmite) de 1.127 processos dos municípios de Moreira Sales, Iporã e Tapira.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Resposta a 02 (dois) processos à Procuradoria da República - verificação na Faixa de Fronteira; b) Término da digitalização da Gleba 6 do Imóvel Rio Paraná, totalizando 124 lotes e 3.328,6431 ha;
- c) Análise de 41 (quarenta e um) processos dos municípios de Cafezal do Sul e Iporã/PR ;
- d) Realização de análise, memorial descritivo e mapas de 32 (trinta e dois) processos para ratificação dos municípios de Cafezal do Sul e Iporã/PR, os quais foram encaminhados ao Setor de Análise Fundiária.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação de 27 (vinte e sete) processos de ratificação do município de Altônia;
- b) Elaboração de 25 (vinte e cinco) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do município de Altônia;
- c) Elaboração de análises jurídicas em 12 (doze) processos de ratificação do município de Cafezal do Sul e de 21(vinte e um) processos do município de Iporã/PR;
- d) Elaboração de 350 (trezentos e cinquenta) ofícios, solicitando documentação para complementação de processos de ratificação de proprietários do município de Altônia/PR.

Março/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de 51(cinquenta e um) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul e Iporã/PR;
- b) Restauração em 888 (oitocentos e oitenta e oito) processos dos municípios de Altônia, Goioerê, Moreira Sales e Umuarama;
- c) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Brasilândia, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Céu Azul, Formosa do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São Jorge do Patrocínio e Umuarama, totalizando 3.328 (três mil, trezentos e vinte e oito) processos,
- d) Preenchimento de 17 (dezessete) cadastros dos municípios de Francisco Alves, Iporã e Cafezal do Sul;
- e) Entrega de 15(quinze) ofícios a proprietários rurais solicitando complementação de documentos;
- f) Atendimento e solicitação de documentos a 49 (quarenta e nove) proprietários rurais, cujos imóveis estão localizados na Faixa de Fronteiras do Estado do Paraná.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA:

- a) Análise de 30 (trinta) processos, finalizados, entregues ao Setor de Análise Fundiária;
- b) Análise de 07 (sete) processos os quais estão aguardando documentação (matrícula do imóvel);
- c) Análise de 31 (trinta e um) processos com confecção de memorial descritivo e mapas;
- d) Análise de 03 (três) processos para respostas com plotagem de mapas na faixa de fronteiras para Setor Jurídico;
- e) Lançamento no arquivo CAD de 40 (quarenta) processos da década de 80 do Convênio INCRA/ITC;
- f) Digitação da Gleba Massapê, totalizando 733 (setecentos e trinta e três) lotes; g) Digitalização das glebas 18 totalizando 204 (duzentos e quatro) lotes, Gleba 8 totalizando 214 (duzentos e quatorze) lotes, glebas 6 e 7 totalizando 110 (cento e dez) lotes, gleba 11 totalizando 351(trezentos e cinquenta e um) lotes e gleba 14 totalizando 191 (cento e noventa e um) lotes, todas do Imóvel Rio Paraná.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação de 08 (oito) processos de ratificação do município de Pérola;
- b) Elaboração de 03 (três) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do município de Iporã e de 02 (dois) processos de ratificação do Município de Pérola;
- c) Elaboração de análises jurídicas em 20 (vinte) processos de ratificação do município de Cafezal do Sul e de 15 (quinze) processos do município de Iporã/PR;
- d) Elaboração de ofícios solicitando documentação para complementação de processos de ratificação de proprietários, sendo: 340 (trezentos e quarenta) do município de Altônia/PR; 03 (três) do município de Iporã; 345 (trezentos e quarenta e cinco) do município de Pérola e 268 (duzentos e sessenta e oito) do município de Xambrê/PR.

Abril/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no SNCR de 47 (quarenta e sete) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul, Francisco Alves e Iporã/PR;
- b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Corbélia, Cidade Gaucha, Ivaté, Francisco Alves e Anahy, totalizando 113 (cento e treze) processos,
- c) Preenchimento de 52 (Cinquenta e dois) cadastros dos municípios de Francisco Alves, Iporã e Cafezal do Sul;
- d) Entrega de ofícios a proprietários rurais solicitando complementação de documentos;
- e) Atendimento e solicitação de documentos a 58 (cinquenta e oito) proprietários rurais, cujos imóveis estão localizados na Faixa de Fronteira do Estado do Paraná.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Digitalização das Glebas 16 e 17, com 170 lotes, Gleba 18 com 183 lotes, Gleba 19-A com 110 lotes, gleba 21 com 113 lotes, todos do imóvel Rio Paraná;
- b) Desenvolvimento de mapa de Usucapião (a pedido da PFE),
- c) Análise de 13 (treze) processos de ratificação;
- d) Análise e complementação de 10 (dez) processos de ratificação os quais foram repassados ao Setor de Análise Fundiária.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação de 73 (setenta e três) processos de ratificação do município de Umuarama;
- b) Elaboração de 49 (Quarenta e nove) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do município de Umuarama;
- c) Elaboração de 06 (seis) ofícios solicitando documentação para complementação de processos de ratificação de proprietários do município de Xambrê;
- d) Elaboração de análises jurídicas em 02 (dois) processos de ratificação do município de Cafezal do Sul/PR.

Maio/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no SNCR de 70 (setenta) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul, Francisco Alves e Iporã/PR;
- b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Anahy, Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cidade Gaucha, Corbélia, Douradina, Esperança Nova, Guaraniaçu, Icaraíma, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste e Ivaté, totalizando 2.482 (Dois mil, quatrocentos e oitenta e dois) processos,
- c) Preenchimento de 80 (oitenta) cadastros dos municípios de Francisco Alves, Iporã e Cafezal do Sul;

d) Entrega de ofícios a proprietários rurais solicitando complementação de documentos; e
e) Atendimento e solicitação de documentos a proprietários rurais, cujos imóveis estão localizados na Faixa de Fronteira do Estado do Paraná.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Digitalização das Glebas 17, 21 e 22 do Imóvel Rio Paraná, sendo, gleba 22 com 198 lotes, gleba 17 com 77 lotes e gleba 21 e 96 lotes;
- b) Análise de 45 (quarenta e cinco) processos de ratificação; c
- c) Digitalização e georreferenciamento da 1a secção, Gleba 8, Núcleo Rio do Viado, Município de Peabiru com 94 lotes.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Elaboração de análises da documentação em 149 (cento e quarenta e nove) processos de ratificação do município de Umuarama- PR ;
- b) Elaboração de 121 (cento e vinte e uma) cadeias dominiais sucessórias do município de Umuarama- PR.

Junho/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no SNCR de 35 (trinta e cinco) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul, Francisco Alves e Iporã/PR; b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Alto Piquiri, Assis Chateaubriand, Boa Esperança e Braganey, totalizando 2.513 (dois mil e quinhentos e treze) processos, d) Preenchimento de 35 (trinta e cinco) cadastros dos municípios de Francisco Alves, Iporã e Cafezal do Sul; e) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Cafezal do Sul e Iporã solicitando complementação de documentos.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Análise e correção de peças técnicas em 50 (cinquenta) processos de ratificação;
- b) Análise de 16 (dezesseis) processos de ratificação;
- c) Digitalização da gleba 20 do Imóvel Rio Paraná com 103 lotes;
- d) Digitalização da gleba 25 do Imóvel Rio Paraná contendo 109 lotes;
- e) Digitalização do Núcleo Rio do Veadinho, Vila Alta com 94 lotes.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação em 107 (cento e sete) processos de ratificação do município de Umuarama;
- b) Elaboração de 59 (cinquenta e nove) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do município de Umuarama.

Julho/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no sistema nacional de cadastro rural de 55 (cinquenta e cinco) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul, Altônia, Francisco Alves e Iporã/PR;
- b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Alto Piquiri, Assis Chateaubriand, Boa Esperança e Braganey, totalizando 757 (setecentos e cinquenta e sete) processos,
- c) Atualização cadastral e digitação, bem como, complementação de documentos em 55 (cinquenta e cinco) processos dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Iporã e Cafezal do Sul;

d) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Cafetal do Sul e Iporã solicitando complementação de documentos.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Análise de 57 (cinquenta e sete) processos de ratificação;
- b) Digitalização da gleba 24 do Imóvel Rio Paraná com 337 (trezentos e trinta e sete) lotes;
- c) Digitalização da gleba Núcleo Rio do Veadinho - Vila Alta, contendo 94 (noventa e quatro) lotes.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação em 51 (cinquenta e um) processos de ratificação do município de Umuarama;
- b) Elaboração de 48 (quarenta e oito) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do município de Umuarama.

Agosto/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no sistema nacional de cadastro rural de 56 (cinquenta e seis) processos referente aos municípios de Cafetal do Sul, Altônia, Francisco Alves e Iporã/PR;
- b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Diamante do Oeste, Foz do Iguaçu, Goioerê e Janiópolis, totalizando 1.193 (Hum mil, cento e noventa e três) processos;
- c) Atualização cadastral e digitação, bem como, complementação de documentos em 56 (cinquenta e seis) processos dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Iporã e Cafetal do Sul;
- d) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Cafetal do Sul e Iporã solicitando complementação de documentos.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Digitalização da gleba 28 do imóvel Rio Paraná com 103 (cento e três) lotes;
- b) Análise de 86 (oitenta e seis) processos de ratificação;
- c) Digitalização de 178 (cento e setenta e oito) lotes da Gleba 15 do Imóvel Rio Paraná;
- d) Digitalização no CAD da Gleba 20 contendo 220 (duzentos e vinte) lotes, Gleba Cinco Mil;
- e) Digitalização no CAD da Gleba 07 do Imóvel Cinco Mil, contendo 123 (cento e vinte e três) lotes;
- f) Digitalização no CAD da Gleba 07 do Imóvel Guiaracá contendo 299 (duzentos e noventa e nove).

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação em 133 (cento e trinta e três) processos de ratificação do município de Umuarama;
- b) Elaboração de 77 (setenta e sete) cadeias dominiais sucessórias em processos de ratificação do município de Umuarama.

Setembro/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no sistema nacional de cadastro rural de 43 (quarenta e três) processos referente aos municípios de Cafetal do Sul, Altônia, Francisco Alves e Iporã/PR;

- b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Jesuítas, Juranda, Laranjal e Laranjeiras do Sul, totalizando 1.111 (Hum mil, cento e Onze) processos;
- c) Atualização cadastral e digitação, bem como, complementação de documentos em 43 (quarenta e três) processos dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Iporã e Cafezal do Sul;
- e) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Cafezal do Sul e Iporã solicitando complementação de documentos.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Análise em 12 (doze) processo, com confecção de mapa e memorial descritivo, os quais foram encaminhados ao Setor de Análise Fundiária;
- b) Análise em 91 processos de ratificação dos municípios de Francisco Alves, Iporã, Cafezal do Sul e Altônia;
- c) Digitalização de 243 (duzentos e quarenta e três) lotes da Gleba 29 do Imóvel Rio Paraná;
- d) Digitalização de 103 (cento e três) lotes da Gleba 28 do Imóvel Rio Paraná;
- e) Digitalização de 56 (cinquenta e seis) lotes da gleba 01 do imóvel Espigão Azul;
- f) Digitalização no CAD das Glebas 27 e 25.2 do Imóvel Cinco mil, totalizando 265 (duzentos e sessenta e cinco lotes).

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação em 126 (cento e vinte e seis) processos de ratificação do município de Umuarama;
- b) Elaboração de 117 (cento e dezessete) cadeias dominiais sucessórias em processos de ratificação do município de Umuarama;
- c) Elaboração de análises jurídicas em 23 (vinte e três) processos de ratificação do município de Iporã;
- d) Análise da Instrução Normativa INCRA/Nº 63, de 11 de outubro de 2010;
- e) Adequação das análises da documentação, cadastral e técnica ao disposto na IN/INCRA Nº 63/2010;
- f) Elaboração de ofícios de solicitação de transcrições, até a titulação originária, ao CRI 1º Ofício da Comarca de Foz do Iguaçu - PR e ao CRI da Comarca de Peabiru - PR, para comporem processos pilotos de cadeias dominiais;
- g) Elaboração de consulta a órgãos federais - FUNAI, SR(09)F4 – Regularização de Territórios Quilombolas, IBAMA e Ministério de Minas e Energia - sobre a localização de imóveis em terras indígenas, remanescentes de quilombos, de interesse ambiental ou mineral;
- h) Conferência da documentação de processos de ratificação vindos do campo referentes a um único imóvel rural.

Outubro/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no SNCR de 29 (vinte e nove) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul, Altônia, Francisco Alves e Iporã/PR;
- b) Inclusão/atualização de processos de ratificação no Programa PROGRATIF, referente aos municípios de Lindoeste, Loanda, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Mamborê, Mariluz e Matelândia, totalizando 1.285 (Hum mil, duzentos e oitenta e cinco) processos;
- c) Atualização cadastral e digitação, bem como, complementação de documentos em 38 (trinta e oito) processos dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Iporã e Cafezal do Sul;
- d) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Cafezal do Sul e Iporã solicitando complementação de documentos;
- e) Entrega de um Termo Declaratório do município de Iporã-PR.

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Análise em 50 (cinquenta) processo, com confecção de mapa e memorial descritivo, os quais foram encaminhados ao Setor de Análise Fundiária;
- b) Digitalização no CAD das glebas 3, 5, 6, 7 do Imóvel Espigão Azul, totalizando 259 lotes;
- c) Digitalização no CAD da gleba 20 do Imóvel Rio Paraná, totalizando 173 lotes;
- d) Digitalização no CAD das glebas 7, 16, 19, 5, 10, 8, 1, 11, 12, 9, 4, 14, 13 do Imóvel Rio Azul Piqueroby, totalizando 1.191 lotes;
- e) Georreferenciamento e digitalização no CAD da Gleba São Vicente - 1^a Parte, situada no município de Altônia - PR;
- f) Elaboração de mapas de ratificação para processos de vistoria de imóvel com área de 930,4000 hectares, situado no imóvel Colônia C Serra do Maracaju, município de Terra Roxa - PR;
- g) Verificação e separação de 43 (quarenta e três) processos com averbação de reserva legal, dos municípios de Francisco Alves, Cafetal do Sul, Altônia e Iporã - PR, que foram encaminhados ao Setor de Análise Fundiária.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação em 101 (cento e um) processos de ratificação do município de Umuarama;
- b) Elaboração de 97 (noventa e sete) cadeias dominiais sucessórias em processos de ratificação do município de Umuarama.

Novembro/2010

1) SETOR DE CADASTRO

- a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no sistema nacional de cadastro rural de 70 (setenta) processos referente aos municípios de Cafetal do Sul, Altônia, Francisco Alves, São Jorge do Patrocínio, Perola, Xambrê, Esperança Nova, Perobal e Iporã/PR;
- b) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Cafetal do Sul, Esperança Nova, Xambrê, Perola, São Jorge do Patrocínio, Perobal e Iporã solicitando complementação de documentos;

2) SETOR DE CARTOGRAFIA

- a) Elaboração de 05 (cinco) mapas e análise de processos de ratificação;
- b) Elaboração de 23 (vinte e três) mapas, memoriais descritivos e análise técnica, para instrução de processos de ratificação;
- c) Elaboração de 30 (trinta) memoriais descritivos para instrução de processos de ratificação;
- d) Digitalização da Gleba Rio Paraná número 19, gleba 1, totalizando 358 lotes;
- e) Digitalização da gleba São Vicente, município Altônia, totalizando 469 lotes;
- f) Digitalização da Gleba 23 do Imóvel Rio Paraná, totalizando 140 lotes;
- g) Elaboração de mapa do lote rural nº 4, transcrição nº 6.848, da Colônia "B" Santa Helena ou Sol de Maio, Mapa Elaborado para o servidor Álvaro;
- h) Elaboração de mapas da Fazenda Dom Pancho, Lotes 33 a 86, processo de vistoria de Imóvel rural;
- i) Elaboração de mapa do lote 302 da Gleba II do Imóvel Andrada;
- h) Elaboração de mapa do município de Chopinzinho em Relação à Faixa de Fronteira.

3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA

- a) Análise prévia da documentação em 170 (cento e setenta) processos de ratificação do município de Umuarama ;

- b) Elaboração de 46 (quarenta e seis) cadeias dominiais sucessórias em processos de ratificação do município de Umuarama;
- c) Elaboração de ofícios solicitando transcrições, até a titulação originária, ao CRI 1º Ofício da Comarca de Foz do Iguaçu - PR, e ao CRI da Comarca de Peabiru - PR, para comporem processos pilotos de cadeias dominiais;
- d) Elaboração de consulta aos órgãos federais competentes - FUNAI, SR(09)F4, IBAMA e Ministério de Minas e Energia;
- e) Adequação das análises da documentação cadastral, cartográfica e jurídica conforme Instrução Normativa nº 63/2010;
- f) Elaboração de Notificação para vistoria de Fiscalização em processos administrativos de ratificação dos municípios de Cafezal do Sul/PR e Iporã/PR;

Dezembro/2010

- 1) SETOR DE CADASTRO
 - a) Análise, pesquisa e impressão de dados contidos no sistema nacional de cadastro rural de 94 (noventa e quatro) processos referente aos municípios de Cafezal do Sul, Altônia, Francisco Alves, São Jorge do Patrocínio, Pérola, Xambrê, Esperança Nova, Perobal e Iporã/PR;
 - b) Preenchimento de 94 (noventa e quatro) cadastros rurais;
 - c) Entrega de ofícios a proprietários rurais dos municípios de Francisco Alves, Altônia, Cafezal do Sul, Esperança Nova, Xambrê, Perola, São Jorge do Patrocínio, Perobal e Iporã solicitando complementação de documentos.
- 2) SETOR DE CARTOGRAFIA
 - a) Digitalização de 1.092 lotes do município de São Jorge do Patrocínio;
 - b) Digitalização de 211 lotes da gleba Altônia;
 - c) Digitalização do imóvel Rio da Areia, glebas 1, 2, 5 e 7 com 498 lotes no município de Alto Piquiri;
 - d) Digitalização da gleba Ouro Porto com 286 lotes e gleba Paredão com 229 lotes localizadas no município de Altônia;
 - e) Digitalização da gleba São João, com 752 lotes, localizada no município de São Jorge do Patrocínio;
 - f) Instrução de 28 processo de ratificação, com confecção de mapas, memorial descritivo e análise técnica encaminhados para o Setor de Análise Fundiária; g) Trabalhos de levantamento topográfico de lotes na área de ratificação, em 12 (doze) imóveis rurais, cujos proprietários possuem mais de um imóvel, para cálculo de uso de solo.
- 3) SETOR DE ANÁLISE FUNDIÁRIA
 - a) Análise prévia da documentação de 10 (dez) processos de ratificação do Município de Umuarama/PR;
 - b) Elaboração de 14 (quatorze) cadeias dominiais sucessórias de processos de ratificação do Município de Umuarama/PR;
 - c) Elaboração de análises jurídicas em 11 (onze) processos de ratificação do Município de Altônia, Cafezal do Sul e Iporã;
 - d) Elaboração de relação de processos administrativos de ratificação do Município de Cruzeiro do Oeste /PR;
 - e) Conferência das notificações de vistoria dos processos administrativos de ratificação do Município de Iporã/PR;
 - f) Elaboração de Ofícios – Convênio nºs 24 e 25 de 2010, solicitação de photocópias de matrículas/Transcrições aos CRIs da Comarca de Quendas do Iguaçu/PR e Guarapuava/PR;
 - g) Elaboração de Ofício – Convênio 26/2010 - Solicitação de photocópia de registro ao CRI do 1º Ofício de Foz do Iguaçu/PR;

- h) Elaboração dos pareceres nºs 15 e 16 de 2010, nos processos administrativos de Vistoria de Imóvel Rural do Interessado João Raul Colpo, protocolados respectivamente sob os nºs 54201560/98-50 e 54201.000561/98-12;
- i) Conferência das análises jurídicas e das cadeias dominiais sucessórias em processos administrativos de ratificação do município de Altônia, Cafetal do Sul e Iporã/PR;
- j) Elaboração do parecer nº 17/2009, interessado Ibema Indústria Brasileira de Madeiras S/A – Sucedida por Ibrac Indústria Brasileira de Construções Ltda – Processo Administrativo de Oferta de Imóvel Rural – Fazenda São Geraldo – Ibema/PR;
- k) Encaminhados 23 (vinte e três) processos de ratificação com vistas ao Conselho de Defesa Nacional, objetivando emissão de Títulos.

4) SETOR TÉCNICO

- a)Vistoria em 12 (doze) imóveis rurais, cujos proprietários possuem mais de um imóvel rural, em atendimento ao contido na IN nº 63/2010.

Atividades que apresentaram problemas na execução

Em Setembro/2009, a Equipe de Trabalho do Serviço de Regularização Fundiária de Cascavel/PR elaborou e submeteu proposta de alteração da INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 48/2008, tendo em vista sua inexequibilidade. Contudo, tal proposta levou mais de 1 (um) ano para ser apreciada, ou seja, de Setembro/2009 a Outubro/2010, período em que os trabalhos não ficaram paralisados, mas foram instruídos com base na própria proposta de alteração da norma vigente, já que esta apresentava seríssimos problemas de execução.

Cumpre esclarecer que a proposta de alteração da IN Nº 48/2008 não foi aprovada em todos os seus termos, mas parcialmente, com várias outras modificações, culminando na aprovação e publicação da IN Nº 63/2010. Com isso, tão-somente a partir da publicação da nova IN Nº 63/2010, em 19/11/2010, foi possível estabelecer nova rotina de trabalho, com a elaboração de novo procedimento de ratificação e consequente adequação do procedimento adotado nos processos de ratificação que já se encontravam em andamento, quando da aprovação e publicação da nova norma.

Ademais, com relação à proposta de instrução normativa que fixa os procedimentos para regularização fundiária de imóveis rurais da União Federal e do INCRA, originários de procedimentos de desapropriação, localizados fora da Amazônia Legal e não integrantes de projeto de assentamento, entendeu a Procuradoria Regional do INCRA que o assunto não pode ser tratado em sede de instrução normativa, mas de medida legislativa, a exemplo de decreto-lei, medida provisória, etc.

Atividades que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Entre as atividades que superaram as metas estabelecidas temos a elaboração de proposta de reformulação da Instrução Normativa/INCRA/Nº48/2008, possui os seguintes objetivos:

- a) retomada da configuração da ratificação segundo parâmetros criados pelo Decreto-Lei nº 1.414/75, ou seja, o resgate da conceituação originária definida como “ratificação”;
- b) adoção de rotina própria nas atividades de ratificação, atrelada aos seus objetivos de saneamento dominial das situações precárias que mantém o caráter de “ocupações possessórias”, com adoção de um procedimento mais célere e de menor custo financeiro;
- c) criação de um contexto cultural próprio das ações de ratificação nos meios técnico e jurídico, que permita assegurar e avançar na retomada efetiva e em larga escala da regularização fundiária em todo o território brasileiro, considerando a relevância das ações governamentais voltadas à regularização dominial das terras públicas em nome de particulares como forma de ampliação da estrutura produtiva e diminuição dos conflitos sociais, em benefício e bem estar do homem do campo;

Contratações e Parcerias

Em 2008 foi assinado Convênio firmado entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e a União Educacional de Cascavel – UNIVEL, todos devidamente qualificados no Processo Administrativo INCRA/SR/09/nº 54200.002769/2008-09, os quais tem por finalidade alocar profissionais nas áreas de direito, agronomia, cartografia e informática para prestar serviços na instrução e análise de processos administrativos de regularização fundiária (ratificação e titulação), suprindo a deficiência do quadro de servidores lotados no Serviço de Regularização Fundiária – SR(09)F-3.

Municípios com Trabalhos não Concluídos

A seguir relação de Município de atuação na atividade de ratificação, cujos trabalhos foram iniciados no exercício de 2009, e, pelas razões acima expostas, nenhum imóvel teve concluída a ratificação.

Entretanto, além dos Municípios de Iporã (675 imóveis), Cafetal do Sul (293 imóveis) e Francisco Alves (200 imóveis), as atividades de ratificação abrangeram os Municípios de Altônia (609 processos), Pérola (339 processos) e Xambrê (282 processos), e foram estendidas aos Municípios de Umuarama (1049 processos) e Cruzeiro do Oeste (654 processos), cujos processos estão em trâmite nos Setores do SR(09)F-3/Convênio INCRA/Unioeste-Univel.

Por fim, em se tratando da Colônia São João do Sul, com 1.518,40 ha e aproximadamente 133 posses, localizada no município de Guaraniaçu/PR, encontrava-se incluída na meta/2009, e também o foi na meta/2010, porém não chegou ser trabalhada, igualmente porque foi objeto de programação a ter licitado o georreferenciamento, precedido de elaboração de projeto básico e licitação; o que não foi viabilizado pelo setor de cartografia. Igual procedimento estava previsto para titulação de lotes remanescentes de áreas desapropriadas para fins de regularização fundiária, o que também neste exercício não foi viabilizado pelo setor de cartografia, em que pese esse trabalho ter sido programado para ser realizado diretamente pelo INCRA. Ressalte-se que a titulação também estaria prejudicada pela falta, ainda, de instrução normativa de regularização fundiária, regulamentando a legitimação de posse em áreas remanescentes de desapropriação em nome do INCRA e da União Federal.

2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	3	Área com processo impetrado (ha)	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0	0	0	-	0	-	0	-

Fonte: PO2010, SIAFI

Não ocorreu no período.

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	3	Área diagnosticada destinada	20000	0	-	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
54301	0	0	-	0	-	0	-

Fonte: PO2010, SIAFI

Não ocorreu no período.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
18.663,00	915.779,38	850.887,67	92,91	87.445,57	9,55	87.445,57	9,55

Fonte: PO2010, SIAFI

Nota: As ações de Tecnologia da Informação foram custeadas parte por esta ação.

O INCRA tem como missão a implementação da política nacional de reforma agrária e a realização do ordenamento fundiário nacional, com vistas a contribuir com o desenvolvimento sustentável da nação. Estas duas diretrizes institucionais apresentam como objeto elementar o “território”, manifestado fisicamente em sua materialização no espaço geográfico. Neste contexto,

as geotecnologias têm papel fundamental no planejamento e execução dos programas e ações sob responsabilidade da autarquia.

**2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶**

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor capacitado (unidade)	80	130	162,5	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
82.415,00	193.400,67	180.292,64	93,22	180.292,64	93,22	180.292,64	93,22

Fonte: PO2010, SIAFI

O percentual de servidores capacitados em 2010 foi de 83,3% (130 servidores) do quadro de servidores ativos, incluindo os lotados na Procuradoria Federal Especializada - PFE. A seguir o registro de eventos, servidores, participações e horas aula de capacitação em 2010.

Tabela 16: Registro de Eventos, Servidores, Participações e hora aula

Mês	Quantidade de Eventos	Quantidade de Servidores	Hora/Aula
JANEIRO	0	0	0
FEVEREIRO	04	20	72
MARÇO	03	05	112
ABRIL	03	03	40
MAIO	03	16	96
JUNHO	06	12	127
JULHO	04	05	70
AGOSTO	06	22	118
SETEMBRO	11	13	253
OUTUBRO	04	23	114
NOVEMBRO	04	03	96
DEZEMBRO	03	09	85
TOTAL	51	130	1.183

Em 2010, foram realizados 51 eventos de capacitação, contabilizando um total de 232 oportunidades de capacitação, com a participação de 118 servidores, os quais podem ser classificadas da seguinte forma:

- capacitações oferecidas pelas Diretorias do INCRA/Sede: 18;
- capacitações de iniciativa desta Superintendência: 13;
- capacitações oferecidas por instituições parceiras: 17;
- demandas apresentadas individualmente: 09.

Dos 51 eventos de capacitação realizados no ano de 2010, trinta eventos, isto é, 60%, foram feitos através de parcerias com outras instituições, entre as quais destacam: Escola de Governo do Estado do Paraná, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, ITCG (Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Estado do Paraná), CGU, IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Alguns eventos de iniciativa do Serviço de Desenvolvimento Humano, apoiados pela áreas de Planejamento e Controle e de Comunicação Social da SR(09), tiveram um número expressivo de participações dos servidores do INCRA/PR e foram os seguintes:

- Capacitação de condutores de veículos, em parceria com a EBCT;
 - Diálogos Agrários;
 - Elaboração de Projetos: da Introdução à Conclusão;
 - Oficina de Comunicação: Técnicas de Negociação e Atendimento ao Público;
- Oficina de Atendimento a Cliente realizado com os servidores da Unidade Avançada Iguaçu (Francisco Beltrão) e do Serviço de Regularização Fundiária (Cascavel);
- SICONV - Passo a Passo, Curso in Company;

- Diligências e Notificações do TCU; Curso in Company

Alguns dos cursos ofertados pelo INCRA/SEDE:

- Mapeamento e Análise de Cobertura da Terra Em Assentamentos Com Imagens Ópticas Orbitais (INCRA);
- Encontro Nacional de Gestão de Pessoas;
- SEFIP 8.4;
- Capacitação no Sistema SIPRA e Titulação;
- Implantação de Agroindústria Familiares e Ação 4320 - Terra Sol;
- Fórum de Vigilância e Promoção á Saúde do Servidor Público Federal
- Concessão de Aposentadoria e Pensão com Ênfase no Sistema SIAPE/SIAPECAD e SISAC;
- Treinamento Utilização do GPS JUNO e SGT
- Assistência a Saúde Suplementar
- Treinamento em Tomada de Conta Especial – TCE
- Planejamento, Gerenciamento e Avaliação de Treinamento na Administração Pública
- XXXIX Curso Sobre Siafi Gerencial – Sistema Integrado de Administração Financeira
- VIII Polo de Capacitação em Fiscalização da Função Social de Imóveis Rurais

Além da participação dos servidores em Fóruns e Congressos:

- III e IV Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Gestão;
- V Congresso Brasileiro de Pregoeiros;
- Seminário “Comunidades Tradicionais na sua Dimensão Socioambiental”
- Simpósio Internacional para formuladores de políticas públicas locais e regionais “O Valor da Natureza para o Desenvolvimento
- II Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários
- Seminário “Geocertificação de Imóveis Rurais”
- Seminário Ética na Gestão – XI Encontro dos Integrantes da Rede de Ética do Poder Executivo Federal
- Simpósio ABCE – Declaração do Imposto Territorial Rural - ITR/DITR/2010 e a Gestão Imobiliária nas Empresas de Energia Elétrica do Brasil
- II Simpósio Sobre Pequenas Cidades - XXVI Semana de Geografia “As Pequenas Cidades na Geografia Brasileira”
- VII Semana de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas
- 1º Seminário do Projeto de Desenvolvimento Rural com as Comunidades Quilombolas
- IX Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial – COBRAC/2010

Abaixo, os números totais alcançados pela Ação de Capacitação na SR(09)PR:

- horas aula: 1.153;
- nº de servidores envolvidos: 118
- nº de participações gerais: 232

Em 2010 os recursos descentralizados foram gastos com pagamento de despesas diretas da capacitação, inscrições em cursos, pagamento de instrutores, locação de auditório para cursos, além das despesas para o pagamento de cursos de pós-graduação para dois servidores da SR(09).

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	455	12851	2824,4	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
50.980,00	224.062,08	209.001,61	93,28	207.501,62	92,61	207.501,62	92,61

Fonte: PO2010, SIAFI

Pela Assistência Social, Técnica e Jurídica aos Acampados, no ano de 2010, foram distribuídas cestas de alimentos em média para 7.361 famílias de agricultores rurais sem terra acampadas, incluindo 109 famílias da comunidade de quilombolas, em mais de 80 municípios do Estado do

Paraná, através do Programa Fome Zero do Governo Federal, em uma ação da Ouvidoria Agrária desta Superintendência.

O total de peso das cestas de alimentos distribuídas foi de 1.377.104 kg, 34.110 kg em uma composição de alimentos para 1.663 famílias, 5.040 kg de feijão para 1.215 famílias, conforme a tabela a seguir.

Atividades Realizadas em 2010 através do Programa Fome Zero – Distribuição de Cestas de Alimentos

Tabela 17: Famílias acampadas assistidas com cestas de alimentos

Mês	Peso por Cesta kg	Qdade Cestas por família	Peso Total de Alimentos kg	Cestas Liberadas	Total Fam. Assistidas
MAR/ABR	31	2	443.858	6.822	7.159
MAIO	30	1	226.680	7.500	7.556
SET/OUT	23	2	344.816	7.500	7.496
DEZEMBRO	25	2	361.750	7.500	7.235
TOTAL		7	1.377.104		51.336

Obs: Com variação de aproximadamente de 20% de famílias novas que não receberam cesta por distribuição

Distribuição de Alimentos - Extra

Tabela 18: famílias acampadas beneficiadas com cestas de alimentos extra

Mês	Qdade de Alimentos	Quantidade de cestas por família	Cestas Liberadas	Total Fam. Assistidas
AGOSTO	34.110	1	1.653	1.653

Distribuição de Feijão

Tabela 19: Famílias acampadas assistidas com sacas de feijão

Mês	Peso	Qdade Cestas	Peso Liberado	Total Famílias
OUTUBRO	5.040	SACA	5.040	1.215

Obs: sacas de 50 ou 60 kg.

DISTRIBUIÇÃO DE LONAS

Tabela 20: Famílias acampadas assistidas com lona plástica

Mês-início	Quantidade de lonas adquiridas	Nº Nota Fiscal	Lona Liberada	Total de famílias assistidas
17/03/2010	113	16341 de 10/11/09	113	1.010
06/08/2010	65	1373422 de 30/07/2010	65	600
SETEMBRO/2010	120	1471039 e 1471006	83	950
TOTAL	298		261	2.560

Obs: Recursos da Ouvidoria Agrária Nacional e licitada pela Superintendência Regional do INCRA no Paraná, com de 8 a 10 m de lona plástica por famílias

Cadastramento de Famílias Acampadas

Tabela 21: Famílias acampadas cadastradas

Município	Acampamento	Famílias Cadastradas
PORECATU	HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU	997
FLORESTÓPOLIS	PORTA DO CEU	54
FLORESTÓPOLIS	MANOEL JACINTO CORREA	80
LERRO VILLE	ELI VIVE	550
ALTO PARAISO	DOS ILHÉUS E SEM TERRA DE PORTO FIQUEIRA	52
ALTO PARAÍSO	SANTA FILOMENA	32
MARILÂNDIA DO SUL	STA MARIA BUENO	115
INÁCIO MARTINS	BOA ESPERANÇA	23
INÁCIO MARTINS	SÃO JOSÉ DA LAGO	20
INÁCIO MARTINS	CACHOEIRA	85
INÁCIO MARTINS	LEONÓPOLIS	41
GUARAPUAVA	NOVA GERAÇÃO	61
TOTAL	12	2.110

Obs: Cadastramento realizado por equipe a Superintendência Regional do INCRA e da Ouvidoria Agrária Regional no Paraná, com recursos da Ouvidoria Agrária Nacional.

Foram emitidas ainda 324 (trezentos e vinte quatro), declarações aos candidatos ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, que foram cadastrados na Ouvidoria Agrária Regional aos Órgãos competentes como declarações para aposentadoria, auxílio doença, para requerer RG e CPF, matrícula escolar, bolsa família, auxílio maternidade, criação de associação, 720 (setecentos e vinte) Declarações de Aptidão para o Programa de Aquisição de Alimentos – DAP, 148 (cento e quarenta e oito) declarações para inscrição no CAD-PRO, para solicitar a emissão da nota do produtor, foram emitidos 79 (setenta e nove) memorandos, 18 (dezoito) ofícios diversos e 50 (cinquenta) famílias foram atendidas na sala da Ouvidoria Agrária Regional referente informações da distribuição das cestas de alimentos e cadastramentos dos candidatos.

2.3.5.2 Ação 4288 – Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar e controlar possíveis situações de conflito relativas às famílias acampadas, trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo ou vítimas do trabalho escravo, comunidades carentes, focos ou bolsões de pobreza no campo, assentados da reforma agrária, quilombos, índios, extrativistas e garimpeiros.

Descrição: Monitoramento e controle das possíveis situações de conflito no campo, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, tais como fornecer alimentação, atendimento à saúde, educação, organização de uma produção mínima e capacitação para a inclusão social, através da presença do Estado, visando o resgate da cidadania.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	4288	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	0	-	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO2010, SIAFI

Recebemos esta provisão no final do exercício de 2010 e não houve tempo hábil para a sua utilização.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunida de titulada (unidade)	0	0	-	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
163.392,00	157.899,14	86.872,97	55,02	49.352,79	31,26	49.352,79	31,26

Fonte: PO2010, SIAFI

No estado de Paraná existem 36 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, todas elas com processo de regularização de território quilombola abertos no INCRA-PR.

Atualmente o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do Paraná trabalha em 12 comunidades quilombolas, listadas a seguir:

Famílias e comunidades remanescentes Quilombolas atendidas no ano de 2010, por município. (valor aproximado)

Tabela 22: Comunidades Quilombolas atendidas em 2010

Comunidade	Município	Número de Famílias
Paiol de Telha	Reserva do Iguaçu	393
João Sura	Adrianópolis	34
Serra do Apon	Castro	30
Mamãs	Castro	25
Limitão	Castro	20
Guajuvira	Curiúva	40
Água Morna	Curiúva	12
São João	Adrianópolis	13
Córrego do Franco	Adrianópolis	13
Varzeão	Doutor Ulysses	36
Manoel Ciriaco dos Santos	Guaíra	07
Adelaide Maria Trindade Batista	Palmas	180

A legislação vigente que ampara os trabalhos desta ação são o Decreto N° 4.887/03 e as Instruções Normativas/INCRA/N° 20/05, 49/08 e 57/09. Para se proceder à regularização de territórios quilombolas, faz-se necessária, primeiramente, a elaboração de um relatório técnico, o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). A peça principal deste relatório é o relatório antropológico e o levantamento agroambiental, o qual subsidia as outras peças técnicas restantes: cadastramento das famílias quilombolas, cadastramento de ocupantes não quilombolas, planta e memorial descritivo, cadeia dominial ou levantamento fundiário e levantamento ocupacional.

As sete primeiras comunidades supracitadas (Paiol de Telha, João Surá, Serrado Apon, Mamãs, Limitão, Guajuvira e Água Morna) foram objeto de um Termo de Cooperação Técnica firmado em 2006 entre INCRA e Universidade Federal do Paraná, para a realização dos relatórios antropológicos destas respectivas comunidades.

As cinco comunidades restantes (São João, Córrego do Franco, Varzeão, Manuel Ciriaco dos Santos e Adelaide Marai Trindade Batista) foram contempladas em dois convênios, firmados entre INCRA e Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade Estadual de Ponta Grossa, assim como, entre o INCRA e Universidade do Oeste do Paraná, ambos firmados em 2008.

a) Principais resultados

a) O principal resultado foi a publicação do RTID de João Surá, Município de Adrianópolis no dia 29 de dezembro de 2010. Com essa publicação foram cumpridos 50% da meta prevista para publicação de RTID's.

2) Alguns avanços nos trabalhos em algumas comunidades devem ser destacados, tais como:

a) Paiol de Telha no Município de Reserva do Iguaçu :

- Notificação a ocupantes e confinantes (casos onde houve erro de notificação).

II. Serra do Apon no Município de Castro:

- Relatório Antropológico entregue e em análise na DFQ/SEDE.

III. Água Morna no Município de Curiúva:

- Reunião Pública, em Curiúva, com proprietários, comunidade quilombola e lideranças locais para explanação dos trabalhos para evitar conflitos entre decorrentes dos trabalhos para composição do RTID.

IV. Varzeão no Município de Doutor Ulysses:

- Levantamento agro-ambiental;
- Relatório antropológico entregue e aprovado;
- Apresentação do Relatório Antropológico Final à Comunidade de Varzeão e o reconhecimento de território.

V. São no Município de Adrianópolis:

- Relatório antropológico entregue e aprovado;
- Levantamento agro-ambiental; e
- Apresentação do Relatório Antropológico Final à Comunidade de São João.

VI. Córrego do Franco no Município de Adrianópolis:

- Relatório antropológico entregue, mas com pendências;
- Levantamento agro-ambiental;
- Apresentação do Relatório Antropológico Final à Comunidade;
- Reconhecimento de território.

Foi possível atender somente as atividades planejadas para essas comunidades, como pode ser visto no detalhamento acima.

b) Principais Problemas

- a) Atraso na entrega dos produtos contratados por meio de Convênio e Contrato de Repasse financeiro para confecção dos Relatórios Antropológicos;
- b) Produtos contratados e entregues que não obedeceram a especificações do EDITAL e normas do INCRA, ocasionando a reprovação dos mesmos;
- c) Ouve entraves com a operação do sistema SICONV para o acompanhamento e fiscalização dos Convênios.

A conduta do INCRA frente a esses problemas foi o de notificar os Convenentes a UNIOESTE e UNICENTRO, e mais as Executoras, por não apresentaram os produtos conforme contratados e das providências adotadas pelo órgão para abertura de Tomadas de Contas Especial.

c) Contratações e Parcerias - relatar as contratações e parcerias realizadas no exercício e sua importância para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

Reiterando as dificuldades dos trabalhos realizados pela INCRA-UNIOESTE para confecção de 02 (dois) relatórios antropológicos, produtos contratados por meio de convênio de nº 701681/2008, nas Comunidades de Manoel Ciriaco dos Santos e Adelaide Maria Trindade os quais não foram aprovados, além do Relatório de Serra do Apon contratado por meio de repasse orçamentário com a UFPR que teve um grande atraso na entrega do relatório que se encontra em análise na DFQ em Brasília. E com o convênio INCRA-UNICENTRO-UEPG de nº 701534/2008 que entregou o relatório antropológico da Comunidade de Córrego do Franco mas com necessidade de se fazer adequações.

Os convênios tinham o seu término previsto para dezembro de 2009, mas devido ao atraso na transferência de recursos pelo INCRA, gripe suína, intempéries do tempo e às várias situações de conflito nas comunidades, os trabalhos de campo foram adiados, os prazos foram prorrogados para março de 2010 (INCRA-UNIOESTE) e maio de 2010 (INCRA-UNICENTRO-UEPG).

Análise crítica

a) Cumprimento das metas físicas:

Cabe aqui uma nota de esclarecimento sobre a natureza da meta física estabelecida para esta ação. A meta é a titulação da comunidade quilombola, mas para se chegar a tal, percorrem-se quatro longas fases principais:

- 1) RTID;
- 2) Portaria de Reconhecimento;
- 3) Decreto de Desapropriação;
- 4) Emissão de Título.

E com a equipe reduzida, o processo tem encontrado dificuldades para avançar de uma forma mais célere no fluxo (figura 1) da regularização do território quilombola até a titulação que é o produto da meta física.

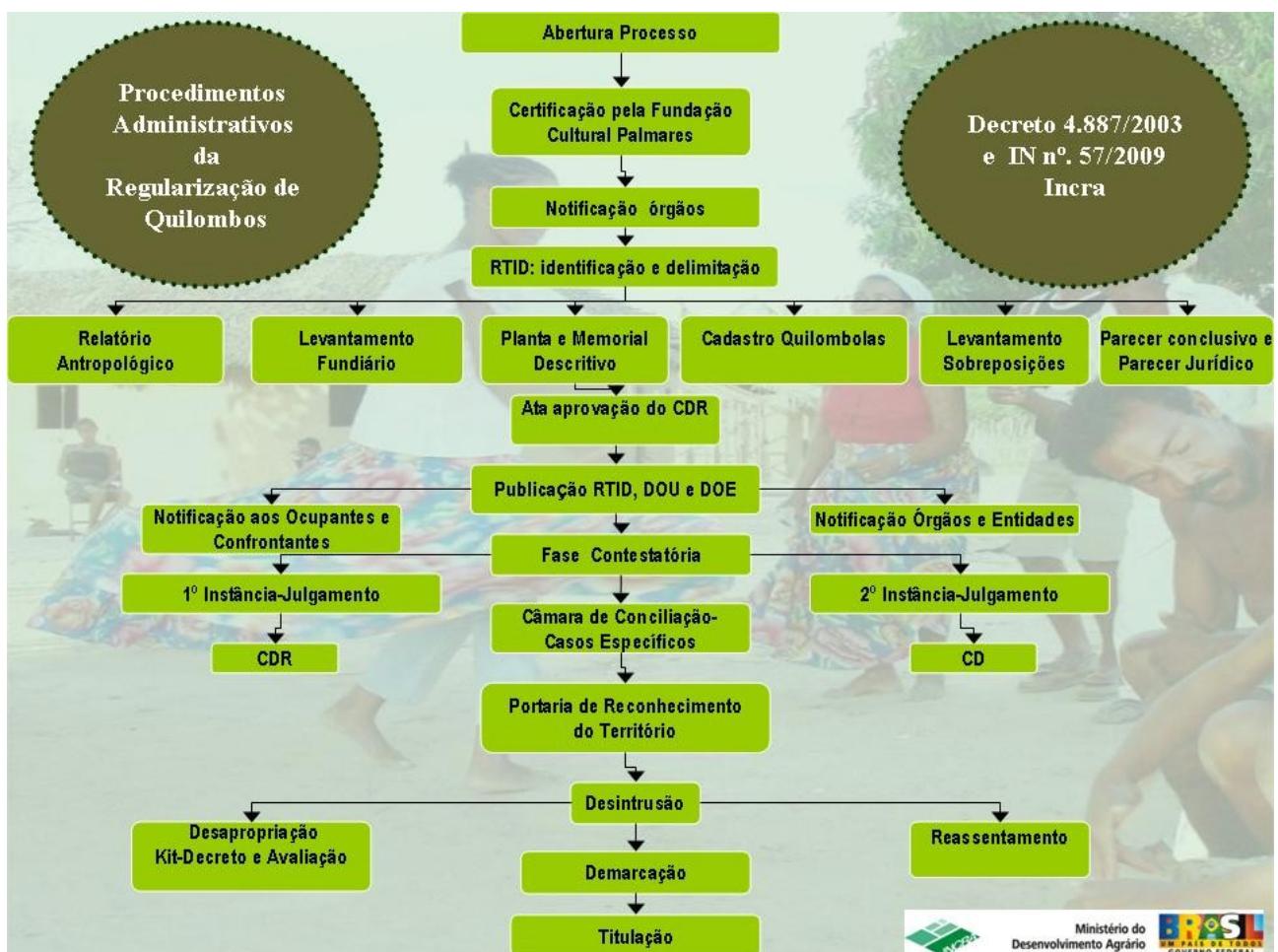


Ilustração 4: Procedimentos Administrativos da Regularização de Quilombos

No processo de alcance dos objetivos propostos, é importante ressaltar a aproximação do Serviço de Regularização de Territórios Quilombola com órgãos que também possuem atuação nas comunidades quilombolas, evidenciando assim, uma estratégia de atuação conjunta, especialmente voltada a otimizar trabalhos e minimizar conflitos. Citamos como exemplo o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, do estado do Paraná, o Ministério Público Estadual, o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado, Ministério Público Federal, Polícia Militar e Polícia Federal.

Por tanto sabe-se que em 2011 também não será titulada nenhuma comunidade quilombola. Cabe mencionar também que, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas trabalha nas duas primeiras fases. As duas fases restantes são de atribuição da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Funçã o	Subfunçã o	Program a	Ação	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	3	Ára indenizada (ha)	0	0	-	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0	0	0	-	0	-	0	-

Fonte: PO2010, SIAFI

Não ocorreu no período.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado	0	0	-	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	-	0	-	0	-

Fonte: PO2010, SIAFI

Considerando que não houve apresentação de propostas por parte das instituições de ensino ou das comunidades, não foi realizada nenhuma atividade nesta ação.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	6952	A	3	Profissional capacitado (unid)	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		0	0	0	-	0	-

Fonte: PO2010, SIAFI

Considerando que não houve apresentação de propostas por parte das instituições de ensino ou das comunidades, não foi realizada nenhuma atividade nesta ação.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional formado (unidade)	340	212	62,35	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
690.441,00	224.797,28	224.797,28	100,00	224.797,28	100,00	224.797,28	100,00

Fonte: PO2010, SIAFI

Durante o exercício de 2010 as atividades desta ação estiveram relacionadas ao acompanhamento do Convênio com a UNIOESTE e dos Termos de Cooperação Técnica com o IFPR, com a formatura de duas turmas, uma do Curso de Técnico em Agroecologia PROEJA – CEAGRO, com 22 profissionais formados e 25 formados nos Cursos de Tecnologia em Agroecologia e em processo de formação, 90 alunos dos cursos de Nível Médio.

a) Acompanhamento do Convênio CRT/PR Nº 230.000/2008, celebrado com a Universidade Federal do Oeste do Paraná, UNIOESTE, visando a realização de curso de **Pedagogia para Educadores do Campo**. Foi publicado no Diário Oficial da União, em 15 de abril de 2010, o terceiro termo aditivo ao convênio que teve por objetivo a liberação dos recursos previstos para o exercício de 2010, num total de R\$ 224.797,28 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos).

Cabe à Universidade, a título de contrapartida, disponibilizar bens e serviços num total de R\$ 58.062,10 (cinquenta e oito mil sessenta e dois reais e dez centavos).

A Publicação do termo aditivo foi registrada no SICONV, mas também encaminhada para o D.O.U, uma vez que há algum problema no funcionamento do sistema e as publicação registradas no SICONV não são publicadas de fato.

Mesmo com a publicação em 15/04/2010, devido a indisponibilidade de financeiro por parte do INCRA, o repasse para a Universidade somente ocorreu em 26/05/2010, pela ordem bancária 2010OB801242.

Atividades realizadas- Tempo Escola.

4º Etapa

Junho/julho 07/06/2010 a 07/07/2010

Disciplinas: 206 horas/aula

- a) Educação Popular
- b) Sociologia educacional
- c) História da educação II
- d) Teorias e práticas da educação de jovens e adultos
- e) Fundamentos da didática
- f) Alfabetização
- g) Alfabetização de jovens e adultos
- h) Estágio Supervisionado II
- i) Seminários de Temas Especiais em Educação do Campo II
- j) Fundamentos de educação especial inclusiva.

5º Etapa

outubro/novembro 13/10/2010 a 15/11/2010

Disciplinas: 220h/aula

- a) Educação Popular
- b) Sociologia educacional
- c) História da educação II
- d) Teorias e práticas da educação de jovens e adultos
- e) Fundamentos da didática
- f) Alfabetização
- g) Alfabetização de jovens e adultos
- h) Estágio Supervisionado II
- i) Seminários de Temas Especiais em Educação do Campo II
- j) Fundamentos de educação especial inclusiva.

As disciplinas foram oferecidas conforme o informado no plano de trabalho, com apenas algumas alterações de datas, o que não implica em prejuízo ao curso.

Atividades de Fiscalização e Acompanhamento

A fiscalização e acompanhamento do Convênio ocorreram por meio de visita ao *campus* de Cascavel, realização de reuniões com professores e coordenadores, acompanhamento de aulas ministradas a turma, contatos telefônicos e por meio eletrônico com professores, membros e equipe da Universidade, acompanhamento do tempo comunidade, com o recurso disponibilizado na ação 2272.

- 14/06/2010 a 18/06/2010**

Acompanhamento do início da 4º etapa do curso. 37 alunos presentes. Aula do professor Paulo Porto, disciplina Educação Popular.

- 06/07/2010 a 08/07/2010**

Acompanhamento do final da 4º etapa do curso. 37 alunos presentes. Disciplina Seminários de Temas Especiais em Educação do Campo II.

- 20/09/2010 a 24/09/2010**

Objetivo: acompanhar atividades do tempo comunidade dos alunos do curso de Pedagogia para educadores do campo, realizado em convênio com a UNIOESTE. Acompanhar trabalho da professora contratada para supervisionar atividades dos alunos. Realizar reunião com a Coordenação do curso.

Entre os dia 21 e 23 de novembro foram acompanhados os trabalhos e as atividades de tempo comunidade dos alunos do curso de Pedagogia para Educadores do campo.

Em reunião com a Coordenação do curso foram repassadas informações sobre o VI Seminário Nacional do PRONERA, que ocorrerá em novembro e discutido a questão sobre a utilização de recursos remanescentes do convênio, tanto os recursos provenientes de sobras de aplicações financeiras, tanta os recursos remanescentes que não foram aplicados devido à diminuição do número de alunos do curso.

A Coordenadora relatou problemas para a contratação de serviços de alimentação, devido ao montante de recursos disponíveis. Foi solicitada urgência no encaminhamento do pedido, uma vez que há a necessidade de consultas internas no INCRA, nas áreas técnica, contábil e jurídica, sobre a possibilidade dessa utilização.

As atividades discentes acompanhadas foram realizadas no PA Campo Bonito (chamado pelos assentados de Teixeirinha) e em dois acampamentos próximos. O lote da aluna Ednéia, no PA Olga Benário e o lote das alunas Ângela e Alzira, no PA Campo Bonito foram visitados.

As atividades de EJA, educação de jovens e adultos, realizadas em período noturno, não foram acompanhadas pela impossibilidade de deslocamento.

Seguindo o plano de atividades proposto pela Universidade, nesta etapa os alunos devem acompanhar atividades de alfabetização, tanto de jovens e adultos, como das séries iniciais do ensino fundamental. Os alunos acompanham outros professores em sala de aula.

A Universidade faz o relatório de atividades e periodicamente a professora Geni Izabel Teixeira, contratada para tal atividade, vai acompanhando as tarefas e fornecendo orientações pedagógicas.

Neste tempo comunidade, os alunos foram orientados a, dentro da disciplina Educação Popular, desenvolver atividades com a temática ambiental.

Houve também a necessidade de refazer parte das atividades de estágio supervisionado, pois os relatórios anteriores apresentaram problemas a serem corrigidos. O aluno deverá ler o projeto da

Escola, acompanhar práticas pedagógicas de EJA, escrever artigo sobre EJA e educação do campo, observar 3 práticas pedagógicas, registrar o planejamento e o que foi desenvolvido em sala de aula.

Os PAs Sepé Tiaraju e Olga Benário não possuem escolas, o que gera a necessidade dos alunos atuarem em outros locais para realizar seus estágios. No PA Vitória há o projeto saberes da terra , SEBEJA, com atividade noturna de ensino médio e segundo ciclo do ensino fundamental. No PA Campo Bonito, há atividades de EJA em período noturno.

No momento, os alunos do curso de pedagogia atuam acompanhando as atividades de alfabetização em cursos de EJA e turmas infantis, dos anos iniciais de ensino fundamental. Os alunos auxiliam nos trabalhos de sala de aula e registram informações a serem discutidas com a coordenadora pedagógica.

Como parte da atividade, relacionada a educação especial e inclusiva, os alunos devem levantar nomes dos alunos com necessidades especiais, nas escolas onde estiverem atuando.

Em atividade realizada em área de acampamento, foi acompanhado o estágio dos alunos na escola itinerante Zumbi dos Palmares. As crianças são matriculadas na E.E. Iraci Salete Strosaki, no PA Marcos Freire, e os professores responsáveis pelas aula são servidores do Estado. Foram também acompanhadas reuniões e atividades no PA Campo Bonito.

Os seguintes estudantes estavam presentes nas atividades:

- Vanderleia Alves Forte
- Marcos Meireles
- Marciano Meireles
- Ednéia Karine Rodrigues
- Lucimar Ramirez Araújo
- Alzira Gonçalves
- Ângela Lisboa Gonçalves

No fim das atividades e do tempo comunidade a Professora Geni faz análise dos relatórios dos alunos.

No dia 22/10, a asseguradora do Convênio acompanhou uma reunião entre os alunos do curso e a coordenadora pedagógica para orientação dos trabalhos em realização. A Professora aponta a necessidade de maior fundamentação teórica para orientar e conduzir a elaboração do relatório. Em tal reunião foi discutido o Projeto Político Pedagógico da Escola e abordado os seguintes temas: Formação Permanente do Educador, Proposta de Formação por Ciclos, Vantagens e Desvantagens, Diferentes Divisões entre os Ciclos, Ciclos de Formação, Formação Humana na Escola, Classes Intermediárias, Divisão de Trabalho Pedagógico, Tempos Educativos, Escolha de Temas Geradores, Planejamento Geral e Execução.

Foram visitados os lotes familiares das alunas Ângela e Alzira, no PA Campo Bonito, filhas de Adão Lisboa Gonçalves e Jurema Pires Gonçalves. A aluna Ângela já havia começado um curso de pedagogia a distância, mas alega que além de pago, a qualidade do curso era inferior ao cursado atualmente.

A aluna Ednéia reside com os tios Marilene Hammel e Araides Duarte da Luz, no PA Olga Benário.

- **06/10/2010**

Reunião como Pro-Reitor de Graduação Eurides Küster Macedo Junior, no campus Cascavel.

- **08/11/2010 a 10/11/2010**

Acompanhamento da 5º etapa do curso. Aula da Professora Liana Fuga. 35 alunos presentes, houve a desistência da aluna Danieli Ramos e a aluna Marines Schreiber está em licença maternidade, em regime de estudo especial.

Alguns registros fotográficos das visitas realizadas durante a fiscalização e acompanhamento do Convênio.



Ilustração 5: Alunos em aula e apresentação de seminários 07/07/2010.



Ilustração 6: Atividades de tempo comunitário no período de 21 a 23/11/2010, estágio em sala de aula, reunião com a coordenadora pedagógica e no lote familiar com os pais.



Ilustração 7: Alunos em aula da Professora Liana Fuga 09/11/2010.

Avaliação da Execução do Convênio pelos Alunos

Na última visita realizada foi aplicado um questionário aos alunos visando recolher informações sobre suas percepções referentes à execução do curso e do convênio.

Nesta avaliação é possível perceber certo descontentamento em relação aos serviços de hospedagem e alimentação. Do total de alunos, 11 e 15 alunos, respectivamente avaliam como regular o fornecimento desses serviços. Um dos principais motivos de descontentamento em relação ao serviço de hospedagem se dá pelo fato de haver 6 pessoas por quarto, contudo o

fornecimento deste serviço está de acordo com o contratado e não será possível que haja uma alteração sem que haja um reajuste dos valores inicialmente previstos.

Em relação ao transporte, alguns alunos têm dificuldade de acesso às passagens pelo fato das empresas responsáveis pelo trecho até o assentamento não permitir a compra de bilhetes *on-line*, dessa forma a Universidade não consegue fazer a compra.

No que se refere aos professores, disciplinas, orientadores pedagógicos e demais assuntos acadêmicos, a avaliação é, em geral, positiva.

Seleção de Profissional para atuar no Acompanhamento Pedagógico

Foi aberto edital para a seleção de pedagogo que pudesse atuar no acompanhamento pedagógico do tempo comunidade. A divulgação do edital e do resultado foi feita no site da Universidade, sendo a pedagoga Geni Izabel Teixeira, contratada para a atividade.

Principais Dificuldades

- Dificuldades de inserção de dados no SICONV. Uma vez que a Universidade não consegue adquirir passagens para alguns trechos pela empresa contratada para tal fim, pois algumas empresas rodoviárias do interior só vendem passagens em seus guichês, para que o aluno não seja prejudicado, há o reembolso das passagens compradas por ele. Contudo, não há campo para registro de tal procedimento no SICONV.

Outras despesas de menor vulto também não foram registradas no SICONV.

Neste ponto, foi solicitado ao setor de contabilidade do INCRA, a verificação de todas as pendências não inseridas no SICONV.

- Pelo ofício 36/2009-TCU/SECEX-MT, o Tribunal de Contas da União orienta o INCRA a inibir a possibilidade de participação no planejamento, execução, acompanhamento, avaliação ou em qualquer fase do curso de entes estranhos à Administração Pública, especialmente movimentos sociais ligados à reforma agrária. Contudo, a Universidade manifestou o seu entendimento e o seu descontentamento em relação ao impedimento de participação de pessoas vinculadas a movimentos sociais de qualquer espécie no curso realizado em parceria com o INCRA, afirmou a autonomia da Universidade e a importância de participação de entes de diferentes esferas da sociedade nos cursos universitários, enfatizando ainda, que em outros tantos cursos da Universidade, tal parceria é permitida e até mesmo requerida e que a postura de coibir essa participação prejudicava pedagogicamente o curso.

Também os alunos manifestam seu descontentamento em relação a tal situação, pois muitos se identificam como membros de movimentos e são contrários a tal impedimento, enfatizando que o maior prejuízo ao curso se dá no tempo comunidade.

Questões Gerais

Será encaminhado ao INCRA pela UNIOESTE nova proposta de plano de trabalho, com a previsão da utilização de recursos de aplicações e remanejamento de recursos entre rubricas. Dessa forma, pretende-se conseguir a ampliação dos valores previstos para contratação de serviços de hospedagem e alimentação.

b) Acompanhamento dos Termos de Cooperação, firmados entre o INCRA e o Instituto Federal do Paraná, sete Termos de cooperação foram celebrados em 2009, três se referem a cursos antigos, já em execução, celebrados inicialmente com a UFPR, já os outros quatro Termos restantes se referem à execução de cursos novos.

A Superintendência Regional acompanha os Termos de Cooperação, cujos recursos são disponibilizados diretamente pala Sede, através de destaque orçamentário, ficando a cargo da Superintendência Regional a orientação, supervisão e acompanhamento das atividades, com avaliação técnica da realização do curso e análise sobre o cumprimento do objeto acordado, sendo quatro os Termos que tiveram repasse de recursos efetuados no exercício.

a) Processo 54200.001815/2009-84 - Curso Técnico de Agroecologia Integrado ao Ensino Médio na Regiao do Território da Cidadania do Cantuquiriguaçu - 25 alunos - valor repassado em 17 de novembro de 2010 - R\$ 78.436,00.

b) Processo 54200.002135/2009-29 - Curso Técnico de Agroecologia Integrado ao Ensino Médio na Região Oeste - 35 alunos - valor repassado em 13 de outubro de 2010 - R\$ 139.405,06.

c) Processo 54200.001814/2009-81 - Curso Técnico de Agroecologia Integrado - PROEJA - 24 alunos - valor repassado em 13 de outubro de 2010 - R\$ 32.320,00.

d) Processo 54200.001816/2009-70 - Curso Técnico de Agroecologia na Modalidade Pós-Médio - 35 alunos - valor repassado em 08 de setembro de 2010 - R\$ 251.720,00.

Principais Dificuldades e Destaques

Da mesma forma que em exercícios anteriores, a demora na descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para dar continuidade aos cursos em andamento, tanto no convênio quanto dos Termos de Cooperação, é um dos grandes entraves que prejudica a continuidade das atividades em sala ou nas comunidades.

Outro ponto relevante é a falta de profissionais da área de educação nas Superintendências Regionais, ainda que criado o papel de Assegurador para acompanhar, analisar e avaliar as atividades em desenvolvimento, regimentalmente atribuídas à Divisão de Desenvolvimento.

Grande avanço na área de educação ocorreu no mês de novembro, com a edição do Decreto Presidencial nº 7.352 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Reforma Agrária - PRONERA, destacando finalmente a importância das atividades educacionais na área rural, com as especificidades que lhe são inerentes.

Finalizamos 2010 com 47 alunos formados (22 nível médio, 25 nível superior) e 165 alunos em processo de formação (95 de nível médio, 75 nível superior), totalizando 212 alunos formados ou em formação, cabe mencionar que 32 alunos acabaram desistindo dos cursos por motivos diversos.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	2272	1350	2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
30.000,00	52.820,00	34.618,83	65,54	34.618,83	65,54	34.618,83	65,54

Fonte: PO2010, SIAFI

Os recursos previstos no GAP do PRONERA foram utilizados na fiscalização e acompanhamento das atividades de campo relativamente ao Convênio com a Unioeste e aos Termos de Cooperação com o Instituto Federal do Paraná, reuniões nas Universidades com participação da Chefia da Divisão e do Superintendente, bem como de eventos (formatura) de

turmas que haviam concluído os cursos em 2009, além do Encontro Nacional do PRONERA realizada anualmente em Brasília.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família assistida (unidade)	3.999	11.837	296	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.073.023,00	6.760.156,00	6.760.156,00	100,00	6.425.156,00	95,04	6.425.156,00	95,04

Fonte: PO2010, SIAFI

Em 2010, foram beneficiadas 11.837 famílias, em 216 Projetos de Assentamento, com serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES. Isto equivale a 65% das famílias assentadas no Estado do Paraná, sob o âmbito desta Superintendência Regional.

Os serviços foram prestados por meio da continuidade do convênio celebrado em 2008 entre INCRA e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR (Processo nº 54200.001222/2008-88 / Convênio de ATES INCRA/EMATER CRT/PR/Nº 105.000/08), cujo valor total é de R\$ 21.163.852,23, sendo R\$ 20.950.651,71 do INCRA e R\$ 213.200,52 do EMATER, tendo sua vigência de maio de 2008 até dezembro 2011.

Este convênio prevê também a confecção de 18 Planos de recuperação de Assentamentos - PRA's, os quais ainda não foram entregues pela convenente.

Em 2010, foi assinado termo aditivo reformulado o plano de trabalho, com maior detalhamento das metas e adequação dos valores de repasse e contrapartida.

De acordo com os relatórios de atividades apresentados pelo EMATER, referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2010, foram executados no exercício:

- 22.209 visitas técnicas;
- 1.465 reuniões diversas;
- 1.204 reuniões técnicas;
- 250 cursos;
- 58 seminários;
- 137 unidades demonstrativas;
- 42 dias de campo;
- 219 excursões;
- 83 oficinas;
- 1800 elaboração de projetos;
- 3000 atendimentos de escritório.

O relatório de atividades referente ao quarto trimestre de 2010 ainda não foi entregue pelo EMATER. No entanto, o acompanhamento e fiscalização realizadas pelo INCRA demonstraram que os serviços prestados são satisfatórios, na opinião da maioria dos beneficiários assentados, que vislumbram a necessidade de continuidade da assistência técnica na orientação dos projetos produtivos nos assentamentos.

No ano de 2010 percebeu-se uma maior preocupação e amadurecimento da convenente, no que se refere à gestão do convênio como um todo, principalmente em relação ao planejamento das ações e controle interno (entrega de relatórios, prazos, prestação de contas, etc), fato considerado bastante positivo.

Dificuldades Enfrentadas durante o andamento do Convênio

Entre as principais dificuldades encontradas pelo INCRA durante o ano de 2010, cita-se a reduzida capacidade de acompanhamento/fiscalização, cuja equipe de servidores designados para tal fim é bem pequena, diante da grandiosidade do convênio.

Dessa forma, de janeiro a setembro de 2010, as atividades de acompanhamento consistiram principalmente em análises documentais (relatórios de atividades apresentados pelo EMATER) e

atendimento a demandas pontuais (reclamação ou denúncia de assentados) referente aos serviços prestados, havendo poucas visitas de avaliação/fiscalização in loco nos assentamentos conveniados.

No último trimestre de 2010, diante da necessidade de replanejamento das ações de acompanhamento e fiscalização do convênio, foi elaborado cronograma de visitas para os 216 assentamentos, envolvendo uma maior quantidade de servidores, onde vislumbra-se a possibilidade de aferição do nível de satisfação de todas as famílias beneficiárias, conferindo ao INCRA maior segurança nos procedimentos de fiscalização e controle para verificação do cumprimento das metas.

Este cronograma prevê que cada assentamento conveniado seja visitado no mínimo duas vezes, até o final do convênio (dezembro/2011).

Outra dificuldade verificada refere-se às condições de trabalho oferecidas pela conveniente aos técnicos de ATES que atendem os assentamentos, em situações pontuais. Percebemos, ao longo do exercício, que em algumas regiões os trabalhos de campo são muito dificultados em função de vários fatores como: falta de veículos e/ou veículos sem manutenção; distância e condições das estradas de acesso aos assentamentos; poucos recursos para custeio das atividades; falta de interesse dos assentados; problemas de conflitos e organização interna dos assentados. Nessas condições, por mais que haja empenho dos técnicos de ATES, haverá insatisfação por parte de alguns beneficiários, bem como rotatividade entre os técnicos contratados.

Segue como Anexo VI planilha com a descrição dos 216 assentamentos atendidos referido convênio.

Elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos - PDA'S e Planos de Recuperação de Projetos de Assentamentos – PRA'S

O PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), constituem subações do Programa de ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental.

O PDA é o instrumento que sistematiza as informações físicas e sócio-econômicas sobre o Projeto de Assentamento, definindo sua vocação, organização espacial e social, bem como estabelece um plano de ações que aproveitem e desenvolvam os potenciais nele diagnosticados.

Já o PRA se traduz num conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição deste, voltadas para garantir aos Projetos de Assentamento mais antigos o nível desejado de desenvolvimento sustentável e a efetiva consolidação do mesmo.

Sendo um órgão da Administração Federal, o INCRA não dispõe de profissionais suficientes para atender todas as demandas exigidas pelos programas e ações sob sua atribuição, gerando a necessidade da contratação de serviços de terceiros para poder cumprir sua missão institucional. Entretanto, há trabalhos que, pela complexidade, exigem um envolvimento mais direto da equipe técnica da Autarquia.

No caso da elaboração dos PDAs, são necessários o levantamento e estudo técnico do meio físico, diagnóstico sócio-econômico das famílias, definição das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a elaboração e implementação da Proposta de Parcelamento. Tais atividades constituem uma **primeira fase** de preparação/levantamento dos dados e para checagem e implementação a campo. A **segunda fase** é composta pelo planejamento, com a elaboração dos programas de desenvolvimento e a elaboração das peças técnica (documento do PDA, juntando diagnósticos, material cartográfico e planejamento).

Sendo assim, em 2008 foi iniciada a execução direta de 11 PDAs e 02 PRAs pela SR(09)D2, conforme dados da Tabela 23, sendo iniciados 03 ainda no final de 2008 e o restante em 2009, beneficiando cerca de 460 famílias. Posteriormente, no último trimestre de 2009, foi constatado que a execução direta deveria focar a conclusão da primeira fase de todos os PAs, deixando a segunda fase para execução direta ou indireta (contratação), pois a complexidade técnica é menor.

Então, durante o exercício de 2010 foi dado sequência a este trabalho, onde a equipe técnica do INCRA realizou o levantamento do meio físico, diagnóstico sócio-econômico (objetivando

realizar a proposta de organização espacial do assentamento), definição do número de famílias, regularização ambiental (áreas de reserva legal e preservação permanente) e implementação das propostas de parcelamento.

Tabela 23: Relação de Projetos de Assentamento com PDAs/PRAs em execução

PDA - Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos				
Projeto de Assentamento - PA		Localização		Nº de famílias
Nome	Código SIPRA	Município	Código IBGE	
19 DE JUNHO	PR0314000	CÂNDIDO DE ABREU	410440	51
CONQUISTA CAMPONESA	PR0311000	LARANJAL	411325	23
ELY MOUTINHO	PR0306000	JUNDIAÍ DO SUL	411290	25
ESTRELA DE DAVI	PR0310000	XAMBRÊ	412880	20
ILHA DAS FLORES	PR0276000	CÂNDIDO DE ABREU	410440	30
MILTON SANTOS	PR0305000	PLANALTINA DO PARANÁ	411970	138
ROSA LUXEMBURGO	PR0312000	CONGOINHAS	410600	53
SÃO JOÃO MARIA	PR0308000	MANGUEIRINHA	411440	23
SÃO SEBASTIÃO	PR0311000	CASTRO	410490	3
TERRA E VIDA	PR0307000	CÂNDIDO DE ABREU	410440	50
TREZENTOS E DEZOITO	PR0318000	CENTENÁRIO DO SUL	410510	36
				452
PRA - Projetos de Recuperação de Assentamentos				
Projeto de Assentamento		Localização		Total
Nome	Código SIPRA	Município	Código IBGE	
TERRA LIVRE	PR0135000	NOVA LARANJEIRAS	411705	15

O andamento dos trabalhos cumulativos em 2010 podem ser visualizado nos Gráficos 1 e 2.

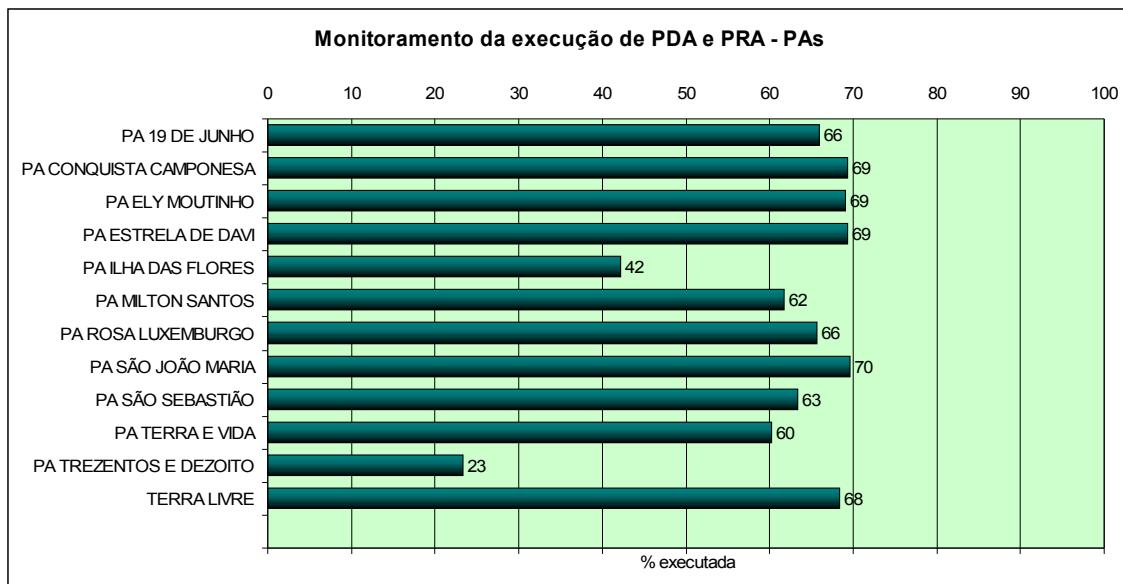


Ilustração 8: Gráfico 1 - % executada por PA:

O Gráfico 1 refere-se ao percentual de execução alcançado em cada assentamento, incluindo as fases 1 (execução direta) e 2. Demonstra-se que, com exceção dos Pas Ilha das Flores e Trezentos e Dezoito, a fase 1 já foi praticamente cumprida para os demais assentamentos.

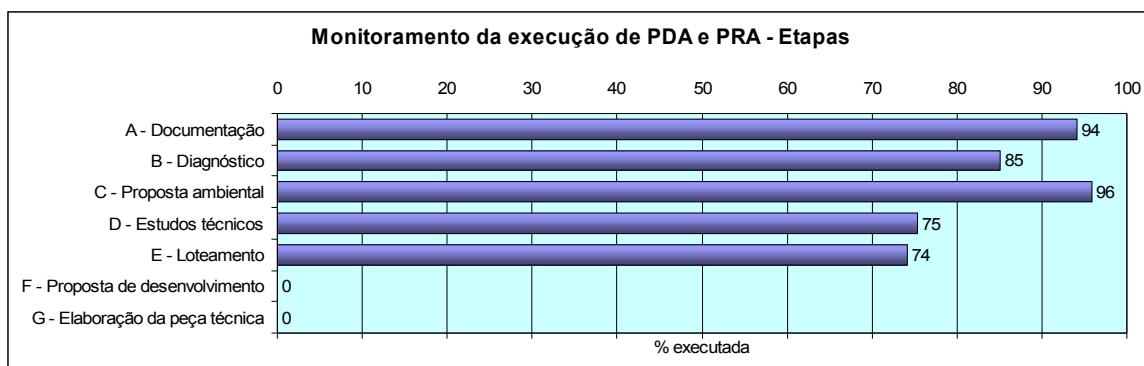


Ilustração 9: Gráfico 2 - % executada por Etapa:

O Gráfico 2 demonstra justamente que a fase 2 ainda está por se fazer, bem como restam poucas atividades para a conclusão da fase 1 (execução direta).

Dificuldades Encontradas na Elaboração de PDAs e PRAs

- 1) Dificuldades no dimensionamento, planejamento e comprometimento formal de uma equipe multidisciplinar da SR para a execução dos trabalhos, causando desgastes e desestímulo nos trabalhos. Cabe mencionar que, estes trabalhos exigem a intervenção de três serviços correspondentes a Divisões diferentes, a saber: serviços Desenvolvimento de Assentamentos (D2), Cartografia (F2) e Meio Ambiente (T3);
- 2) Servidores destinados para esta tarefa tiveram que ser direcionados para outras atividades em meio aos trabalhos, o que prejudicou a execução e causou atrasos nas atividades;
- 3) Nos projetos de assentamentos Ilha das Flores e Trezentos e Dezoito, os trabalhos andaram mais lentamente devido a problemas de conjuntura legal, operacional e de conflitos;

- 4) No PA Conquista Camponesa, houve a necessidade de refazer a proposta de parcelamento, devido a alteração no perímetro da área;
- 5) O PA Terra e Vida não pôde ser parcelado no campo devido a solicitação de alteração da averbação da área de reserva legal junto ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Vislumbra-se que tal resposta do órgão ambiental seja dada no início de 2011, ocasião em que o PA será parcelado;
- 6) O PA Milton Santos ainda não foi parcelado devido a falta de consenso entre INCRA e comunidade assentada, em relação ao número de famílias.

2.3.8.1 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
141.104,57	183.710,45	173.105,76	94,23	171.055,46	93,11	171.055,46	93,11

Fonte: PO2010, SIAFI

Os recursos do GAP do Programa de Ates foram utilizados tanto na fiscalização do convênio em vigência, na realização de reuniões com a comunidade, participação em eventos promovidos pelo Instituto Emater, além de reuniões iniciais para elaboração da Chamada Pública para o Projeto de Assentamento Ireno Alves dos Santos para o exercício de 2011.

A pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda, realizada no decorrer do ano de 2010 junto ao conjunto de assentamentos de reforma agrária de todo o país,

organiza um conjunto de indicadores e dados sobre o desenvolvimento dos assentamentos de todos os estados brasileiros referentes a aspectos sócio-econômicos, institucionais, ambientais, dentre outros. A referida pesquisa foi coordenada e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e contou com a assessoria técnica de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A presente pesquisa visa dotar o INCRA de um conjunto de dados, traduzíveis em um conjunto de indicadores, que permita à instituição um conhecimento sistemático e confiável no campo de suas atribuições, possibilitando ao longo do tempo, que esta aferição sirva ao planejamento das políticas e ações institucionais em prol do desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. A pesquisa tem também por objetivo a “prestaçāo de contas” das ações e resultados decorrentes da política de reforma agrária no Brasil ao conjunto da sociedade brasileira, ao parlamento e aos órgãos encarregados do acompanhamento das políticas públicas.

Por outro lado, a pesquisa tem a pretensão de aportar elementos de conhecimento e análise que sejam úteis aos técnicos de campo que atuam nos assentamentos, aos agricultores (as) assentados e suas organizações, bem como ao conjunto de pesquisadores das Universidades e demais entidades interessadas no estudo dos assentamentos de reforma agrária.

O universo da pesquisa é composto de 805.107 famílias assentadas entre os anos de 1985 (I PNRA) e 2008 em todo o território brasileiro. Os dados foram obtidos através de entrevistas às famílias assentadas em um processo de amostragem, composto de 16.019 famílias, em 1.161 assentamentos nos 26 estados do país.

O método de amostragem levou em consideração as distintas mesorregiões homogêneas do IBGE no Brasil; o período de implantação dos assentamentos em três períodos: a) 1985-1994; b) 1995-2004 e c) 2005-2008, e secundariamente, as categorias de tamanho dos assentamentos (em função do número total de famílias).

Os resultados expressam questões objetivas relativas às condições de vida, produção e renda, bem como a percepção das famílias assentadas sobre estes temas, apresentados por Superintendência Regional do INCRA (que em geral corresponde à área geográfica dos estados da federação), por macro-regiões do país e para o conjunto do território nacional. (Texto extraído do site oficial <http://pqra.incra.gov.br/>)

No Paraná, foram entrevistados 461 beneficiários em 62 projetos de assentamento durante os meses de março a junho de 2010, envolvendo 6 servidores da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. Os resultados da pesquisa podem ser visualizados no Portal do INCRA.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e **Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
3.263.082,00	2.612.590,18	2.493.514,42	95,44	2.299.806,68	88,03	2.299.806,68	88,03

Fonte: PO2010, SIAFI

Como ponto positivo de alta relevância pode-se destacar que para o Programa 0750 – Ação 2000, o exercício de 2010 foi excelente em termos de disponibilização de verbas para o custeio das atividades de manutenção da Administração da Superintendência Regional do INCRA no Paraná e suas unidades jurisdicionas (Unidades Avançadas Iguaçu e Laranjeiras do Sul e Serviço de Regularização Fundiária-SR(09)F-3), visto que neste ano a Diretoria de Administração, através das Coordenações de Administração e Serviços Gerais e de Orçamento e Finanças, adotou e cumpriu fielmente o sistema de “Planilhamento Anual”, ou seja, a Divisão de Administração da SR(09)PR encaminhou àquela Coordenações a planilha dos gastos previstos com a Manutenção da Superintendência para o exercício de 2010 e mensalmente, os recursos orçamentários e financeiros eram liberados imediatamente sem cortes. Sendo assim todos os prazos foram cumpridos, a dotação orçamentária foi suficiente para cobertura de todos os gastos da administração e não houve nenhum contingenciamento de recurso.

A Divisão de Administração teve um volume de trabalho bastante intenso em funções de vários processos licitatórios que tiveram que ser realizados em face de contratos que não poderiam ser mais prorrogados por já terem esgotados os prazos previstos em lei, tais como: a prestação dos serviços de oficinas mecânicas da Sede e do Serviço de Regularização Fundiária/Cascavel; prestação de serviços de vigilância armada para o Serviço de Regularização Fundiária/Cascavel; prestação de serviços de limpeza e serviços auxiliares de serviços gerais e copeiragem para a Sede e, em função da não renovação do contrato antigo por falhas na execução pela empresa contratada e estarem sendo prestados por um contrato emergencial que vigiu de janeiro a julho/10; aquisições de diversos materiais permanentes, seja por processo de licitação comum ou por adesão em atas de registros de preços de outros órgão; melhoria na qualidade de prestação dos serviços de telefonia móvel celular com a disponibilização de aparelhos mais modernos e com acesso à internet. Além daquelas licitações que, dada à característica do seu objeto devem ser repetidas todos os anos, tais como: aquisição de materiais de expediente, suprimentos de informática, fornecimento de combustíveis e lubrificantes e prestação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos. Foram também realizadas novas contratações, tais como: locação de imóvel, prestação de serviços mecânicos, limpeza e conservação e telefonia fixa comutada para atender as novas instalações da Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul e contratação de serviços de apoio administrativo para atender as necessidades da Unidade Avançada Iguaçu e do Serviço de Regularização Fundiária/Cascavel.

Vale dizer que todas as contratações realizadas neste exercício seguiram as orientações emanadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através das Instruções Normativas/SLTI/nºs 02, de 30/04/08 e suas alterações, que pela sua complexidade e ineditismo, demandaram muito tempo de estudo, pesquisa e planejamento na elaboração dos seus termos de referência e editais, sobrecregendo ainda mais as atividades desempenhadas pelos servidores dessa área que tem um quadro muito reduzido de servidores. Assim sendo, outras licitações que estavam previstas para serem acontecerem neste exercício, tais como: contratação de prestação serviços continuados de postos de motoristas, aluguel de veículos, colocação de GPS's nos veículos da frota da SR(09)PR, contratação de 01 (posto) prestação de serviços reprográficos e pintura externa e interna do prédio não puderam ser realizadas. Podendo este fato, ser considerado como sendo o grande ponto negativo a apontar durante o exercício de 2010 – a falta de servidores na área administrativa. Situação esta, que tende a se agravar em muito no próximo exercício, vez que há servidores em vias de completar seu tempo de serviço e estando com o direito adquirido, cria-se a expectativa de que a qualquer momento concretizem suas aposentadorias, reduzindo ainda mais o quadro de servidores dessa área que já se encontra abaixo do mínimo aceitável, e, lamentavelmente não vê nenhuma ação em direção deste problema, que pode também ser apontado como sendo o mais sério enfrentado pelas Áreas Administrativas.

Em função das licitações que não puderam ser realizadas, pelas razões acima expostas, não foi possível utilizar toda a provisão orçamentária recebida, justificando assim a diferença entre esta e os valores efetivamente empenhados.

Por fim, importante destacar que no valor de R\$ 3.263.082,00 (três milhões e duzentos e sessenta e três mil e oitenta e dois reais) referente à Programação Orçamentária para 2010, estava previsto o pagamento do Contrato registrado sob o CRT/PR/Nº 1.000/07, firmado em 05 de fevereiro de 2007, entre o INCRA/PR e a empresa Proteção Vigilância Patrimonial e Industrial Ltda., para a prestação de serviços de vigilância ostensiva armada para proteção das áreas florestais existentes no Projeto de Assentamento Marcos Freire, localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR, através de 05 (cinco) guaritas com 15 postos de vigilantes (09 noturnos e 06 diurnos), ao custo anual de R\$ 1.117.901,16 (um milhão e cento e dezessete mil e novecentos e um reais e dezesseis centavos), que não chegaram a ser pagos em virtude da não prorrogação do contrato que teve sua vigência extinta em 11 de fevereiro de 2010, por decisão unilateral desta Superintendência Regional do Paraná. Assim se justifica a diferença existente entre os valores estabelecidos na Programação Orçamentária de 2010 e a Provisão efetivamente recebida.

2.3.10 Programa 1433 Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹²

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.10.1 Ação 8402 - Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: MDA

Coordenador nacional da ação: Elisabete Busanello

Unidades executoras: Superintendências Regionais e Delegacia do MDA no Estado

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	422	1433	8402	A	3	Mulher atendida (unidade)	0	304	-	

Fonte: PPA 2008-2011, PO2010, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
-	800,00	378,00	47,25	47,25	378,00	47,25	378,00

Fonte: PO2010, SIAFI

A ação de Documentação da Trabalhadora Rural é parte integrante dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltados para atuar no desenvolvimento de políticas públicas que busquem promover os direitos econômicos das trabalhadoras rurais e das comunidades Quilombolas, através do apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania, como o acesso à documentação civil, participação e controle social¹³. O **Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR)** é uma ação fundamental para a inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar, uma vez que possibilita a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos

¹³ Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/aegre/institucional/Institucional>

previdenciários, através dos mutirões itinerantes de documentação. O programa também realiza ações educativas com objetivo de esclarecer as beneficiárias sobre o uso de documentos, bem como, apresentar as políticas públicas e orientar quanto ao seu acesso.¹⁴

A ação 8402 é uma ação conjunta do MDA e do INCRA, em que o MDA descentraliza os recursos e executa em conjunto com o INCRA, a ação e acompanhando os mutirões itinerantes nos municípios do Paraná, em conjunto com as Prefeituras Municipais, com a Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Instituto Nacional da Seguridade Social.

Os municípios em que ocorreram os mutirões em 2010 foram Altamira do Paraná (Paraná Centro), Rio Branco do Sul (Vale do Ribeira), Laranjal (Paraná Centro), Espigão do Iguaçu (Cantuquiriguaçu), com a emissão de 304 documentos, além do atendimento a consultas (34) sobre questões do INSS.

¹⁴<http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pndtr>

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

Esta UJ não é UO.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁵

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹⁶

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹⁷

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

¹⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concede nte ou recebedo ra	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
	Recebidos	373001	49.201.09.272.0089.0181	20.189,85	0	0
		373001	49.201.21.122.0135.2272	0	0	450.507,35
		373001	49.201.21.122.0137.2272	0	0	1.073.000,00
		373001	49.201.21.122.0138.2272	0	0	154.138,28
		373001	49.201.21.122.0750.2000	3.416,38	0	2.596.133,11
		373001	49.201.21.122.1350.2272	0	0	52.820,00
		373001	49.201.21.122.1427.2272	0	0	183.710,45
		373001	49.201.21.125.0138.2105	0	0	342.070,00
		373001	49.201.21.127.0138.2110	0	0	1.352.110,24
		373001	49.201.21.127.0138.4426	0	0	217.162,37
		373001	49.201.21.127.1336.1642	0	0	157.899,14
		373001	49.201.21.128.0139.4572	0	0	193.400,67
		373001	49.201.21.363.1350.8370	0	0	224.797,28
		373001	49.201.21.606.1427.4470	0	0	6.760.156,04
		373001	49.201.21.631.0135.8374	0	0	1.775.919,28
		373001	49.201.21.631.0135.8384	0	0	70.484,59
		373001	49.201.21.631.0135.8387	0	0	196.929,63
		373001	49.201.21.631.0137.10YN	0	0	30.620,00
		373001	49.201.21.631.0137.2B06	0	0	59.833,19
		373001	49.201.21.631.0137.4358	0	0	49.719,00
		373001	49.201.21.631.0137.8396	0	0	12.000,00
		373001	49.201.21.631.0137.8398	0	0	477.299,00
		373001	49.201.21.631.1120.2109	0	0	224.062,08
		373001	49.201.21.691.0137.4320	0	0	1.115.602,00
		373001	49.201.21.128.1120.4288	0	0	9.000,00
		373001	49.000.21.422.1433.8402	0	0	800,00
Movimentação Externa	Concedidos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
	Recebidos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concede nte ou recebedo ra	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
	Recebidos	373001	49.201.21.122.0137.2272	227.839,85	0	0
		373001	49.201.21.122.0138.2272	761.641,10	0	0
		373001	49.201.21.122.0750.2000	13.040,69	0	0
		373001	49.201.21.631.0135.4460	0	523.919,58	0
		373001	49.201.21.631.0137.0427	0	16.700.100,00	0
		373001	49.201.21.631.0137.8396	2.795.400,00	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
	Recebidos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: SIAFI – base 31/01/2011

Análise crítica dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna.

1. Despesa Corrente

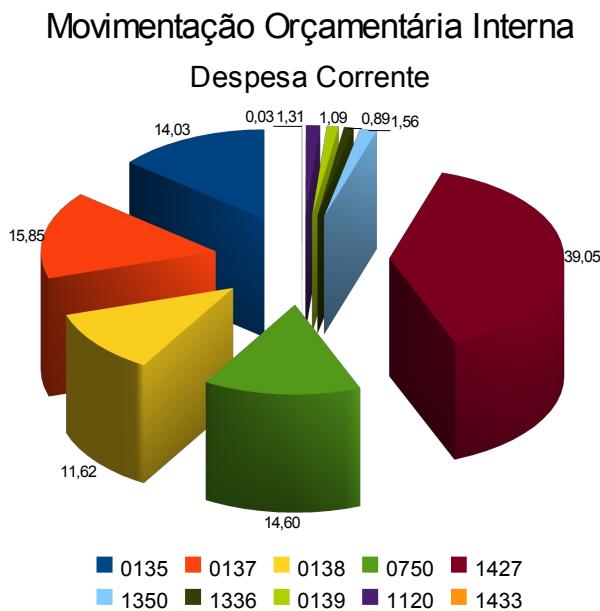


Ilustração 10: Distribuição Percentual dos Créditos Orçamentários Recebidos por Movimentação Interna

Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

O objetivo deste programa é promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

As ações que compõe este programa, geridas por esta UJ são 2272, 8384, 8387 e 4460, que juntas receberam crédito orçamentário de R\$ 2.493.840,85, representando **14,03%** do total das despesas correntes.

Em 2010, os destaques foram as ações de:

- Licenciamento (8374) – que visa o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, como forma de assegurar a sustentabilidade destes espaços, mediante o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental.
- Por último, ressaltamos que os gastos referem-se ao pagamento de contratos, pagamento de diárias destinadas ao acompanhamento e fiscalização das atividades. Em 2010 a Superintendência Regional arcou com as despesas para o transporte de algumas famílias a serem assentadas e os seus pertences para dois novos Projetos de Assentamento.

Programa 0137 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

Que tem como objetivos específicos desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária, através das ações: 10YN/2272/2B06/4320/8396/8398. Totalizou R\$2.818.073,19, representando **15,85 %** das despesas correntes, destacamos as seguintes ações:

- Demarcação topográfica (8398) - com a contratação de demarcação definitiva de 411 lotes em 02 Projetos de Assentamento.
- TERRA SOL (4320) - com a assinatura do Termo de Parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural – Fundação Terra, com repasse de R\$1.115.602,00 (hum milhão,

cento e quinze mil, seiscentos e dois reais). Para tanto, a entidade, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, irá atuar na prestação de assistência técnica especializada na área de abrangência das agroindústrias implantadas e as que estão em implantação, vinculadas aos projetos de assentamento de reforma agrária no Estado do Paraná.

- O trabalho intensivo na fiscalização e no acompanhamento da aplicação do crédito instalação, custeado pelo GAP – (2272).
- Ressaltamos que R\$452.290,10 custearam a ação de Tecnologia da Informação na SR, com o pagamento dos contratos de serviços, locação de mão-de-obra, materiais de informática.

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Este programa tem como objetivos específicos conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Através das ações: 2105/2110/2272/4426 – totalizando R\$2.065.480,89, representando **11,62%** das despesas correntes.

Destacamos as ações:

- 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, com o pagamento do Convênio INCRA-
- 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

2. Despesa de Capital

Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

- obtenção de terras (4460) – com o recebimento do valor para pagamento de indenização de benfeitorias em duas áreas e sobras de TDAs, com capacidade de assentar 541 famílias.

Programa 0137 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

- Infraestrutura básica em PA (8396) – com a assinatura de quatro convênios com Prefeituras Municipais, totalizando R\$2.795.400,00.
- GAP (2272) – Como a informática deixou de ter ação específica em 2010, parte dos gastos foram custeadas pelo GAP do Programa 0137, com o montante de R\$227.839,85 para aquisição de equipamentos de informática.

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

- GAP (2272) – para aquisição de softwares de CAD, GIS e de topografia para o INCRA/PR e o INCRA/SEDE e dois equipamentos leitores/copiadores/scanner de microfilmes para as Unidades Avançadas.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Valores em R\$ 1,00			
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	6.789.773,15	5.840.754,35	3.732.831,86	5.813.754,38
Convite	174.644,83	26.299,97	136.864,69	23.439,30
Tomada de Preços	378.113,40	256.499,30	362.109,56	252.499,30
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	6.237.014,92	5.557.255,08	3.233.857,61	2.895.540,76
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	828.249,29	1.316.336,46	683.123,59	1.316.336,46
Dispensa	511.534,79	914.063,92	488.402,54	914.063,92
Inexigibilidade	316.714,50	402.272,54	194.721,05	402.272,54
Regime de Execução Especial	163.890,94	221.355,64	163.890,94	221.355,64
Suprimento de Fundos	163.890,94	221.355,64	163.890,94	221.355,64
Pagamento de Pessoal	23.222.197,55			
Pagamento em Folha	21.899.353,57	(*)	(*)	(*)
Diárias	1.322.843,98	1.671.845,73	1.322.843,98	1.671.845,73
Outros	-			

Fonte: SIAFI – base 31/01/2011

Obs.: Pagamento de Folha é realizado pelo INCRA/SEDE. Informação não disponibilizada até 14/03/2011.

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	14.194,47	23.606,23	14.194,47	23.606,23	0	0	14.194,47	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	(41) 6.105.921,05	(41) 8.096.890,32	6.105.921,05	8.096.890,32	99.225,00	2.330.332,67	5.949.721,05	8.096.890,32
2º elemento de despesa	(39) 4.597.494,08	(39) 3.567.821,10	4.597.494,08	1.288.941,80	0	90.879,29	1.309.904,32	1.288.941,80
3º elemento de despesa	(37) 2.268.219,66	(14) 1.671.845,73	2.268.219,66	16.71845,73	0	4.017,56	2.236.140,49	16.71845,73
Demais elementos do grupo	2.341.795,21	3.453.499,90	2.341.795,21	3.353.675,17	0	0	2.277.263,11	3.353.675,17

Fonte: SIAFI

2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	(41) 6.955.988,25	(41) 2.794.769,79	6.955.988,25	342.000,00	661.333,35	2.452.769,79	0	0
2º elemento de despesa	(51) 4.625.941,28	(52) 310.880,54	4.625.941,28	0	0	691.442,10	14.500,00	0
3º elemento de despesa	(52) 139.879,21	(39) 691.442,10	139.879,21	221.445,28	0	661.333,35	35.985,23	221.445,28
Demais elementos do grupo	183.827,90	0	183.827,90	0	0	71.705,00	183.827,90	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	(66) 20.222.000,00	(66) 16.354.200,00	20.222.000,00	4.696.200,00	71.754,62	11.658.000,00	16.228.800,00	4.696.200,00
2º elemento de despesa	(61) 678,70	(61) 523.818,21	678,70	523.754,53	0	71.818,30	678,70	523.754,53
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.4.2.4 Análise Crítica

No geral houve um decréscimo no crédito orçamentário como um todo em relação a 2009, com exceção dos convênios (41) em despesas correntes.

O INCRA firma os convênios para cumprir a sua missão institucional, principalmente pela falta de capacidade operacional, principalmente na área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (programas 0137 e 1427), e os servidores têm a atribuição de fiscalizar e acompanhar a correta aplicação dos recursos dos convênios, tanto documentalmente como “in loco”, por isso justifica-se os gastos no elemento 14 e em suprimento de fundos.

Houve um aumento significativo na quantidade de processos licitatórios em 2010, e consequentemente nos gastos com estes procedimentos.

Com relação às alterações ocorridas na Programação Orçamentária, em razão da grande demanda de aplicação do Crédito Instalação, houve uma suplementação significativa no orçamento, porém, novamente a falta de recurso financeiro impossibilitou o pagamento de 71% do valor empenhado.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	93,84
							Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente. * No exercício de 2010 foram analisados também processos protocolados em exercícios anteriores.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.(296)	38,94
							Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. (760)	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente. * Referente a processos que deram entrada em exercícios anteriores.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. (228) *	-
							Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. (0)	

Observações do Índice de Regularização Fundiária:

- O índice zero de protocolo de processos de ratificação nos últimos anos deve-se ao impedimento imposto pela Lei Nº 9871/1999, que estabeleceu o mês de dezembro de 2003 como data-limite para que o detentor de imóvel rural situado na faixa de fronteira internacional do Estado do Paraná pudesse requerer a ratificação de título de propriedade concedido pelo Governo do Estado, ao longo dos anos;
- O índice zero de protocolo de processos de regularização fundiária de imóveis rurais remanescentes de desapropriações efetuadas pelo Incra, com objetivo de conter a tensão social estabelecida na faixa de fronteira internacional, deve-se à impossibilidade da Autarquia em efetivar a regularização em virtude da ausência de normativo interno para tal. Para suprir essa dificuldade, encontra-se em análise na Procuradoria Federal Especializada do Incra em Brasília, uma minuta de Instrução Normativa.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação[4].}	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. (R\$78.460.682,88)	10.700,50
						Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. (7.332,43 ha)		
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (41)	1.025
						Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (4)		
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. (9)	3,05
						Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. (295)		

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; (35) Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. (697) (Pas novos)	5,02
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR (0) Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. (295)	0
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. (697) (Pas novos)	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; (206)	29,56
							Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. (697)	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR (PRONAF A = 1150 e PRONAF A/C = 216)	1366

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	11837
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incr.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	796
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incri n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incri n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	118
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	9,77
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	25
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	-

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência.
- [2] Inclui convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computado complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizado o total de áreas avaliadas dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP e LIO. Contabilizado somente uma Licença por assentamento e não contabilizado as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP e LIO. Contabilizado somente uma Licença por assentamento.
- [8] Contabilizado somente os lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde não há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, e forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizado somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Contabilizado somente os lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde não há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Contabilizado somente os lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde não há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não ocorreu no período.

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	342.000,00	0	0	342.000,00
2009	994,00	0	994,00	0
2008	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	17.270.414,86	0	0	17.270.414,86
2009	19.203.930,54	9.287.521,22	9.155.850,97	760.558,35
2008	300.568,58	300.430,13	138,45	0
2007	1.289.946,31	1.156.526,80	61.664,89	71.754,62

Observações: Decreto N° 7.057 de 29/12/2009 que prorroga a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008, “Art. 2º do Decreto N° 7.144 de 30/03/2010 , que alterou o Decreto N° 7.094 de 03/02/2010. “ O pagamento de despesas no exercício de 2010, inclusive dos restos a pagar de exercícios anteriores, dos créditos suplementares e especiais abertos, e dos créditos especiais reabertos neste exercício, observará a programação constante do Anexo II deste Decreto.”

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;

De acordo com o cronograma de pagamento dos dos convênio e dos contratos, é enviada à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças o Pedido de Recurso Financeiro para pagamento dos RP. Porém, a falta de recursos financeiros no próprio Tesouro Nacional acarretou em atrasos nos pagamentos.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

Os restos a pagar inscritos e reinscritos para o exercício de 2010, entre processados e não processados, somaram R\$20.795.439,43. Sendo que R\$10.744.478,15 foram cancelados, R\$9.218.648,31 foram pagos e ainda R\$832.312,91 foram reinscritos para o exercício de 2011.

O orçamento do INCRA/PR para o exercício de 2010, pelo Decreto N° 7.144/2010 e o Caderno de Metas 2010, ficou em 99.276.463,00, incluindo orçamento para a obtenção de terras (Títulos da Dívida Agrária - TDA). Sem os TDA, que são emitidos diretamente pelo INCRA/SEDE, a PO2010 ficou em R\$ 18.376.815,00, com a descentralização de crédito orçamentário para a UJ,

no valor de R\$38.815.921,15. Sendo que o valor pago em 2010, referente ao orçamento do exercício foi de R\$19.852.374,83. E o pagamento dos restos a pagar impactou o financeiro em **32%** do total dos valores pagos.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;

A seguir, as informações das Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento SR(09)T e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento em sobre a permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro.

Nota de Empenho	Entidade - CNPJ/CPF	Entidade - Descrição	RP não-Processados Reinscritos	Justificativa
373067/37201 2007NE000510	00348003000110	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	R\$ 59.464,47	O valor ainda não foi pago à EMBRAPA devido a problemas junto ao CRI de Ponta Grossa, por questões dominiais, que impedem a transferência de parte da Fazenda.
373067/37201 2007NE000511	00421095903	CECI TERESINHA PILATTI FERREIRA	R\$ 12.290,15	Há determinação judicial para que o valor fique retido.
373067/37201 2009NE900098	07730256000101	VIDA PRESTACAO DE SERVICOS EM ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE	R\$ 99.225,00	A ser cancelado no exercício de 2011.
373067/37201 2009NE901168	07232670000182	CENTRAL DE ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO ASSENTAMENTO MAR	R\$ 661.333,35	Trata de convênio firmado para a execução do Programa de Consolidação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária cuja vigência encerra em 31/12/2011.

Fonte: SR(09)T e SR(09)D

A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;

Não ocorreu no período.

Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

A falta de recurso financeiro impactou na gestão, tanto para pagamento dos RP como para o orçamento de 2010. E os valores vêm se acumulando ao longo dos anos.

Neste exercício o controle dos RP, para a gestão dos mesmos culminou no cancelamento de alguns valores, justamente pela necessidade de conter gastos e pela conclusão de que alguns valores poderiam ser cancelados, ou por equívoco na sua inscrição ou pelo não cumprimento dos contratos por parte dos contratados.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	156	11	10
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	146	03	10
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	141	0	10
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	02	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	03	03	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	10	08	0
1.4.1 Cedidos	0	9	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	08	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	17	0	02
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	16	0	02
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	13	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	01	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	01
2.2.4 Sem vínculo	0	02	0	01
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	01	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	01	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	173	11	12

Fonte: SIAPE GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR – Dez/10 e extração SIAPE fev/11
(INCRA/SEDE - DAH)

Obs.:

- 1) O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação;
- 2) O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário;
- 3) O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados – Lei 8.878/94)

**5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em
31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	10	25	46	58	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	10	23	42	54	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	02	04	04	0
2. Provimento de cargo em comissão	02	02	07	06	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02	02	06	06	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	0	0

Fonte: extração SIAPE fev/2011 (INCRA/SEDE-DAH).

**5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação
Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	03	10	51	92	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	03	10	48	85	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	03	07	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	14	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	14	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: extração SIAPE fev/2011 (INCRA/SEDE-DAH).

Obs.: O nível de escolaridade informado corresponde à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de provimentos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	87	7
1.1 Voluntária	78	6
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	9	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	100	0
2.1 Voluntária	98	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: extração SIAPE fev/2011(INCRA/SEDE-DAH).

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	38	0
2. Proporcional	18	3

Fonte: extração SIAPE fev/2011 (INCRA/SEDE-DAH).

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	6	5	7	7	0
· Área Fim	6	5	7	7	0
· Área Meio	0	0	0	0	0
Nível Médio	9	8	8	10	0
· Área Fim	6	4	5	6	0
· Área Meio	3	4	3	4	69.405

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/2010 e Extração SIAPE fev/11 e Extração DW/2010.

Obs.: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente à bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	8.376.126,97	0	691.224,13	225.543,53	741.691,71	538.003,28	5.660,42	10.352.706,51
2009	8.192.760,23	0	687.945,71	217.321,82	1.014.914,12	513.925,61	4.904,08	10.117.845,96
2010	8.989.571,46	0	739.454,87	217.173,13	1.525.963,50	1.101.167,16	3.588,10	12.576.918,22
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	2.901,90	0	0	2.901,90
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	117.737,61	0	14.210,29	6.938,75	10.773,88	13.993,18	0	163.653,71
2009	327.287,87	0	47.972,32	30.899,24	970,36	33.883,00	0	441.012,79
2010	394.435,58	0	61.497,18	38.377,76	0	49.936,03	0	544.246,55
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0	422.097,61	0	0	131.320,24	0	0	553.417,85
2009	0	364.556,51	0	0	151.121,81	0	0	515.678,32
2010	0	338.752,54	0	0	190.971,33	0	0	529.723,87
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0	4.833,64	0	0	0,00	0	0	4.833,64
2009	0	5.052,11	0	0	3.698,88	0	0	8.750,99

2010	0	5.052,12	0	0	0,00	0	0	5.052,12
------	---	----------	---	---	------	---	---	----------

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010. INCRA/SEDE - DAH

Obs.:1) Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, servidores de outros órgãos federais, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 44.898,60
2009	R\$ 18.833,20
2010	R\$ 88.565,78

2) Os custos associados aos servidores cedidos estão contabilizados no item Membros de poder e agentes políticos.

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA / INCRA												
UG/Gestão: 373067					CNPJ: 00375972/0011-32							
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				
								F	M	S	Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
2004 (1)	V	O	CRT/PR/Nº 59.000/04	79.318.911/0001-11	27/12/04	26/12/10			02			E
2006	L	O	CRT/PR/Nº 67.000/06	07.228.643/0001-36	01/01/07	31/12/11	02	02				P
2007	V	O	CRT/PR/Nº 1.000/07	00.117.419/0001-28	12/02/07	11/02/10			12	15		E
2007 (2)	L	O	CRT/PR/Nº 12.000/07	03.981.373/0001-89	26/06/07	25/06/11	02	02				P
2010 (3)	L	E	CRT/PR/Nº 65.000/09	00.155.983/0001-35	04/01/10	02/07/10	09	09				E
2010	L	O	CRT/PR/Nº 38.000/10	04.624.017/0001-70	05/07/10	04/07/11	07	07	01	01		A
2010	L	O	CRT/PR/Nº 81.000/10	03.767.254/0001-28	22/11/10	21/11/11	02	02				A
2010	V	O	CRT/PR/Nº 88.000/10	11.933.418/0001-78	27/12/10	26/12/11			02	02		A
Observação:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												

Fonte: SIASG

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA / INCRA													
UG/Gestão: 373067					CNPJ: 00375972/0011-32								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
						Início	Fim	P	C	P	C		
2006	1	O	CRT/PR/Nº 65.000/05	73.281.404/0001-74	01/12/06	30/11/11			38	42	01	01	P
2007	1	O	CRT/PR/Nº 12.000/07	03.981.373/0001-89	25/06/07	24/06/11			01	01			P
2007	1	O	CRT/PR/Nº 52.000/07	04.624.017/0001-70	01/12/07	29/11/11			02	02			P
2009	1	O	CRT/PR/Nº 48.000/09	08.594.305/0001-80	21/09/09	20/09/11			02	02			P
2010	2	E	CRT/PR/Nº 65.000/09	00.155.983/0001-35	04/01/10	02/07/10			02	02			E
2010	3	E	CRT/PR/Nº 65.000/09	00.155.983/0001-35	04/01/10	02/07/10	01	01					E
2010	2	O	CRT/PR/Nº 41.000/10	04.624.017/0001-70	05/07/10	04/07/11			02	02			A
2010	3	O	CRT/PR/Nº 41.000/10	04.624.017/0001-70	05/07/10	04/07/11			01	01			A
2010	1	O	CRT/PR/Nº 54.000/10	03.589.152/0001-60	02/08/10	01/08/11			04	04			A

Observação: A questão tratada pelo Acórdão TCU nº 1.520/2006-P, de substituição de terceirizados na Administração Pública Federal, está sob a responsabilidade dos Recursos Humanos da Sede do INCRA, em Brasília. A Regional do INCRA no Paraná tão somente cumpre as determinações repassadas por esse órgão central.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;

7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CRT/PR/Nº 59.000/04	V	02	Serviço de Regularização Fundiária - SR(09)F3/Cascavel
CRT/PR/Nº 65.000/06	1	43	Superintendência Regional do Paraná, Unidade Avançada Iguaçu e Serviço de Regularização Fundiária - SR(09)F3/Cascavel
CRT/PR/Nº 1.000/07	V	15	Superintendência Regional do Paraná/Quedas do Iguaçu/PR
CRT/PR/Nº 67.000/06	L	02	Unidade Avançada Iguaçu – Francisco Beltrão
CRT/PR/Nº 12.000/07	L	02	Serviço de Regularização Fundiária - SR(09)F3/Cascavel
CRT/PR/Nº 12.000/07	1	01	Serviço de Regularização Fundiária - SR(09)F3/Cascavel
CRT/PR/Nº 52.000/07	1	02	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 65.000/09	L	09	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 65.000/09	2	02	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 65.000/09	3	01	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 48.000/09	1	02	Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul
CRT/PR/Nº 54.000/10	1	04	Unidade Avançada Iguaçu e Serviço de Regularização Fundiária - SR(09)F3/Cascavel
CRT/PR/Nº 38.000/10	L	08	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 41.000/10	2	02	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 41.000/10	3	01	Superintendência Regional do Paraná
CRT/PR/Nº 81.000/10	L	02	Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul
CRT/PR/Nº 88.000/10	V	02	Serviço de Regularização Fundiária - SR(09)F3/Cascavel
<u>LEGENDA</u>			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			
3. Serviços de Copia e Cozinha;			
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			
5. Serviços de Brigada de Incêndio;			
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;			
7. Higiene e Limpeza;			
8. Vigilância Ostensiva;			
9. Outras.			

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, doenças ocupacionais, rotatividade, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Quanto ao item disciplina, este é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório.

No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

TEMAS	2008	2009	2010
Educação continuada (cursos de pós-graduação)	02	02	01
Acidente de Trabalho	0	01	0

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Paraná			UG/GESTÃO: 373067/37201						
Informações sobre as transferências									
Modalidad e	Nº do instrumento	Beneficiário (CNPJ)	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	600682	07.232.670/0001-82	12.764.901,12	124.349,00	4.236.135,95	6.182.634,17	28/12/07	28/12/11	1 – Adimplente. As prestações de contas parciais foram analisadas e aprovadas. Falta a análise da prestação de contas parcial do exercício de 2010.
1	601087	76.416.957/0001-85	4.355.769,80	871.153,96	0	3.484.615,84	20/12/07	31/03/11	1 – Adimplente. Em fase de prestação de contas.
1	600880	76.416.957/0001-85	3.037.456,89	607.491,38	0	2429965,51	27/12/07	31/12/10	1 – Adimplente. Prestação de contas em análise.
1	625145	78.133.824/0001-27	20.165.720,96	201.657,21	6.256.491,04	8.775.033,75	06/06/08	21/03/12	1 – Adimplente. Prestação de contas parcial em diligência
1	629775	07.941.148/0001-70	4.600.000,00	2.433.000,00	0	1.300.000,00	24/03/10	31/01/12	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	751396	95.587.770/0001-99	434.153,85	8.753,85	0	0	24/12/10	31/07/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	747898	76.172.907/0001-08	1.083.362,40	21.667,25	0	0	29/12/10	30/09/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	748006	76.205.681/0001-96	985.382,22	19.707,64	0	0	15/12/10	30/09/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	747886	76.205.962/0001-49	349.107,85	7.107,85	0	0	29/11/10	29/06/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	723477	76.973.692/0001-16	1.241.621,20	37.248,64	1.204.372,56	0	21/12/09	15/02/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	723473	76.205.970/0001-95	850.338,67	29.670,00	820.668,67	0	30/12/09	31/10/11	1 – Adimplente. Convênio em execução

1	702389	78.680.337/0001-84	1.136.577,90	237.388,00	224.797,28	230.503,76	08/01/09	08/01/13	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	702361	01.591.618/0001-36	123.052,00	10.660,00	0	112.392,00	02/11/09	13/04/10	1 – Adimplente. Prestação de contas em diligência.
1	701927	78.680.337/0001-84	1.948.127,41	389.625,49	519.500,64	519.500,64	02/01/09	31/01/12	1 – Adimplente. Convênio em execução. Prestação de contas parcial em diligência
1	701681	78.680.337/0001-84	145.222,02	29.044,11	0	98.844,81	29/12/08	31/03/10	1 – Adimplente. Autorizado a instauração de Tomada de Contas Especial, por não ter concluído o objeto conveniado.
1	701534	77.902.914/0001-72	145.232,26	29.046,46	0	116.185,80	29/12/04	31/05/10	1 – Adimplente. Convênio em fase de envio para Tomada de contas especial
1	517867	05.486.107/0001-05	22.596.197,79	2.576.474,00	0	16.878.529,03	31/12/04	30/12/11	1 – Adimplente. As prestações de contas parciais foram analisadas e aprovadas. Falta a análise da prestação de contas parcial do exercício de 2010
3	747936	04.699.470/0001-46	3.308.228,00	0	1.115.602,00	0,00	23/11/10	31/12/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
					0				

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Paraná			CNPJ: 00.375.972/0011-32 UG/GESTÃO: 373067/37201			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	6	5	5	9.886.337,79	10.867.650,77	13.261.966,14
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	1	0	0	1.115.602,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	6	5	6	9.886.337,79	10.867.650,77	14.377.568,14

Fonte: SICONV, SIAFI, RG209, RG2008

Obs.: Os Termos de Cooperação do PRONERA (1350-8370) são firmados via INCRA/SEDE e os valores repassados via destaque orçamentário.

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Paraná		CNPJ: 00.375.972/0011-32 UG/GESTÃO: 373067/37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	15	72.511.261,17	50.632.783,33	7.170.285,13	69,83
Contrato de Repasse	0	0	0	0	-
Termo de Parceria	1	3.308.228,00	1.115.602,00	2.192.626,00	33,72
Termo de Cooperação	0	0	0	0	-
Termo de Compromisso	0	0	0	0	-
Total	16	75.819.489,17	51.748.385,33	9.362.911,13	68,25

Fonte: SICONV e SIAFI

Obs.: 1) Os termos de cooperação são firmados via INCRA/SEDE e os valores são repassados via destaque orçamentário.

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Paraná				
CNPJ: 00.375.972/0011-32		UG/GESTÃO: 373067/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		6
		Montante Repassado		13.261.966,14
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-
			Montante Repassado (R\$)	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
			Montante Repassado (R\$)	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		25
		Montante Repassado (R\$)		11.166.703,02
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado (R\$)		68.750,87
2008	Contas prestadas	Quantidade		11
		Montante Repassado (R\$)		3.492.626,32
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-
		Montante Repassado (R\$)		-

Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: SR(09)A3

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos
	Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas	-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	6
		Montante repassado (R\$)	13.261.966,14
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada
			-
			Quantidade Reprovada
			-
			Quantidade de TCE
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
		Montante repassado (R\$)	-
2009	Quantidade de contas prestadas	10	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2
		Quantidade Reprovada	8
		Quantidade de TCE	8
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
		Montante repassado (R\$)	-
2008	Quantidade de contas prestadas	-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	6
		Quantidade Reprovada	4
		Quantidade de TCE	2
	Contas	Quantidade	-

	NÃO analisadas	Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte: SR(09)A3

6.1.6 Análise Crítica

A fiscalização dos convênios é realizada pela área finalística, de acordo com o objeto a ser conveniado. A Contabilidade tem a atribuição de analisar as prestações de contas e o Gabinete atua na gestão global dos mesmos.

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;**
- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;**
- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;**
- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;**
A previsão é de que as fiscalizações *in loco* dos convênios em andamento sejam comprometidas devido ao Decreto 7.446/2011 e novos convênios só serão firmados após cuidadoso planejamento.
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;**
- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

A fiscalização da execução dos convênios é realizada pela área finalística, de acordo com o objeto conveniado. Para cada convênio é designado um assegurador ou uma comissão, que irá acompanhar, fiscalizar e emitir relatórios.

A fiscalização da aplicação dos recursos e análise da prestação de contas é realizada por apenas um servidor da área contábil.

7 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Fis.
Rub



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – SR(09)

DECLARAÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Declaro que as informações referentes a contratos firmados por esta divisão estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo nº 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Curitiba, 31 de dezembro de 2010.

Suzete Stelma Pacheco
SUZETE STELMAK PACHECO
Chefe da Divisão Administrativa
INCRA/PR – SR(09) A

Fis.
Rub



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – SR(09)

DECLARAÇÃO DA OBTENÇÃO DE TERRAS

Declaro que as informações referentes a contratos, bem como convênios, contratos de repasse e termos de parceria, firmados por esta divisão, estão disponíveis e atualizadas respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo nº 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Curitiba, 31 de dezembro de 2010.

Pedro Luiz Kerber
Chefe de Divisão - SR(09)
Portaria/INCRA/DA/nº111/09 - VI

Fis. _____
Rub. _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – SR(09)

DECLARAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Declaro que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria, firmados por esta divisão, estão disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo nº 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Curitiba, 31 de dezembro de 2010.

Engº Agrº Orléa Pedro Spanneimberg
Chefe Subst. Div. Ordenamento Estrutura Fundiária - SR(09) F
Port. INCRA/SR(09) n.º 8/2008
D.O.U. n.º 113 de 16/07/2008

Fis. _____
Rub. _____

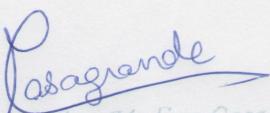


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – SR(09)

DECLARAÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Declaro que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria, firmados por esta divisão, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo nº 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Curitiba, 31 de dezembro de 2010.


Maria Cristina Medina Casagrande
Chefe da Divisão de Desenvolvimento do
Projetos de Assentamento - SR(09) D
Portaria/INCRA/DAI/Nº 341-III
INCRA/PR

8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Fis.
Rub.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Em cumprimento ao disposto no Capítulo III, da Instrução Normativa/TCU/Nº 63, DE 01/09/2010 e no inciso I do artigo 2º da DN/TCU/Nº 110, de 01/12/2010, DECLARO que os agentes ocupantes de Função de Confiança registrados no Rol dos Responsáveis que atuaram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2010, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma da Lei Nº 8.730, de 10/11/93.

Curitiba, 31/12/2010.

suzete
Suzete Stelmak Pacheco
Chefe Divisão de Administração
INCRA/PR

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO À DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA	
DADOS PESSOAIS DO SERVIDOR	
NOME:	
MATRÍCULA SIAPE:	CPF:
CARGO/FUNÇÃO:	CÓDIGO CARGO:
UNIDADE DE LOTAÇÃO:	RAMAL:
AUTORIZAÇÃO Autorizo, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.	
<hr/> _____, ____/____/ <hr/> Assinatura do servidor	
Código do Cargo ou Função = NES, DAS, GR, FCT, FG, CD, CAS, CCD, CCT, CGE.	

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle				X	
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X		
Monitoramento	1	2	3	4
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X		
Considerações gerais: A metodologia utilizada para o preenchimento deste quadro foi através de questionário individual entregue aos gestores da UJ e os resultados foram consolidados, conforme a maioria das respostas.				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					X - cartazes
Considerações Gerais: A metodologia utilizada foi através de reunião entre os membros da Comissão Permanente de Licitação que atuaram nos processos licitatórios no exercício de 2010.					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010	
BRASIL	PARANÁ	11	11
	Curitiba	2	2
	Cruz Machado	1	1
	Francisco Beltrão	4	4
	Cascavel	2	2
	Campo Largo	1	1
	Sertaneja	1	1
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		11	
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	
Total (Brasil + Exterior)		11	

Fonte: SPIUnet

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	1	2
	Curitiba	1	1
	Laranjeiras do Sul	0	1
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		1	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	2

Fonte: SR(09)A

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373067	7481.00014.500-9	5	3	128.932,56	18/08/2009	453.619,06	0	0
373067	7493.00063.500-0	21	3	102.568,98	18/08/2009	771.906,85	0	0
373067	7493.00064.500-5	21	7	36.848,29	18/08/2009	2.848.760,10	0	0
373067	7533.00004.500-0	5	3	34.116,99	01/08/2006	238.000,00	0	0
373067	7535.00241.500-6	10	5	177.039,20	18/08/2009	2.018.884,61	0	0
373067	7535.00271.500-0	21	2	94.243,29	18/08/2009	1.977.349,20	0	0
373067	7565.00038.500-4	13	2	1,00	18/08/2009	455.914,06	0	0
373067	7565.00039.500-0	13	2	1,00	18/08/2009	1.924.634,45	0	0
373067	7565.00047.500-3	10	5	16.543,80	18/08/2009	169.287,30	0	0
373067	7565.00048.500-9	21	5	489.843,62	18/08/2009	1.426.730,07	0	0
373067	7903.00003.500-9	23	4	32.320,00	18/08/2009	60.128,00	0	0
Total							0	0

Fonte: SPIUnet

Obs.: valor histórico dos bens imóveis correspondente a 31 de dezembro de 1996.

11.1.4 Análise crítica

1 - RIP DO IMÓVEL: 7481.00014.500.9

Imóvel localizado em Campo Largo,

O terreno original foi desmembrado em três áreas como segue:

- Área “A” – Medindo 8.983,14 m², localizado à Rua Francisco Alves Mendes Junior, s/nº, foi doado ao IBAMA através do processo nº CR(09) nº 02370/80 recadastrado sob o nº 21400.004301/94-23 e retomado por inadimplência das cláusulas do Termo de Doação. Atualmente, em novo procedimento administrativo, protocolado sob o nº 54200.002970/2009-69, **foi destinado ao Município de Campo Largo, através de um Contrato de Cessão de Uso Gratuita**, objeto do Título de Domínio INCRA/SR(09)Nº 02/2010, que já iniciou uma obra no terreno com 2.191,78 m², para abrigar o Centro da Juventude com recursos do Programa PARANACIDADE.
- Área “B” – Medindo 16.039,70 m², localizado à Rua Francisco Alves Mendes Junior, foi doado ao Município de Campo Largo, através do Termo de Doação INCRA/DFT/Nº 15/99, para a construção de uma escola municipal, que não foi construída à época. Em maio de 2004, consultou o Município para promover outra destinação ao imóvel, agora para abrigar as instalações do quartelamento do Corpo de Bombeiros – fls. nºs 126/127 do processo nº 54200.000351/99-42. Não existe qualquer registro de resposta à citada solicitação. O fato é que, autorizado ou não, o Município cedeu parte do imóvel para a implantação do Corpo de Bombeiros, cujas instalações foram inauguradas em setembro de 2000. O objetivo da doação, qual seja, a construção da escola, somente se efetivou em julho de 2009, com a denominação de “Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade Educação Infantil e Ensino Fundamental”, inaugurada em 02/07/2009. Haverá de proceder a uma divisão do terreno, objeto da doação, posto que a regularização no Corpo de Bombeiro deverá ser efetivada para o Estado do Paraná, por tratar-se de uma instituição ligada à Secretaria de Segurança Pública do Estado.
- Área “C” – Medindo 2.411,20 m², localizado à Rua Prefeito Ivaí Martins, pertencente ao Patrimônio do INCRA. Este terreno se encontra na condição de vago, bem conservado, com a predominância de vegetação rasteira, cercada por tela e murada nos fundos.

2 - RIP DO IMÓVEL: 7493.00063.500-0

Atualmente encontra-se instalado o Serviço de Regularização Fundiária, Serviço este vinculado a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, tendo em vista a extinção da Unidade Avançada de Cascavel e parte do terreno está sendo utilizada para guarda de 22 (vinte e dois) veículos apreendidos pela Receita Federal e Polícia Federal de Cascavel/PR e por 05 (cinco) ônibus de grande porte que foram doados ao MDA pela Receita Federal de Cascavel.

3 - RIP DO IMÓVEL: 7493.00064.500-5

Parte do terreno está sendo utilizada para guarda de 22 (vinte e dois) veículos apreendidos pela Receita Federal e Polícia Federal de Cascavel/PR e por 05 (cinco) ônibus de grande porte que foram doados ao MDA pela Receita Federal de Cascavel.

Existem nesta área 07 (sete) Benfeitorias construídas em madeira que se encontram em estado bastante precário de conservação, das quais 04 (quatro) e foram baixadas através do Processo nº 54200.001915/2009-51.

Tombo nº 4100-9 – Área de 580,34 m² - Prédio de madeira, utilizado como Sede Administrativa;

Tombo nº 4101-7 – Área de 156,75 m² - Prédio de madeira, utilizado antigamente como almoxarifado, atual Arquivo de Processos de Regularização Fundiária;
S/Tombo – Área de 10,00 m² - Prédio de Madeira, utilizado como Guarita dos Vigilantes.

4 - RIP DO IMÓVEL: 7533.0004.500.0

Atualmente, encontra-se em fase final de conclusão, a doação desta parte do terreno para a Prefeitura Municipal de Cruz Machado, através do processo nº 54200.001932/1998-20, que construirá nesta área o Centro do Agricultor, destinado à comercialização de produtos agrícolas e artesanais. Mencionada doação já foi aprovada pelo Comitê de Decisão Regional da SR(09)PR e o Termo de Doação já foi confeccionado, devendo o processo seguir para a Administração Central para registros e coletas de assinaturas e demais procedimentos que se fizerem necessários.

5 - RIP DO IMÓVEL: 7535.00241.500.6

Atualmente, tramita na SR(09)PR, ainda em fase de instrução, o processo administrativo nº 54200.002352/2010-52, objetivando a ocupação do imóvel localizado à Rua Desembargador Motta e todas as benfeitorias, na forma de Comodato e/ou Cessão de Uso, pelo prazo de 20 anos, pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFÚRIA, para a instalação de sua sede, que funcionará tanto como escritório e centro de memória, quanto para a realização de atividades de educação, articulação, exposição e trocas solidárias de produtos da agroecologia e da economia popular solidária.

6 - RIP DO IMÓVEL: 7535.00271.500.0

Terreno sem benfeitorias, de forma irregular, foreiro à Prefeitura Municipal de Curitiba/PR, **local onde se pretende construir a Sede Própria da Superintendência Regional do Paraná quando da liberação de recursos pela Administração Central, após a aprovação do Plano Pluriannual – PPA 2012 – 2015.** Atualmente está sendo utilizado como estacionamento dos funcionários da Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR Foi colocada uma guarita logo após a entrada, onde fica um vigilante contratado pela Companhia, guardando os veículos dia e noite. Foi construída uma ponte de madeira no lado direito do terreno que dá acesso aos funcionários e seus carros. O terreno vem sendo bem conservado, todo cercado com muro de concreto, exceto na lateral esquerda que é cercada com arame felpado.

7 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00038.500.4

Este terreno encontra-se em processo de doação para o Ministério da Defesa, através do processo nº 542002.001137/99-84 e 54200.000892/2005-34, para regularizar as ocupações da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro – Unidade de Francisco Beltrão, visando à ampliação das suas instalações. A doação ainda não se efetivou, porém já o utiliza e até já fez algumas construções sobre o mesmo.

Os terrenos, correspondentes aos RIP's nºs 7565.00038.500.4, 7565.00039.500.0 e 7565.00048.500.9 são áreas contíguas e recentemente foi erguido um muro em alvenaria separando a duas primeiras da última que pertencente à Sede Administrativa da Unidade Avançada de Francisco Beltrão.

8 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00039.500.0

O imóvel está sendo utilizado pela Unidade do Exército de Francisco Beltrão que até já fez algumas construções sobre o mesmo. As 06 (seis) casas de madeiras que havia no terreno foram doadas à Prefeitura de Francisco Beltrão, através do processo nº 54202.000109/97-41.

Os terrenos, correspondentes aos RIP's nºs 7565.00038.500.4, 7565.00039.500.0 e 7565.00048.500.9 são áreas contíguas e recentemente foi erguido um muro em alvenaria separando a duas primeiras da última que pertencente à Sede Administrativa da Unidade Avançada de Francisco Beltrão.

9 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00047.500.3

Este terreno já foi objeto de destinação ao Município de Francisco Beltrão, através do Título de Domínio INCRA/SR(09)Nº 01/2008, na forma de um Contrato de Cessão Gratuita, consoante ao processo nº 54202.000188/2006-42, para ampliação do Centro de Comercialização de hortifrutigranjeiros, já existente no lote contíguo de domínio do Município de Francisco Beltrão.

10 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00048.500.9

Instalação da Unidade Avançada de Francisco Beltrão. Trata-se de uma construção de alvenaria, com laje e concreto armado, piso de cerâmica e habite-se nº 84/96, medindo 952,00 m², contendo ao todo 28 peças, sendo 19 salas, 06 banheiros, 01 recepção, 01 cozinha e 01 garagem coberta para 06 veículos. O prédio foi edificado num terreno que mede 2.010,30 m². Encontra-se em excelente estado de conservação, necessitando apenas substituir algumas lajotas do piso cerâmico que apresentam rachaduras. O terreno é bem conservado, limpo e cercado, com a frente gramada.

Os terrenos, correspondentes aos RIP's nºs 7565.00038.500.4, 7565.00039.500.0 e 7565.00048.500.9 são áreas contíguas e recentemente foi erguido um muro em alvenaria separando a duas primeiras da última que pertencente à Sede Administrativa da Unidade Avançada de Francisco Beltrão.

11 - RIP DO IMÓVEL: 7903.00003.500.9

Terreno sem benfeitorias do INCRA.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					Informar quantitativos
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					Informar o percentual de participação
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: O INCRA/SEDE elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e as Superintendências Regionais seguem as determinações e orientações da SEDE.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

--	--	--	--	--	--

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Os cartões de pagamento do governo federal são utilizados para suprimento de fundos em viagens a campo dos servidores, para pagamento de combustível e oficina, quando necessário.

SUPRIDO		TIPOS	
NOME	CPF	FATURA Valor (R\$)	SAQUE Valor (R\$)
ADEMIRO MINGORI	33653240972	1.893,86	85,00
ADILSON FELIX DE SOUZA	8091439920	894,79	-
ALBERTO BIESEMAYER	17013100900	2.006,24	119,28
ALCIDES GABOARDI JR	66605679920	2.192,09	175
ALEXANDRE MAURICIO SANDRI	72338717953	1.215,50	-
ALVARO BROCHADO FORTES	30234824972	743,76	90,00
AMAURO CESAR DE QUADROS	15269450968	3.976,10	56,00
ANTONIO CARLOS CORDEIRO	54425271904	2.869,47	75,00
ANTONIO MOREIRA DA SILVA	30898587034	6.937,82	616,00
ARIANE MARIA AGNER	02318756902	610,43	50,00
CELSO DUDECKI	53585054900	8.949,41	230,00
CLAUDINEI CHALITO DA SILVA	78978025000	1.011,43	-
CLAUDIO DE SANTI MARTINS	74573004904	3.507,16	175,00
DANIEL SIMEONI DE OLIVEIRA	2303829917	909,16	40,00
DILMAR MULLER	28519663915	1.009,62	90,00
DIRCEU SASSO	25370847991	651,12	350,00
EDILSON SANTOS BATISTUSSI	45274002900	518,15	-
GERALDO BATISTA MARTINS	53044428904	-	170,00
GETULIO DE PAULA SOUZA	23239271915	1205,71	2.983,45
IDALINA F R SOUZA	64913660900	2.709,50	1.856,25
JOÃO CARLOS SFENDRYCH	23243830982	8.032,82	1.500,00
JOÃO SOBIERANSKI	25336762920	421,02	-
JOÃO WILMAR COSTA	45953040997	4.530,80	20,00
JORGE PORFIRIO DINIZ	29747007991	11.449,88	996,00
JOSÉ JORGE DA LUZ	49194518904	3.221,02	6.288,86
JOSÉ LOURENÇO FERREIRA LEITE	35927887953	3.082,74	3.632,70
JOSÉ VOLPI XAVIER DA SILVEIRA	29417449915	6.813,11	1.845,00
JOSUÉ HIDALGO	40322670900	5.078,43	336,00
JURANDIR GUIMARÃES MERCER	16808240906	6.838,89	481,80
LENOIR MENDES	19265255900	8.407,83	183,72
LUIZ MOACIR DE SOUZA MARTINS	36071072972	5.158,16	116,00
MARIA CRISTINA MEDINA CASAGRANDE	51479320978	77,50	130,00

MATIAS PEREIRA RODRIGUES	8686495702	698,91	-
MAURICIO RODRIGUES	98331068672	7.942,50	334,80
MIGUEL MARTINS NETO	22199926672	2.770,38	100,00
MILTON PADILHA DE ALMEIDA	2858460949	9.003,02	528,12
NILCEU RODOLFO MULLER	29794145904	2.200,01	110,00
OMAR GUILHERME GAUZA FILHO	27078337034	571,29	-
OSMAR N MADRUGA	28408195972	2.361,07	100,00
OSMAR NELSON AREND	30800722949	6.990,29	-
PAULO CEZAR DONATTI	22078100978	5.848,34	330,00
PEDRO SEBASTIÃO CORDEIRO	44765550982	2.707,26	-
PLINIO VALFREDO RODRIGUES DE MOURA	12668290244	8.925,09	-
RAUL CEZAR BERGOLD	4398776950	4.025,79	509,75
ROBERTO TAKAO UYEMURA	39696928904	6.085,39	1.415,00
RODRIGO ALCANTARA SILKA	2366518978	1.787,97	106,73
ROGERIO AUGUSTO TILLE	27551989900	4.838,09	89,00
RONILSON MARQUES CAMPOS	70938547968	584,30	163,00
RONOEL MARTINELLI D'AMICO	30742773949	2.594,72	-
SERGIO ELOI SCHULTZ	47869178934	7.307,24	161,00
VENDELINO ODIR ANTES	33521000982	3.112,04	60,00
WALTER ALBERTO CADORE	43098428953	4.802,97	253,00
AJUSTE		182,00	-
TOTAL GERAL		191.898,19	26.951,46

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	022.146/2010-5				Ofício 1153/2010 – TCU/SECEX-PR, de 08/11/2010 Comunicações processuais 452096415
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ					4034
Descrição da Deliberação:					
Em resposta ao OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 5700, de 04/11/2010, remeteu o OFÍCIO/TCU/SECEX-PR/Nº 1153, de 08/11/2010, com cópia do Acórdão 1649/2010 – TCU – Plenário (TC 027.129/2009-7), que, relativamente ao Convênio CRT/PR nº 61.000/05, firmado com a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária – Cotrara, CNPJ 01.865.966/0001-54, determinou a instauração da Tomada de Contas Especial (TC 022.146/2010-5) em desfavor da cooperativa e de seu presidente, senhor Diorlei dos Santos, CPF 030.786.319-07, no sentido de apurar a responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal e obtenção de resarcimento de R\$ 324.964,05, informando que o referido processo encontrava-se em instrução na Secretaria de Controle Externo/TCU – PR.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial					
Síntese da providência adotada:					
Conforme MEMO/SR(09)TCE/Nº 27, de 19/11/2010, remetido à Auditoria Interna do Incra, a solicitação encaminhada pelo Incra ao TCU se referia a outro processo de Tomada de Contas Especial, que tramita naquele tribunal independente de procedimento próprio instaurado nesta Superintendência (processo nº 54200.001756/2007-23) acerca do mesmo convênio. Neste processo, a CPTCE concluiu pela cobrança de R\$ 28.632,05 da Cotrara. A Cooperativa pleiteou o parcelamento do débito, o que, por se tratar de questão inédita para a CPTCE, motivou o envio do OFÍCIO/INCRA/SR(09)/Nº 4716, de 16/09/2010, ao TCU, o qual permanece sem resposta. Posteriormente, o pedido foi reiterado através do OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 5700, de 04/11/2010, o qual, conforme esclarecemos, obteve resposta acerca de questão diversa da pretendida.					
Diante do ocorrido, a CPTCE enviou à Auditoria Interna do Incra o citado MEMO/SR(09)TCE/Nº 27, solicitando esclarecimentos acerca do parcelamento do débito, sobre a possibilidade de modificar a situação da Cotrara de “inadimplência efetiva” (conta contábil 199620901) para “inadimplência suspensa” até a quitação do débito, bem como sobre a possibilidade de baixar o lançamento efetuado na conta contábil 112290300 (diversos responsáveis), em nome do presidente da Cotrara.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	022.146/2010-5				OFÍCIO/TCU/SECEX-PR/Nº 132/2010, de 09/03/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ					4034
Descrição da Deliberação:					
Solicitou a remessa, no prazo de 5 dias, de cópia integral da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio nº CRT/PR/Nº 51.000/2005, celebrado entre o Incra e a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária – Cotrara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ					4034
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento, foi encaminhada cópia do processo nº 54200.001756/2007-23, através do OFÍCIO/INCRA/SR(09)Nº 1043, de 11/03/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
A solicitação foi devidamente atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Código SIORG					
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	Solicitação de auditoria nº 226634/001, de 20/04/2010				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Solicitou informações e justificativas para as seguintes situações:					
1. Determinações do TCU.					
1.1 Acórdão TCU nº 54/2009 – Plenário, de 02/02/2009.					
1.1.1 Informar sobre o andamento do Processo de Tomada de Contas Especial nº 54200.000307/2008-49, instaurado diante da negativa da Funpar em recolher o débito apurado de R\$ 92.611,85, pagos indevidamente a título de contrapartida para funcionários pertencentes ao quadro da Fundação.					
1.2 Item 9.8.2 do Acórdão TCU nº 1957/2007 - Plenário, alterado pelo Acórdão nº 2613/2007 - Plenário, e corrigido pela Relação nº 13/2008 - Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz - Plenário, de 08/07/2008.					
1.2.1 Informar sobre o andamento do Processo de Tomada de Contas Especial nº 54200.002037/2008-19, em desfavor da Cooperativa dos Trabalhadores em Reforma Agrária – Cotrara, em virtude da ausência da comprovação da aplicação de R\$ 5.231.562,39 transferidos no âmbito do Convênio CRT/PR nº 79.000/2004.					
1.2.2 Informar sobre a instauração de Tomada de Contas Especial e seu andamento, em virtude da transferência irregular dos recursos da conta específica do Convênio CRT/PR nº 11.000/2003, firmado com a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná - CCA, para as contas da Cotrara.					
1.3 Item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 2995/2009:					
1.3.1 Informar sobre o andamento das medidas tomadas acerca da disponibilização dos recursos necessários para o acompanhamento da execução dos convênios no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e da implementação dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento em relação à aplicação de recursos destinados a cursos de capacitação repassados mediante convênios à Funpar					
2 Recomendações da CGU					
2.1 Item 2.1.2.1 do Anexo ao Relatório de Auditoria nº 224931 - Fragilidade no acompanhamento e na fiscalização da aplicação do crédito-instalação.					
2.1.1 Informar sobre o andamento das medidas tomadas acerca da fiscalização da adequação da aplicação dos recursos de crédito-instalação, em especial na elaboração dos orçamentos de produtos a serem adquiridos.					
2.2 Item 2.1.2.2 do Anexo ao Relatório de Auditoria nº 224931 - Liberação de recursos sem cumprimento integral dos pré-requisitos.					
2.2.1 Informar sobre o andamento das medidas implementadas com o objetivo de só efetuar a aprovação dos recursos de crédito instalação após a instrução integral do processo administrativo com todos os documentos exigidos e cumpridos todos os pré-requisitos definidos nas normas de execução vigentes para cada modalidade de aplicação, evitando, com isso, alterações posteriores à liberação que comprometem a legalidade da aplicação dos recursos.					
2.3 Item 2.1.2.4 do Anexo ao Relatório de Auditoria nº 224931 - Inconsistências nos laudos emitidos pela Assistência Técnica.					
2.3.1 Informar sobre o andamento das medidas implementadas para a verificação da compatibilidade entre as concessões do crédito-instalação e as aplicações dos recursos realizadas pelos beneficiários.					
3 Licitações e Contratos					
3.1 Pregões 08/2009 e 15/2009					
3.1.1 Disponibilizar toda a documentação, no que couber, relacionada aos processos licitatórios acima: contratos firmados, comprovantes das despesas realizadas, planilhas de custos, relatórios de medições, cronograma físico, laudos de vistorias, termo de aceitação definitiva, relação de bens e equipamentos adquiridos, extratos das contas correntes específicas e prestação de contas.					

4 Restos a pagar

4.1 Restos a Pagar não Processados a Liquidar

4.1.1 Disponibilizar os processos de Restos a Pagar relacionados na tabela abaixo:

Data	Nº Empenho	Nº Processo	Valor (R\$)
26/11/2009	2009NE000260	54200.002776/2008-01	3.700.000,00
17/12/2009	2009NE901505	-	1.204.372,60
18/12/2009	2009NE901515	-	820.668,67
18/12/2009	2009NE901524	54200.001988/2009-43	803.590,00
18/12/2009	2009NE901527	54200.002988/2009-43	584.900,00
20/12/2009	2009NE901549	-	532.375,52
18/12/2009	2009NE901526	54200.001988/2009-43	431.112,15
18/12/2009	2009NE901525	54200.001988/2009-43	349.522,49
27/11/2009	2009NE901322	54200.003207/2006-11	1.123.065,46
03/11/2009	2009NE901168	54200.003207/2006-11	3.488.375,82
10/11/2009	2009NE90120		4.298.571,46

5 Gestão operacional

5.1 Programa 0135 – Assentamentos sustentáveis para trabalhadores rurais

5.1.1 Ação 8374 – Licenciamento ambiental da reforma agrária.

Informar os motivos do atraso na elaboração dos 84 Plano de Recuperação de Assentamento – PRAs, previstos no Convênio formalizado com a EMATER, para regularização de assentamentos implantados até dezembro de 2003.

5.1.2 Ação 8374 – Licenciamento ambiental da reforma agrária.

Informar os motivos da contratação da Fundação Rondon, entidades externas ao INCRA, para execução de Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDAs em assentamentos implantadas depois de dezembro de 2003 uma vez que contratações anteriores da Cotrara e PBA mostraram-se de qualidade inferiores aos PDAs elaborados pelos próprios técnicos do INCRA, necessitando de ajustes posteriores para poderem embasar as Licença de Instalação e Operação – LIO.

5.1.3 Ação 4460 – Obtenção de imóveis para reforma agrária.

Disponibilizar para consulta os documentos contendo a solicitação de revisão nos procedimentos de avaliação das propriedades Fazenda Guairaçá e Fazenda Pininga apresentados pela Direção de Obtenção do INCRA Sede.

O prazo concedido para resposta foi o dia 28/04/2010.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial	89128, 48118 e 49458

Síntese da providência adotada:

Em atendimento, foi encaminhado o OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 1832, de 29/04/2010, com as seguintes respostas:

1.1 Enviado o MEMO/INCRA/SR(09)TCE/Nº 10/2010, informando que a CPTCE considerou que não houve dano ao erário por parte da Funpar. Remeteu o processo à Auditoria Interna do Incra, que orientou o a Superintendência a remeter o OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 5632, de 21/10/2009. Em consulta ao SISPROT em 14/02/2011 verificou-se que o processo nº 54200.000307/2008-49 encontra-se na SFC/CGU.

1.2.1 A CPTCE enviou o OFÍCIO/INCRA/SR(09)TCE/Nº 46, de 16/10/2009, ao senhor Celso Lisboa de Lacerda, informando que foi demonstrada a regular fiscalização dos recursos transferidos à Cotrara. A CPTCE solicitou ao Serviço de Contabilidade a atualização do valor de R\$ 5.231.562,39 em desfavor da Cotrara, bem como a atualização na conta SIAFI em nome do senhor Diorlei dos Santos, presidente da Cotrara. O processo foi remetido à Auditoria

Interna do Incra e, após, ao SFC/CGU.

1.2.2 A CPTCE enviou o OFÍCIO/INCRA/SR(09)TCE/Nº 16, de 24/03/2010, ao senhor Celso Lisboa de Lacerda, informando que não houve dano ao erário e que não inexiste sua responsabilidade, tendo em vista que se respaldou em pareceres técnicos e jurídicos para celebrar o convênio e aprovar a prestação de contas. A CPTCE enviou o OFÍCIO/INCRA/SR(09)TCE/Nº 17, de 24/03/2010, ao senhor Luis Alonso Sales, presidente da CCA, informando que não houve caracterização de desvio de finalidade na transferência de recursos da CCA para a Cotrara, vez que a CCA, baseada na Cláusula Terceira, III, “A” do convênio optou por executar o objeto indiretamente, promovendo o contrato de prestação de serviço com a Cotrara. A CPTCE encaminhou o processo ao Gabinete da Superintendência, para remessa à Auditoria Interna do INCRA.

1.3.1 Resposta através do MEMO/INCRA/SR(09)D/Nº 245/2010, informando que os recursos para acompanhamento dos convênios dos Pronera foram previstos na Programação Orçamentária para o ano de 2010, no valor de R\$ 30.000,00, definido pelo Incra/Sede, o qual seria liberado durante o ano conforme programação trimestral feito juntamente com a Asseguradora dos convênios. Com relação aos convênios firmados com a Funpar, conforme solicitado no Acórdão TCU 2995/2009, informou que, visando à fiscalização e ao acompanhamento, estava em estudo a inclusão de mais asseguradores e a descentralização para servidores das Unidades Avançadas. Observou que, de acordo com o que já fora manifestado no Relatório de Auditoria da Controladoria Geral da União nº 224931, item 4.5 – Regularidade na Gestão de Recursos Humanos, houve um decréscimo no número de servidores ativos, o que é a maior preocupação dos gestores desta Superintendência.

2.1.1 Resposta através do MEMO/INCRA/SR(09)D/Nº 245/2010, que informou que a Divisão de Desenvolvimento, em conjunto com as Unidades Avançadas, orientou os responsáveis pela aplicação dos créditos nas suas diversas modalidades (Apoio, Fomento, Aquisição de Material de Construção e Aquisição de Material de Recuperação), quanto ao controle a ser efetuado quando da sua concessão, devendo observar a legislação vigente. Esclareceu que, para a liberação do Crédito Apoio (Alimentação e Fomento) e de Aquisição de Material de Construção e de Recuperação, são realizadas pesquisas de preço e, após, é firmado contrato entre os assentados e o fornecedor com o menor preço, sempre com a presença de servidores do Incra. As notas fiscais são pagas pelo Incra, devendo constar a assinatura do beneficiário e dos representantes do Projeto de Assentamento perante o Banco do Brasil.

2.2.1 Resposta através do MEMO/INCRA/SR(09)D/Nº 245/2010, que esclareceu que os processos são devidamente instruídos, observando as normas de liberação de créditos.

2.3.1 Houve instrução dos técnicos que prestam o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES (Programa 1427 – Ação 4470) nos assentamentos, para auxiliar os servidores do Incra. Informou que o material confeccionado pelos técnicos está em conformidade com o que é exigido pelas normas .

3.1.1 Foram solicitados documentos, tendo sido disponibilizados os seguintes, através do MEMO/INCRA/SR(09)F/Nº 301, de 26/04/2010: cópia do contrato CRT/PR/Nº 68.000/09; cópia da publicação no DOU; cópia da Ordem de Serviço/INCRA/SR(09)/Nº 14, de 10/02/2010; cópia de Ordem Bancária, cópia de Nota Fiscal e cópia do Boletim de Pagamento nº 01/2010, relativas à mobilização dos serviços; cópia da ART/CREA; cópia do contrato CRT/PR/Nº 67.000/09; cópia da publicação no DOU; cópia da Ordem de Serviço/INCRA/SR(09)/Nº 15, de 10/02/2010; cópia do contrato CRT/PR/Nº 66.000/09; cópia da publicação no DOU; cópia da Ordem de Serviço/INCRA/SR(09)/Nº 16, de 10/02/2010. Também foram disponibilizados os relatórios de fiscalização.

4.1.1 Os processos seriam disponibilizados pelas respectivas áreas, para quando a equipe de auditoria estivesse no Incra.

5.1.1 Resposta através do MEMO/INCRA/SR(09)D/Nº 245/2010, que informou o entendimento de que houve um super-dimensionamento da meta estipulada no convênio por parte da Emater. Por tal razão, em setembro de 2009 houve uma readequação do Plano de Trabalho do convênio, que passou a prever a elaboração de somente 18, e não mais 84 Planos de Recuperação de Assentamento – PRAs. Ressaltou que, dos 66 Projetos de Assentamento excluídos, 42 foram contemplados por contratação realizada mediante licitação, com o objetivo de que sejam produzidos os respectivos PRAs.

5.1.2 Resposta através do MEMO/INCRA/SR(09)D/Nº 245/2010, que esclareceu que a contratação da Fundação Rondon para a elaboração de dez Planos de Desenvolvimento de Assentamento – PDAs (2007) ocorreu previamente à decisão de elaboração desses planos diretamente por servidores do Incra (2008). Informou que o Incra não possui condições operacionais para atendimento de toda a demanda de elaboração de PDAs e PRAs, razão pela qual são necessárias contratações.

5.1.3 Resposta através do MEMO/INCRA/SR(09)T/Nº 98/2010, que encaminhou cópia integral do processo nº 54200.001185/2009-99.

Síntese dos resultados obtidos

1.1.1 No âmbito interno a questão ficou resolvida, com o parecer da CPTCE que entendeu não haver irregularidade no

convênio. O processo se encontra com a CGU.

1.2.2 Os trâmites internos foram realizados, sendo que a CPTCE emitiu parecer no sentido de que não houve irregularidade no convênio. O processo se encontra com a CGU.

2.1.1 Houve atendimento da solicitação, em que se esclareceu que há orçamento prévio de produtos mediante pesquisa de preços.

2.2.1 O controle da aplicação de créditos foi aprimorado. Além da observância das normas internas do Incra, a Superintendência passou a observar as exigências mencionadas em *check list* disponibilizado pela CGU.

2.3.1 Conforme informado na resposta à CGU, houve orientação dos técnicos de ATES, para que pudessem elaborar planos de aplicação de recursos. Isso ocorre em especial com o crédito fomento. A fiscalização, por sua vez, permanece a cargo do Incra. No caso do crédito fomento, o acompanhamento se dá quando da análise das notas fiscais para pagamento. No caso dos créditos para aquisição de materiais de construção, a fiscalização se dá também em campo.

3.1.1 A documentação solicitada foi disponibilizada.

4.1.1 Os processos foram disponibilizados.

5.1.1 A Emater deveria ter fornecido ao Incra 9 PRAs em 2010. Como isso não ocorreu, a Emater pretende fornecer todos os 18 PRAs previstos no convênio em 2011.

5.1.2 A questão foi esclarecida na resposta disponibilizada pelo Incra. Houve previsão de elaboração de PDAs pelo Incra, concluindo-se pela dificuldade operacional da autarquia na execução plena dos estudos necessários. Dessa forma, houve uma reprogramação para a partir de 2011, prevendo-se que o Incra realizará os estudos principais para definir o parcelamento dos assentamentos e assegurar o atendimento da legislação ambiental, devendo ser contratada somente a produção de um relatório acerca dos dados já levantados, além de outros dispensáveis na fase do parcelamento.

5.1.3 Foi encaminhada cópia integral dos processos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
2	Solicitação de auditoria nº 226634/002, de 22/04/2010				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
1.1.1 e 1.1.2 Solicitou a disponibilização dos processos dos seguintes convênios:					
Nº CONVÊNIO	CONVENENTE	VALOR GLOBAL (R\$)			
708644	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	5.373.214,32			
723473	Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul	850.338,67			
723477	Prefeitura Municipal de Querência do Norte	1.241.621,20			
726576	Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu	548.840,74			
488155	Associação de Produtores Rurais Boa Esperança	2.102.961,00			
534999	Funpar	936.436,80			
540783	Funpar	772.590,59			
600880	Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento	3.037.456,89			
601087	Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento	3.484.615,84			
1.3.1 Solicitou informação a respeito da realização ou não da análise da prestação de contas dos convênios classificados como “A Aprovar” com mais de 60 dias de sua prestação de contas. Caso tenham sido analisados, deveria ter sido informado o motivo da demora da inserção do registro de aprovação ou não no SIAFI. Os processos foram os seguintes:					
Nº CONVÊNIO	CONVENENTE	VALOR GLOBAL (R\$)			
488155	Associação de Produtores Rurais Boa Esperança	2.102.961,00			
502235	Fundação de Apoio ao Ensino Extensão Pesquisa e Pós Graduação	1.191.344,12			
517353	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão	4.156.885,66			
517864	Funpar	1.094.220,86			
517973	Fundação de Apoio ao Ensino Extensão Pesquisa e Pós Graduação	231.125,00			
534001	Funpar	1.249.926,32			
538371	Funpar	573.387,12			
540783	Funpar	772.590,59			
560713	Prefeitura Municipal de Iretama	139.831,00			
560716	Prefeitura Municipal de Pinhão	174.139,48			
560722	Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu	324.664,82			
590552	Prefeitura Municipal de Ramilândia	193.468,56			

1.4.1 Solicitou informação a respeito da cobrança da Prestação de Contas com comprovação de notificação ao convenente, nos casos classificados como “A Comprovar” com vigência expirada, para os seguintes convênios:

Nº CONVÊNIO	CONVENENTE	VALOR GLOBAL (R\$)
486432	Funpar	1.158.742,50
503652	Associação Central dos Assentados Nova Fartura	2.869.297,00
560343	Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu	608.534,78
598514	Prefeitura Municipal de Ventania	171.292,76

O prazo para atendimento das solicitações era até 28/04/2010.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração	49482
Síntese da providência adotada:	
Em resposta, foi encaminhado OFÍCIO/INCRA/SR(09)/Nº 1.833, de 29/04/2010, que foi recebido em 30/04/2010 na CGU. O ofício remeteu o MEMO/INCRA/SR(09)AC/Nº 13/2010, de 29/04/2010, que esclareceu, quanto aos processos solicitados, que os mesmos são de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. O ofício enviado pelo Incra informou que os processos solicitados seriam disponibilizados à equipe de auditoria, quando esta estivesse na autarquia para a realização das análises.	
Quanto ao item 1.3.1, o MEMO/INCRA/SR(09)AC/ Nº 13/2010 explicou que os processos foram analisados e remetidos aos setores competentes para as providências necessárias. A não inserção dos mesmos no SIAFI, como aprovados ou não, decorreu de anormalidades na prestação de contas e porque foram colocados em diligências e tomada de contas especial.	
Em relação ao item 1.4.1, o MEMO/INCRA/SR(09)AC/ N° 13/2010 esclareceu que os convênios foram analisados e enviados para os setores responsáveis pelas providências exigidas para regularização dos mesmos.	

Síntese dos resultados obtidos

1.1.1 e 1.2.1 Os processos solicitados foram disponibilizados.

1.3.1 e 1.4.1 Conforme verificação em 25/02/2011, passando à seguinte situação no SIAFI.

Nº CONVÊNIO	CONVENENTE	STUAÇÃO
488155	Associação de Produtores Rurais Boa Esperança	Inadimplente, em tomada de contas especial.
502235	Fundação de Apoio ao Ensino Extensão Pesquisa e Pós Graduação	Concluído e aprovado.
517353	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão	Concluído e aprovado.
517864	Funpar	Concluído e aprovado.
517973	Fundação de Apoio ao Ensino Extensão Pesquisa e Pós Graduação	Concluído e aprovado.
534001	Funpar	Inadimplente, em tomada de contas especial.
538371	Funpar	Inadimplente, em tomada de contas especial.
540783	Funpar	Adimplente, mas em tomada de contas especial.
560713	Prefeitura Municipal de Iretama	Inadimplência suspensa, em tomada de contas especial.
560716	Prefeitura Municipal de Pinhão	Concluído e aprovado.
560722	Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu	Concluído e aprovado.

590552	Prefeitura Municipal de Ramilândia	Concluído e aprovado.
486432	Funpar	Inadimplente, em tomada de contas especial.
503652	Associação Central dos Assentados Nova Fartura	Inadimplente, em tomada de contas especial.
560343	Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu	Inadimplente, em tomada de contas especial.
598514	Prefeitura Municipal de Ventania	Concluído e aprovado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
--

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:			Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA			1799			
Recomendações do OCI						
Recomendações expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
3	Solicitação de auditoria nº 226634/003, de 13/05/2010					
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ			4034			
Descrição da Recomendação:						
Solicitou o que segue:						
1. Informação sobre os motivos que ensejaram a ocorrência de celebração de termos aditivos que, a princípio, estariam acima do limite de 25% estabelecido no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.						
a) Contrato 65.000/2006, publicado em 01/12/2006, com vigência até 30/11/2007. Termos aditivos de acréscimo de valor 65.006/2009, de 15/04/2009, e 65.007/2009, de 15/07/2009.						
b) Contrato 2000/2009, publicado em 16/01/2009, com vigência até 19/01/2009. Termo aditivo de acréscimo de valor 2001/2009, de 15/05/2009.						
2. Disponibilizar para consulta os processos relativos à concessão de crédito instalação para 973 famílias no PA Celso Furtado (processo nº 54200.001889/2006-19) e 600 famílias no PA 8 de Abril (processo nº 54200.002662/2006-18).						
3. Informar se os programas sob responsabilidade da Superintendência tiveram suas informações atualizadas no SIGPLAN até o dia 15/02/2010, conforme exigência do § 1º, do art. 18, da Lei nº 11.653/2008.						
4. Informar os motivos da não contratação das empresas que apresentaram as melhores propostas nos seguintes pregões:						
	DATA	NÚMERO LICITAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM		
A	13/08/09	5	1	Lona plástica		
B	25/08/09	6	5	Mourão de madeira		
C	11/12/09	15	4	Topografia de áreas		
D	11/12/09	15	3	Topografia de áreas		
E	19/11/09	14	1	Locação de equipamentos de impressão		
F	11/09/09	10	28	Cartucho de tinta impressora HP		
G	11/09/09	10	14	Cartucho de tinta impressora HP		
H	11/09/09	10	15	Cartucho de tinta impressora HP		
I	11/09/09	10	22	Cartucho de tinta impressora HP		
J	11/09/09	10	24	Cartucho de tinta impressora HP		
K	11/09/09	10	21	Cartucho de tinta impressora HP		
L	11/09/09	10	1	Cartucho toner impressora / copiadora Ricoh		
M	11/09/09	10	4	Cartucho toner impressora / copiadora Xerox		
N	11/09/09	10	7	Cartucho toner impressora / copiadora Xerox		
O	11/09/09	10	6	Cartucho toner impressora / copiadora Xerox		

P	11/09/09	10	8	Cartucho toner impressora / copiadora Xerox
Q	11/09/09	10	5	Cartucho toner impressora / copiadora Xerox
R	11/09/09	10	34	Cartucho toner impressora HP
S	11/09/09	10	51	Cartucho toner impressora HP
T	11/09/09	10	29	Cartucho toner impressora HP
U	11/09/09	10	20	Cartucho toner impressora HP
V	11/09/09	10	16	Cartucho toner impressora HP
W	11/09/09	10	18	Cartucho toner impressora HP
X	25/08/09	7	2	Prestação de serviços de portaria / recepção

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração e Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	49482 e 49458

Síntese da providência adotada:

Em resposta, foi encaminhado o OFÍCIO/INCRA/SR(09)/Nº 2191, de 19/05/2010, que remeteu o MEMO/INCRA/SR(09)A/Nº 328/2010, de 17/05/2010, que continha os seguintes esclarecimentos:

- Com relação ao CRT/PR/Nº 65.000/06, foram feitas duas alterações. A primeira delas (CRT/PR/Nº 65.007/09) remanejou postos de trabalho, sem alterar o quantitativo de postos contratados, influenciando apenas no valor atualizado. A outra alteração aumentou a quantidade de postos de trabalho de secretárias e de recepcionistas, utilizando os 25% de acréscimo permitido por lei, o que correspondeu a 10,56% do valor atualizado do contrato. Ressaltou que todos os atos foram analisados pela Procuradoria Jurídica e foram devidamente aprovados, tendo anexado documentos comprobatórios dessa informação.

- Quanto ao CRT/PR/Nº 2.000/09, foi feita uma alteração contratual para incluir a provisão de valores para custear despesas com diárias e passagens para a prestação de serviços pelos contratados às Unidades Avançadas Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul, bem como ao Serviço de Regularização Fundiária, em Cascavel. A realização dos serviços nesses locais foi prevista no edital, mas não foi previsto o custeio das despesas com diárias e passagens. Os valores acrescentados foram calculados e solicitados pela área de informática da Superintendência, tendo sido aprovados, conforme documentos anexados.

- Quanto ao item 4:

A. A empresa de menor preço não atendeu as especificações do edital e a segunda colocada solicitou a sua desclassificação porque o produto ofertado não atendia o edital. Então, a terceira colocada teve a adjudicação do contrato. Disponibilizou ata do pregão.

B. A primeira colocada solicitou a sua desclassificação, em vista de que a diferença para o segundo colocado era de apenas R\$ 10,00 e o valor ofertado não compensava a entrega do produto. A segunda colocada forneceu o produto pelo preço da primeira colocada. Disponibilizou ata do pregão.

C/D. A primeira e a segunda colocadas foram desclassificadas por inobservância do instrumento convocatório. A terceira colocada adjudicou o contrato para o item 3 em valor menor que o da primeira colocada. Para o item 4, o valor ficou igual ao da primeira colocada. Disponibilizou ata do pregão.

E. A contratação de empresa de locação de equipamento de impressão se deu com a empresa que ofereceu o menor preço no pregão realizado. Disponibilizou ata do pregão.

F-K e R-W. A empresa com menor preço foi desclassificada por não atender ao item 10.7.1 do edital. Por tal razão o contrato foi adjudicado com a segunda colocada. Disponibilizou ata do pregão.

L. A primeira colocada solicitou a sua desclassificação porque o preço estava inexequível. Então, o contrato foi adjudicado pela segunda colocada. Disponibilizou ata do pregão.

M-Q. O contrato foi adjudicado pela empresa com menor preço, mas quando da emissão do empenho verificou-se que ela estava proibida de contratar com o Poder Público. Assim, o contrato restou firmado com a segunda colocada. Disponibilizou ata do pregão e documento confirmado a informação prestada.

X. A primeira colocada não atendeu os itens 8.3, I, II e III, e o item 6.4.1, pelo que foi desclassificada. Então, o contrato foi adjudicado pela segunda colocada. Disponibilizou ata do pregão.

Quanto ao item 2 da solicitação da CGU, os processos 54200.002539/2005-99, 54200.002889/2006-19 e 54200.002667/2006-13, relativos ao Crédito Instalação nos Projetos de Assentamento Celso Furtado e 8 de Abril, foram colocados à disposição da equipe de auditoria para análise.

Acerca do item 3 da solicitação da CGU, esclareceu que os dados para preenchimento do SIGPLAN são fornecidos pelas Superintendências Regionais, mas o preenchimento do sistema é feito exclusivamente pelo Incra/Sede, em Brasília. Foram juntadas mensagens eletrônicas para atestar a informação.

Síntese dos resultados obtidos

O aditivo do contrato CRT/PR/Nº 2.000/09 foi precedido de análise jurídica. O contrato tinha valor previsto de R\$ 100.135,92, sendo que houve inclusão do valor R\$ 25.87,62 (25,84% de acréscimo). Esse acréscimo foi precedido de análise da Procuradoria Federal Especializada junto à Superintendência do Incra no Paraná, que se manifestou através do PARECER/SR-09/J/EC Nº 98/2009, que considerou que houve equívoco na composição inicial do valor do contrato. Então, a providência de majoração do valor não seria propriamente uma alteração contratual, porque não aumentou o seu custo. Seria uma retificação, para computar a despesa com diárias e passagens necessárias à execução dos serviços fora de Curitiba.

Os processos solicitados foram disponibilizados.

O SIGPLAN é alimentado pelo Incra/Sede, em Brasília, com base nos dados que são remetidos periodicamente por esta Regional.

Os questionamentos foram suficientemente respondidos, sempre instruídos pelas atas dos pregões.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
4	Solicitação de auditoria nº 246634/004, de 24/05/2010				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Solicitou informação sobre os contratos do Incra com previsão de cobrança de CPMF, que foi extinta em 01/01/2008. Porém, algumas empresas não efetuaram os respectivos descontos, gerando pagamento indevidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Divisão de Administração		49482			
Síntese da providência adotada:					
Em resposta, foi encaminhado o OFÍCIO/INCRA/SR(09)/Nº 2372, de 31/05/2010, que remeteu o MEMO/INCRA/SR(09)A/Nº 344, de 27/05/2010. Esse documento informou que foram detectadas cobranças indevidas de CPMF em dois contratos, com as empresas DMS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., CRT/PR/Nº 12.000/07, e a empresa ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA S/C LTDA., CRT/PR/Nº 59.000/04. Foram efetuados cálculos e consignado o ressarcimento ao erário através dos termos aditivos CRT/PR/Nº 12.005/09 e CRT/PR/Nº 59.009/09.					
Síntese dos resultados obtidos					
Empresa ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA S/C LTDA., CRT/PR/Nº 59.000/04: o ressarcimento foi previsto no aditivo contratual CRT/PR/Nº 59.009/09, Cláusula Terceira, Parágrafo Único. O valor a ser ressarcido foi abatido dos devidos à empresa.					
Empresa DMS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., CRT/PR/Nº 12.000/07: o ressarcimento foi previsto no aditivo contratual CRT/PR/Nº 12.005/09, Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto. O valor a ser ressarcido foi abatido dos devidos à empresa.					
Em 2010 foi verificado que a empresa ACRÓPOLE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., CRT/PR/Nº 65.000/2006. Também cobrou indevidamente a CPMF. A empresa foi notificada e apresentou pedido de defesa prévia, o qual foi acatado pelo Incra. Após, a empresa apresentou a defesa, a qual está sob análise no Incra.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
5	Solicitação de Auditoria nº 246634/005, de 26/05/2010				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
<p>Referente ao processo nº 54200.000189/2006-19, que trata do Crédito Instalação para o Projeto de Assentamento Celso Furtado, solicitou:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Informar os motivos dos créditos de R\$ 4.865.000,00 e R\$ 1.946.000,00, referentes ao total de R\$ 5.000,00/família e complemento de R\$ 2.000,00/família, para crédito instalação, modalidade aquisição de material de construção, terem sido concedidos para a capacidade total de 973 famílias, se somente 920 famílias assinaram o contrato de concessão de crédito conforme relação de beneficiários do SIPRA constante do processo (art. 16, I, da Norma de Execução nº 67/2007). 2. Informar os motivos de escolha de Anélio Alves de Moraes, CPF nº 602.917.459-20 como um dos três titulares da conta de recebimento dos créditos, se não consta na relação de beneficiados constante do processo (art. 18, § 1º, IV, da Norma de Execução 67/2007). 3. Informar os motivos de grande parte das assinaturas constantes da ata de reunião que escolheu os representantes para abertura da conta corrente serem na verdade uma relação de nomes escrita pela mesma pessoa, uma vez que a letra é idêntica (art. 18, § 1º, IV, da Norma de Execução 67/2007). 4. Informar os motivos da não inclusão no processo dos seguintes documentos exigidos pela Norma de Execução 67/2007: <ul style="list-style-type: none"> a) Projeto de parcelamento aprovado pela SR com lotes identificados e demarcados (art. 16, § 1º, II, NE 67/2007); b) Projeto de moradias aprovado pela comunidade com especificações técnicas assinadas por técnico habilitado prevendo área mínima de 36m2 (art. 16, § 1º, V, NE 67/2007); c) Plano de aplicação aprovado (art. 18, § 1º, XIV, NE 67/2007). 					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Unidade Avançada Laranjeiras do Sul		49458			
Síntese da providência adotada:					
<p>Em resposta, a Unidade Avançada Laranjeiras do Sul prestou informações através do MEMO/SR(09)UALS/Nº 206, de 08/06/2010.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As 53 famílias que não assinaram os contratos de concessão de crédito estão assinando aos poucos, na medida em que são encontradas para tanto. 2. Esclareceu que o senhor Adélio Alves de Moraes é assentado do PA Celso Furtado, no lote 840, constando da relação de beneficiários juntamente com a sua esposa, senhora Lucimara Alves de Moraes, que é a titular do lote. Estão cadastrados no SIPRA sob o código PR028300000798. 3. Informou que, à época, os servidores Gilton José Schwerz e Dilmar Muller não puderam verificar a ocorrência em relação à ata, que contém 44 páginas e cerca de 800 assinaturas. Verificou-se, quando da elaboração da resposta, a repetição da caligrafia, o que seria apurado. 4. a) Informou que estava anexando o mapa do parcelamento no processo. 4. b) A Unidade Avançada Laranjeiras do Sul informou que solicitou à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento a remessa das plantas. A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, por sua vez, através do MEMO/SR(09)D/Nº 371, de 08/06/2010, informou que remeteu os modelos de plantas das casas à 					

Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul, para discussão com a comunidade, bem como esclareceu que as casas que estavam sendo construídas através da parceria com a Caixa Econômica Federal foram objeto de projeto específico aprovado pelo agente financeiro.

4. c) O Plano de Aplicação foi prejudicado pela falta de especificação técnica que acompanha a planta. Conforme orientação da DD2 do Incra Sede, estava providenciando Plano de Aplicação coletivo com base na pesquisa de preços realizada à época.

Síntese dos resultados obtidos

Em resposta, a Unidade Avançada Laranjeiras do Sul prestou informações através do MEMO/SR(09)UALS/Nº 206, de 08/06/2010.

1. A questão foi atendida, havendo acompanhamento da Superintendência para que o recursos disponível seja compatível com a capacidade do assentamento.
2. A situação foi esclarecida na resposta apresentada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
6	Solicitação de Auditoria nº 246634/006, de 02/06/2010				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Solicitou informações e justificativas necessárias para o esclarecimento das seguintes questões:					
1. Crédito Instalação – PA Celso Furtado					
Apontou a transferência de R\$ 15.809.400,00 em favor das famílias assentadas. Em consulta no dia 05/03/2010, verificou que o saldo da conta nº 15277-3, da agência 2507-0 do Banco do Brasil, PA Celso Furtado, era de R\$ 9.383.556,47 (bloqueados).					
Pediu, então:					
a) Confirmar se o saldo de R\$ 9.383.556,47 é oriundo das transferências realizadas em 2007 e 2009, considerados os rendimentos auferidos de aplicações financeiras.					
b) Justificar a razão pela qual foram transferidos, em 2009, R\$ 7.784.000,00, se o valor que havia sido transferido em 2007, R\$ 1.946.000,00, não havia sido utilizado.					
c) Esclarecer/justificar o motivo de ainda não terem sido utilizados os recursos transferidos, resultando em saldo relevante bloqueado na conta.					
d) Reitera-se a solicitação de esclarecimentos/justificativas quanto a terem sido concedidos créditos para 973 famílias se somente 920 famílias assinaram o Contrato de Concessão, conforme relação de beneficiários do SIPRA constante do processo examinado, de nº 54200.000189/2006-19.					
2. Crédito Instalação – PA 8 de Abril					
Apontou a transferência de R\$ 9.800.000,00 em favor das famílias assentadas. Em consulta no dia 05/03/2010, verificou que o saldo da conta nº 10.660-7, da agência 2209-8 do Banco do Brasil, PA 8 de Abril, era de R\$ 10.036.982,03 (bloqueados).					
Pediu, então:					
a) Confirmar se o saldo de R\$ 10.036.982,03 é oriundo de todas as transferências realizadas, desde 2006 a 2009, ou parte delas, considerados os rendimentos auferidos de aplicações financeiras.					
b) Justificar a razão pela qual continuaram a ser transferidos recursos anteriormente transferidos não haviam sido utilizados.					
c) Esclarecer/justificar o motivo de ainda não terem sido utilizados os recursos transferidos, resultando em saldo relevante bloqueado na conta.					
d) Esclarecer o fato de terem sido concedidos créditos para 600 famílias se os registros do SIPRA (base nov/2009) apresentavam 564 famílias assentadas neste PA.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Unidade Avançada Laranjeiras do Sul		49458			
Síntese da providência adotada:					
PA Celso Furtado:					
Em resposta, a Unidade Avançada Laranjeiras do Sul prestou informações através do MEMO/SR(09)UALS/Nº 206, de 08/06/2010.					
1. a) Informou o repasse de R\$ 14.595.000,00 em três etapas (R\$ 4.865.000,00, R\$ 1.946.000,00 e R\$ 7.784.000,00), entre os anos de 2006 e 2009, para a construção de R\$ 973 casas no valor unitário de R\$ 15.000,00. Foram transferidos R\$ 8.286.201,60 para a Caixa Econômica Federal, entre os anos de 2008 a 2010, referentes à construção de 670 pela CREHNOR e de 46 casas pela CRESOL.					
1. b) O valor de R\$ 7.784.000,00, transferido em 2009, corresponde à complementação de R\$ 8.000,00 para cada família, pois o valor do Crédito Instalação na modalidade Aquisição de Material de Construção foi alterado pela Instrução Normativa nº 50/2008, de R\$ 7.000,00 para R\$ 10.000,00, e pela Instrução Normativa nº 54/2009, de R\$					

- 10.000,00 para R\$ 15.000,00. O valor de R\$ 1.946.000,00 era utilizado à medida que as casas eram construídas.
1. c) Os recursos seriam utilizados pela Caixa Econômica Federal, nos Termos de Cooperação e Parceria com a CREHNOR (670 casas) e com a CRESOL (46 casas), bem como para o pagamento de fornecedores de materiais de construção para as 257 famílias não atendidas por estas parcerias.
 1. d) As 53 famílias que não assinaram os Contratos de Concessão estão assinando aos poucos, na medida em que são encontradas para tanto.

Observou que o valor de R\$ 1.214.400,00, repassado em 2005 para atender 506 famílias, refere-se ao Crédito Instalação na modalidade Apoio Inicial, no valor de R\$ 2.400,00 por família (processo nº 54200.002539/2005-99).

PA 8 de Abril:

Resposta pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, através do MEMO/SR(09)D/Nº 371, de 08/06/2010, em que se esclareceu que:

2. a) Os depósitos sucessivos na conta do PA 8 de Abril se referem à complementação dos valores previstos para o Crédito Instalação, modalidade Aquisição de Material de Construção, que era de R\$ 5.000,00 por família, depois passou para R\$ 7.000,00, para R\$ 10.000,00 e, finalmente, alcançou o valor de R\$ 15.000,00 por família.
2. b) As novas transferências foram realizadas em razão das alterações normativas, que aumentaram o valor do crédito. As alterações normativas ocorreram durante as discussões sobre a melhor forma de aplicação dos recursos.
2. c) Os recursos não foram utilizados em razão da indefinição quanto à sua aplicação, pois havia a possibilidade de uso em parceria com a Caixa Econômica Federal.

As informações disponibilizadas pela Unidade Avançada de Laranjeiras do Sul e pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento foram remetidas à CGU através do OFÍCIO/INCRA/SR(09)/Nº 2529, de 08/06/2010.

Síntese dos resultados obtidos

PA Celso Furtado:

1. a) Atendido conforme esclarecimentos prestados.
1. b) A atuação se deu com o objetivo de assegurar recurso a todas as famílias do assentamento, inclusive aquelas que viriam a ser regularizadas, não havendo óbice legal ao procedimento adotado.
1. c) Os recursos não foram aplicados integralmente sobretudo em face da escassez de mão-de-obra para construção das casas.
1. d) A Superintendência está acompanhando o andamento das assinaturas dos contratos de concessão de crédito, com o objetivo de assegurar o correto empregos dos recursos já disponibilizados.

PA 8 de Abril:

2. a) Atendido conforme esclarecimentos prestados.
2. b) A atuação se deu com o objetivo de assegurar recurso a todas as famílias do assentamento, inclusive aquelas que viriam a ser regularizadas, não havendo óbice legal ao procedimento adotado.
2. d) Para que houvesse compatibilidade entre o recursos disponível e a quantidade de famílias assentadas, houve o recolhimento dos valores equivalentes a 45 famílias.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
7			Ofício nº 6.293/2010 DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 04/03/2010		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Para atendimento das diligências do TCU/TC/Nº 020.587/2005-8 (Acórdão nº 1957/2007 – Plenário) e do Ministério Público Federal (PA nº 1.25.000.0003443/2007-11), solicitou envio à Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho, até 31/03/2010, da análise conclusiva do convênio nº 11.000/2003, celebrado com a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária – Cotrara, e do convênio nº 15.000/2006, celebrado com a Fundação da Universidade Federal do Paraná – Funpar.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial					
Síntese da providência adotada:					
Em resposta, foi remetido o OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 1395, de 30/03/2010, informando a conclusão da Tomada de Contas Especial no processo nº 54200.001163/2009-29, referente ao convênio CRT/PR/Nº 11.000/03, que entendeu que não houve dano ao erário, inexistindo responsabilidade do ex-Superintendente do Incra, o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, porque se respaldou em pareceres técnicos e jurídicos para celebrar o convênio e aprovar a prestação de contas. Também, concluiu que a transferência de recursos da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná Ltda. – CCA para a Cooperativa de Trabalhadores na Reforma Agrária – Cotrara não se deu como desvio de finalidade, porque encontrou fundamento na Cláusula Terceira, II, a, do convênio. O processo seria remetido à Auditoria Interna do Incra. Após, seguiria para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e finalmente seria destinado para julgamento pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Em consulta ao SISPROT em 24/02/2011 verificou-se que o processo nº 54200.001163/2009-29 encontra-se na SFC/CGU.					
Sobre a Tomada de Contas Especial nº 54200.000307/2008-49, referente ao convênio CRT/PR/Nº 15.000/2006, em que se concluiu pela inexistência de dano ao erário por parte da Funpar, porque os serviços foram prestados pela interveniente Universidade Federal do Paraná – UFPR. O processo foi remetido à Auditoria Interna do Incra. Após, seguiria para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e finalmente seria destinado para julgamento pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Em consulta ao SISPROT em 24/02/2011 verificou-se que o processo nº 54200.000307/2008-49 encontra-se na SFC/CGU.					
Síntese dos resultados obtidos					
A análise conclusiva acerca dos convênios tratados foi fornecida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
8			Ofício nº 20.574/2010 DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 21/06/2010		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Solicitou providências para conclusão e envio imediato à Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho, da Tomada de Contas Especial do convênio nº 79.000/2004, celebrado com a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária – Cotrara. Tal medida visava ao atendimento do Acórdão nº 1957/2007 do Plenário do TCU, proferido no âmbito do TC nº 020.587/2005-8.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial					
Síntese da providência adotada:					
Como providência, foi emitido o DESPACHO/SR(09)TCE/Nº 37, de 08/07/2010, que motivou a remessa do processo nº 54200.002037/2008-19 à Coordenação-Geral de Auditoria da Área Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial – DPTCE/SFC/CGU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
9			Ofício nº 22.010/2010 CGU/PR, de 30/06/2010		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Encaminhou o Relatório Preliminar de Auditoria, bem como solicitou a análise e apresentação, se fosse o caso, de esclarecimentos e justificativas adicionais no prazo de 5 (cinco) dias úteis.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Todas as Divisões e Assessoria de Planejamento e Controle					
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento foi encaminhado o OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 3136, de 08/07/2010, que fez considerações quanto a: 1. Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão; 2. Relatório de auditoria anual de contas nº 246.634/2010 – 2ª parte.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
10	Solicitação de Auditoria nº 242514/001, de 03/12/2010.				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
Solicitou que fosse determinado aos setores competentes o levantamento de informações e justificativas para as divergências entre os credores das Ordens Bancárias e os credores dos Empenhos a seguir:					
	CREDOR DO EMPENHO	CREDOR DA ORDEM BANCÁRIA	VALOR		
1	Joel Hilario de Souza	Luiz Carlos Pavanelli Ciciliato	140.000,00		
2	Alerta Serviços de Vigilância Ltda.	Cascavel	10.579,91		
3	Acrópole Serviços Terceirizados Ltda.	Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu	47.312,56		
4	Raul Cesar Bergold	Instituto Formação para a Educação	1.495,00		
5	Alerta Serviços de Vigilância Ltda.	Município de Cascavel	21.159,82		
6	Guarapuava Cartório de Registro Civil	Romero Cezar Santos de Lima	2.800,00		
7	Pinhão Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos	Maria da Graça Burko Rocha	800,00		
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Divisão de Administração					
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento, remeteu-se o OFÍCIO/INCRA/SR(09)G/Nº 6654, de 17/12/2010, com 44 folhas anexas prestando esclarecimentos sobre a situação questionada.					
1. Trata-se de crédito instalação repassado pelo Incra aos assentados do Projeto de Assentamento Jerusalém, localizado no município de Nova Cantu/PR. Em conformidade com a Norma de Execução Incra nº 79/2008, complementada pela Norma de Execução Incra nº 86/2009, as contas correntes utilizadas pelos assentados devem ter dois ou mais assentados autorizados a movimentá-las. No caso, os senhores Luiz Carlos Pavanelli Ciciliato e Joel Hilario de Souza tinham tal prerrogativa. No momento do pagamento, o senhor Joel apresentou restrição em seu CPF, o que impediu o repasse no seu nome. Por essa razão, o recurso foi repassado em nome do senhor Luiz, cumprindo a finalidade de ser disponibilizado aos assentados.					
2 e 5. Esclarecido que a empresa Alerta Serviços de Vigilância Ltda. Presta serviços ao Escritório de Regularização Fundiária do Incra, em Cascavel/PR, tendo como sede o mesmo município. Os pagamentos feitos ao município correspondem ao recolhimento do ISS.					
3. A empresa Acrópole Serviços Terceirizados Ltda. presta serviços à sede da Superintendência Regional do Incra em Curitiba. A empresa tem sede no município vizinho de Pinhais/PR. O recolhimento de ISS foi recolhido por engano à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, o que foi identificado por ocasião da Solicitação de Auditoria/CGU nº 242514/001. Foi obtido o resarcimento pela Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, após o que foi realizado o correto pagamento.					
4. O empenho correto deveria ter como beneficiário o Instituto Formação para a Educação, para custear despesas do servidor Fábio Del Palacio Alvarenga em curso de pós-graduação. Ocorre que o empenho foi feito em nome de Raul					

Cesar Bergold ao se utilizar um modelo de outro empenho já cadastrado. Após verificado o erro, o empenho foi cancelado, sendo aberto outro com os dados corretos.

6. O Cartório de Registro Civil de Guarapuava é pessoa jurídica que não possui conta bancária. Por tal razão, eventuais depósitos são efetuados na conta da pessoa física de seu Oficial, Romero Cesar Santos de Lima, conforme informado pelo interessado.

7. O Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de Pinhão é pessoa jurídica que não possui conta bancária. Por tal razão, eventuais depósitos são efetuados na conta da pessoa física de seu Oficial, Maria da Graça Burko Rocha, conforme informado pelo interessado.

Síntese dos resultados obtidos

Todos os questionamentos foram devidamente esclarecidos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

AUDITORIA INTERNA DO INCRA

16.1 TELEFAX/AUD/Nº 11/2010.

Solicita o MEMO/CS/Nº 13/00.

Setor responsável pela implementação: Gabinete da Superintendência

Providências adotadas: Resposta à Auditoria pelo MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº 60 de 18/03/2010, informando:

“... referido documento deveria constar o processo administrativo 54200.000771/2000...”

16.2 MEMOCIRCULAR/AUD/Nº 06/2010.

Solicita informações acerca da situação do processo 54200.000819/2007-24

Setor responsável pela implementação: Gabinete da Superintendência

Providências adotadas: Resposta à Auditoria pelo MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº 209 de 05/07/2010, informando:

“... o processo 54200.000819/2007-24 teve julgamento em 10/02/2010, quando se concluiu pela impossibilidade de apuração de eventual responsabilização funcional, pugnando-se pelo arquivamento do processo...”

16.3 MEMOCIRCULAR/AUD/Nº 08/2010.

Encaminhou o Acórdão N° 4814/2010 – TCU – 2ª Câmara, acerca do Processo TC-021.332/2008-8

Setor responsável pela implementação: Gabinete da Superintendência

Providências adotadas: Resposta à Auditoria pelo MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº 268 de 17/09/2010, solicitou:

“... sejam encaminhadas as ressalvas feitas às contas analisadas.”

16.4 MEMO N° 543/2010 - AUD.

Tratou do assunto de solicitação de auditoria N° 242500/035, de 13/10/2010

Setor responsável pela implementação: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Providências adotadas: Resposta à Auditoria pelo MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº 287 de 20/10/2010, informando através do MEMO/SR(09)D/Nº 720, de 19/10/2010, anexando cópia do Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e CEF, com interveniência do MDA e o seu Termo Aditivo:

“...esclarecemos o seguinte:

Em 2003 foi celebrado Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e a Caixa Econômica Federal, com interveniência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério das Cidades e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, objetivando a viabilização de moradias em projetos de assentamento, para atendimento a 1.200 famílias.

... foram selecionados dois Projetos de Assentamento: PA Dom Helder Câmara, ...120 famílias e Antônio Companheiro Tavares,...para 76 famílias.

As atribuições de cada entidade participante está detalhada no Termo de Cooperação e o acompanhamento específico pela Superintendência Regional, definido na Ordem de Serviço INCRA/SR(09) N° 29, de 12 de maio de 2008.”

16.5 MEMO Nº 375/2010 - AUD.

Solicitou o encaminhamento do Processo Administrativo Nº 54200.0001988/2009-43.

Setor responsável pela implementação: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Providências adotadas: Encaminhado o processo juntamente com o MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº 309 de 10/11/2010.

16.6 MEMO Nº 375/2010 - AUD.

Solicitou informações acerca dos Controles Internos Administrativos sob a Gestão desta Unidade, no período de 2003 a 2010.

Setor responsável pela implementação: Assessoria de Planejamento e Controle - Gabinete

Providências adotadas: Encaminhado MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº de 10/11/2010, informando:

“1. Em 2003, como se encontravam os controles internos administrativos?

Nesse ano a Superintendência Regional do Paraná utilizou como indicadores de desempenho as Metas Financeiras previstas e executadas das áreas meio e fim, de acordo com sua programação operacionais definida no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003

2. Durante a atual gestão, o que foi feito em termos de controles internos administrativos?

O processo de Planejamento e Controle dos programas e ações desenvolvidas na área de Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário foi implementado e tornou-se uma ferramenta indispensável ao monitoramento e avaliação dos resultados auferidos pela Superintendência Regional do Paraná.

3. O que se pretende fazer no sentido de melhorar/evoluir os mecanismos de controles internos administrativos?

Pretende-se criar o hábito da geração de informações consistentes, junto aos responsáveis pelas ações implementadas dentro de cada Programa, com atualizações periódicas, para que sejam utilizadas como instrumento efetivo de apoio à Gestão.

4. Qual é a sua visão, como gestor, a respeito dos controles internos administrativos da Autarquia? O que você acredita que possa ser feito na gestão do INCRA, como instituição, de forma a melhorar/fortalecer os controles existentes em cada unidade?

Os controles internos administrativos possuem indicadores para todas as atividades descritas nos Programas do Plano Plurianual da Autarquia, que atendem ao critério de confiabilidade e que são eficazes no auxílio ao gestor quanto à tomada de decisões gerenciais.

Como forma a melhorar/fortalecer os controles existentes recomenda-se aperfeiçoá-los, por meio de rotinas de fiscalizações e um maior rigor na formalização dos processos que demandam liberação de recursos.”

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Curitiba/PR	Data	31/12/10
Contador Responsável	Vanda Silveira	CRC nº	CRC/PR 23.287

19 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO

INGRESSOS	2010
INGRESSOS	85.067.766,17
RECEITAS CORRENTES	34.420,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.420,69
DEDUÇOES DA RECEITA	31,50-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	16.617.525,04
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS	15.533.372,19
SUB-REPASSE RECEBIDO	15.533.372,19
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	15.533.372,19
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.084.152,85
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.084.089,85
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.084.089,85
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	63,00
CONTINUA...	

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 INGRESSOS 2010
 INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS 68.415.851,94
 VALORES EM CIRCULACAO 20.795.080,28
 RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 20.787.600,41
 VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS 7.479,87
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 29.189.311,77
 FORNECEDORES 342.000,00
 DO EXERCICIO 0,00
 TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR 342.000,00
 RESTOS A PAGAR 28.847.205,98
 NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR 18.102.727,83
 CANCELADO 10.744.478,15
 VALORES EM TRANSITO 105,79
 AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL 0,00
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA# 3
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 INGRESSOS 2010
 RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA 0,00
 RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS 0,00
 AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES 18.431.459,89
 INCORPORACAO DE DIREITOS 18.429.136,95
 CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 18.429.136,95
 DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES 2.322,94
 EXERCICIOS ANTERIORES 2.322,94

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
DISPENDIOS	2010
DISPENSIOS	85.067.766,17
DESPESAS CORRENTES	16.813.663,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.606,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.648.907,16
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	7.500.788,96
OUTRAS DESPESAS	9.148.118,20
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	141.149,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	141.149,89
DESPESAS DE CAPITAL	20.675.110,64
INVESTIMENTOS	3.797.092,43
INVERSOES FINANCEIRAS	16.878.018,21
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.758.252,19
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.758.252,19
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENGERRADO) TELA: 5
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 DISPENDIOS 2010
 ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA 1.723.800,00
 DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS 1.723.800,00
 TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS 34.452,19
 DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS 45.820.740,06
 VALORES EM CIRCULACAO 18.445.405,33
 RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 18.445.405,33
 VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS 0,00
 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 0,00
 VALORES DIFERIDOS 0,00
 DEPOSITOS 0,00
 RECURSOS DO TESOURO NACIONAL 0,00
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 20.795.439,43
 FORNECEDORES 994,00
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) * TELA: 6
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 DISPENDIOS 2010
 DE EXERCICIOS ANTERIORES 994,00
 RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO 20.794.445,43
 AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES 6.579.895,30
 BAIXA DE DIREITOS 6.572.415,43
 CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 6.572.415,43
 INCORPORACAO DE OBRIGACOES 0,00
 OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES 0,00
 AJUSTES DE OBRIGACOES 7.479,87
 AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO 7.479,87

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRASR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 ATIVO 2010
 ATIVO FINANCEIRO 1.232.062,680,63
 CREDITOS EM CIRCULACAO 18.445.405,33
 LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO 18.445.405,33
 RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP 16.268,38
 VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS 18.429.136,95
 ATIVO NAO FINANCEIRO 0,00
 REALIZAVEL A CURTO PRAZO 1.113.453.028,29
 CREDITOS EM CIRCULACAO 4.412.202,43
 RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC 4.311.974,82
 DIVERSOS RESPONSAVEIS 18.429.136,95-
 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS 17.436.743,61
 BENS E VALORES EM CIRCULACAO 5.304.368,16
 100.227,61
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 ATIVO 2010
 ESTOQUES 100.227,61
 TITULOS E VALORES 0,00
 REALIZAVEL A LONGO PRAZO 1.087.784.426,84
 CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO 1.087.784.426,84
 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS 125.910.954,79
 CREDITOS A RECEBER 961.873.472,05
 PERMANENTE 21.256.399,02
 IMOBILIZADO 21.256.399,02
 BENS MOVEIS E IMOVEIS 21.297.649,19
 DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES 41.250,17
 ATIVO REAL 1.131.898.433,62
 ATIVO COMPENSADO 100.164.247,01
 COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS 100.164.247,01
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)* ANO (ENCERRADO) TELA: *3
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 ATIVO 2010
 RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B 61.953,64
 GARANTIAS DE VALORES 288.495,28
 DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 95.175.346,29
 DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS 4.455.391,00
 OUTRAS COMPENSACOES 183.060,80

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO ^ (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 PASSIVO 2010
 PASSIVO 1.232.062.680,63
 PASSIVO FINANCEIRO 18.444.833,62
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 18.444.833,62
 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 342.000,00
 FORNECEDORES - DO EXERCICIO 0,00
 TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR 342.000,00
 RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 18.102.727,83
 A LIQUIDAR 18.102.727,83
 VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS 105,79
 PASSIVO NAO FINANCEIRO 18.102.727,83-
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 18.102.727,83-
 RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID 18.102.727,83-
 PASSIVO REAL 342.105,79
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 PASSIVO 2010
 PATRIMONIO LIQUIDO 1.131.556.327,83
 PATRIMONIO/CAPITAL 1.026.787.251,15
 PATRIMONIO 1.026.787.251,15
 AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL 0,00
 RESULTADO DO PERIODO 104.769.076,68
 SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA 1.131.898.433,62
 SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA 1.027.129.356,94-
 PASSIVO COMPENSADO 100.164.247,01
 COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS 100.164.247,01
 VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA 61.953,64
 VALORES EM GARANTIA 288.495,28
 DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 95.175.346,29
 DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS 4.455.391,00
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
PASSIVO 2010
COMPENSACOES DIVERSAS 183.060,80

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 VARIACOES ATIVAS 2010
 VARIACOES ATIVAS 274.238.700,66
 ORCAMENTARIAS 41.486.275,79
 RECEITAS CORRENTES 34.420,69
 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 34.420,69
 DEDUCOES DA RECEITA 31,50-
 INTERFERENCIAS ATIVAS 15.533.372,19
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS 15.533.372,19
 SUB-REPASSE RECEBIDO 15.533.372,19
 VALORES DIFERIDOS - BAIXA 0,00
 MUTACOES ATIVAS 25.918.514,41
 INCORPORACOES DE ATIVOS 8.648.099,55
 AQUISICOES DE BENS 1.532.450,36
 INCORPORACAO DE CREDITOS 7.115.649,19
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF6=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELAT: 2
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 VARIACOES ATIVAS 2010
 DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 17.270.414,86
 RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO 232.752.424,87
 INTERFERENCIAS ATIVAS 81.138.731,11
 TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS 80.054.578,26
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS 1.084.089,85
 MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO 63,00
 ACRESCIMOS PATRIMONIAIS 151.613.693,76
 INCORPORACOES DE ATIVOS 140.866.892,67
 INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS 731.178,44
 INCORPORACAO DE BENS MOVEIS 142.650,12
 INCORPORACAO DE DIREITOS 139.993.064,11
 AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS 0,00
 REAVALIACOES DE BENS 0,00
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS 2010
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 10.746.801,09
DEFICIT 0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENGERRADO) TELA: 4
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 VARIACOES PASSIVAS 2010
 VARIACOES PASSIVAS 274.238.700,66
 ORCAMENTARIAS 37.708.371,81
 DESPESAS CORRENTES 16.813.663,28
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 23.606,23
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 16.648.907,16
 DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO 141.149,89
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 141.149,89
 DESPESAS DE CAPITAL 20.675.110,64
 INVESTIMENTOS 3.797.092,43
 INVERSOES FINANCEIRAS 16.878.018,21
 MUTACOES PASSIVAS 219.597,89
 DESINCORPORACOES DE ATIVOS 219.597,89
 LIQUIDACAO DE CREDITOS 219.597,89
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26
 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) ~ TELA: 5
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 VARIACOES PASSIVAS 2010
 RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO 131.761.252,17
 INTERFERENCIAS PASSIVAS 1.768.738,10
 TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO 10.485,91
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 1.723.800,00
 MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO 34.452,19
 DECRESCIMOS PATRIMONIAIS 129.992.514,07
 DESINCORPORACOES DE ATIVOS 109.922.301,59
 BAIXA DE BENS IMOVEIS 669.375,10
 BAIXA DE BENS MOVEIS 953.040,26
 BAIXA DE TITULOS E VALORES 82.229.185,38
 BAIXA DE DIREITOS 26.070.700,85
 AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS 100.600,15
 DESVALORIZACAO DE BENS 59.349,98
 CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 02Feb2011 AS 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
 UG/GESTAO: 373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
 MES DE REF.: DÉZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO
 EXERCICIO
 VARIACOES PASSIVAS 2010
 DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO 41.250,17
 INCORPORACAO DE PASSIVOS 19.962.132,46
 AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES 7.479,87
 AJUSTES FINANCEIROS 7.479,87
 RESULTADO PATRIMONIAL 104.769.076,68
 SUPERAVIT 104.769.076,68

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

— SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
UNIDADE GESTORA : 373067 SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
SUB-REPASSE	38.814.756,09	38.814.756,09
TOTAL	38.814.756,09	38.814.756,09
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	38.814.756,09	38.814.756,09

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
UNIDADE GESTORA : 373067 SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09 *
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
SUBTOTAL I	0,00	0,00
MOVIMENTACAO DE CREDITO		
CREDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	0,00	38.825.721,15
DESPESAS CORRENTES	0,00	17.803.779,93
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PFS=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=FAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : CRISTINA SANAE
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03
UNIDADE GESTORA : 373067 SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	23.606,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	17.780.173,70
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	21.021.941,22
INVESTIMENTOS	0,00	3.797.921,64
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	17.224.019,58
SUBTOTAL II	0,00	38.825.721,15
TOTAL	0,00	38.825.721,15
TOTAL GERAL	0,00	38.825.721,15

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Não havia em 2010, imóveis cadastrados no SNCR, em nome de terceiros, no Estado do Paraná.

21 RESULTADOS E CONCLUSÕES

21.1 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

O corte no orçamento nacional, principalmente com relação ao Decreto 7.446/2011, que limita a quantidade de diárias de servidores no exercício, afetará muito os trabalhos das áreas finalísticas, considerando que o INCRA é um órgão executor e possui convênios já em andamento que necessitam de fiscalização *“in loco”*.

Projetamos os impactos mais significativos na execução das ações de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos Créditos Instalação (0427), nos trabalhos de supervisão dos Projetos de Assentamento, as fiscalizações dos convênios de Infra-estrutura (8396), de Assistência Técnica (4470) e PRONERA (8370), dos contratos de Demarcação Topográfica (8398), os trabalhos dos topógrafos, agrimensores e agrônomos, que para executar as suas funções, dependem de viagens a campo. Os trabalhos de Regularização na Faixa de Fronteira e de regularização dos Territórios Quilombolas também devem ser afetados.

A previsão dos servidores já terem as condições de se aposentarem em 2011, principalmente na Divisão de Gestão Administrativa, na área de Contabilidade é uma questão em pauta desta Superintendência há três anos, porém dependemos de novos concursos públicos para sanar esta questão.

22 ANEXOS

- I – Relatório SIPRA, famílias assentadas em 2010. Programa 0135 – Ação 8384.
- II – Unidades Familiares produtivas atendidas pelo Programa 0137 – Ação 2B06.
- III – Famílias atendidas com crédito instalação aplicado em 2010.
- IV – Famílias antedidas com crédito instalação disponibilizado em 2010.
- V – Famílias atendidas com crédito instalação que serão disponibilizados em 2011.
- VI – Famílias atendidas com Assistência Técnica – Programa 1427 – Ação 4470.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0229
Data: 08/02/2011

Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2010 Até 31/12/2010

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)					UF: PR				
PR0014000 PA TERCEIRA CONQUISTA DA UNIÃO	NOVA LARANJEIRAS	1.986	184	*	*	*	*	1	1
PR0017000 PA VITÓRIA DA UNIÃO DO PARANÁ	MANGUEIRINHA	1.986	373	*	*	*	*	2	2
PR0019000 PA ARAGUAÍ	SANTAMARIA DO OESTE	1.987	217	*	*	*	*	15	15
PR0022000 PA JACIRETÁ	RENASCENCA	1.987	79	*	1	*	*	2	3
PR0028000 PA VASTO HORIZONTE	TIBAGI	1.987	28	*	*	*	*	1	1
PR0028000 PA FAZENDA PERSEVERANÇA	MARMELEIRO	1.987	34	*	1	*	*	*	1
PR0043000 PA RIO PERDIDO	QUEDAS DO IGUAÇU	1.988	60	*	1	*	*	*	1
PR0085000 PA ÁGUA QUENTE	PALMITAL	1.993	19	*	1	1	*	*	2
PR0088000 PA MODELO	BAITI	1.994	114	*	*	1	12	13	
PR0100000 PA 29 DE AGOSTO	GOIOXIM	1.995	82	*	*	*	*	1	1
PR0103000 PA CRUZEIRO DO SUL	PALMAS	1.995	30	*	*	*	*	5	5
PR0109000 PA SANTA LUZIA	CANTAGALO	1.995	20	*	*	*	*	1	1
PR0110000 PA FAZENDA CHAPADÃO	LARANJAL	1.995	215	*	2	1	*	3	
PR0118000 PA PONTAL DO TIGRE	QUERÊNCIA DO NORTE	1.995	359	*	*	2	3	5	5
PR0119000 PA CHICO MENDES	QUERÊNCIA DO NORTE	1.995	81	*	*	*	*	4	4
PR0127000 PA MARIMEBONDO	BAITI	1.996	72	*	1	*	*	*	1
PR0129000 PA LIBERTAÇÃO CAMPONESA	ORTIGUEIRA	1.996	380	*	1	2	*	3	
PR0130000 PA MUNDO NOVO	TAMARANA	1.997	27	*	*	*	*	1	1
PR0133000 PA SÃO JORGE	MARMELEIRO	1.997	18	*	*	*	*	1	1
PR0134000 PA IRENO ALVES DOS SANTOS	ROBONITO DO IGUAÇU	1.997	934	4	4	17	49	74	
PR0140000 PA BELA MANHÃ	PALMITAL	1.997	180	1	*	*	*	7	8
PR0142000 PA PEDRA BRANCA	LARANJAL	1.998	60	*	*	*	*	2	2
PR0144000 PA QUEBRA-BRAÇO	RENASCENCA	1.997	22	*	1	1	2	4	
PR0148000 PA TERRA BOA	CORONEL DOMINGOS SOARES	1.997	20	*	*	1	*	*	1
PR0148000 PA VALE VERDE	BAITI	1.997	78	*	*	*	2	2	
PR0152000 PA MISSÕES	FRANCISCO BELTRAO	1.997	136	*	1	3	*	4	
PR0156000 PA ANTONIO CONSELHEIRO	AMAPORA	1.997	47	*	*	*	1	1	

Page 1 of 5

Anexo I – Relatório SIPRA extraído em 08/02/2011 das famílias assentadas em 2010. Programa 0135 – Ação 8384.



Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2010 Até 31/12/2010

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)									
PR0157000	PA ERNESTO CHE GUEVARA	TEIXEIRA SOARES	1.997	110	-	-	-	1	1
PR0160000	PA SALETE STROZAKE	ITAGUAJE	1.998	80	-	-	-	2	2
PR0163000	PA 17 DE ABRIL	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	1.998	74	-	2	-	-	2
PR0165000	PA PAULO FREIRE	SAO JERONIMO DA SERRA	1.998	72	-	-	-	2	2
PR0168000	PA SEBASTIÃO CAMARGO FILHO	MARLENA	1.998	41	-	-	-	1	1
PR0168000	PA UNIÃO SANTA ADÉLIA	ITAGUAJE	1.998	13	-	2	1	-	3
PR0170000	PA PARANÁ	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	1.998	28	-	-	-	1	1
PR0171000	PA SANTO ANGELO	MARLENA	1.998	37	-	1	-	-	1
PR0173000	PA NOVA UNIÃO	SAO PEDRO DO IGUACU	1.998	42	1	-	-	1	2
PR0174000	PA ESTRELA DO MEIO	CORONEL DOMINGOS SOARES	1.998	20	-	-	-	1	1
PR0177000	PA 27 DE OUTUBRO	CORONEL DOMINGOS SOARES	1.998	188	1	-	-	-	1
PR0178000	PA 12 DE ABRIL	BITURUNA	1.998	209	-	-	-	1	1
PR0179000	PA MARCOS FREIRE	ROBONITO DO IGUACU	1.998	578	3	17	7	5	32
PR0186000	PA NOVO HORIZONTE	SANTO INACIO	1.998	51	-	-	-	1	1
PR0194000	PA JANGADA INHA	CASCABEL	1.998	31	-	-	-	1	1
PR0205000	PA ÁGUAS DE JUREMA	IRETAMA	1.998	40	-	-	-	1	1
PR0207000	PA EDUARDO RADUAN	MARMELEIRO	1.998	438	-	-	-	8	8
PR0208000	PA MONTESA AZUL	MIRADOR	1.998	29	-	-	-	4	4
PR0210000	PA NOSSA SENHORA DA PENHA	TERRA RICA	1.998	38	-	-	-	1	1
PR0211000	PA SANTO ANTONIO DAS ÁGUAS DO CORVO I	TERRA RICA	1.998	52	-	-	1	3	4
PR0219000	PA PALMARES	SAO JERONIMO DA SERRA	1.999	17	-	-	-	1	1
PR0225000	PA JOSÉ GOMES DA SILVA	FERNANDES PINHEIRO	1.999	18	-	-	-	1	1
PR0228000	PA TAPERIVA	SAO JOAO DO CAIUÁ	1.999	40	-	-	-	3	3
PR0228000	PA RANCHO ALEGRE	TIAGI	1.999	15	-	-	1	-	1
PR0231000	PA LUZ	LUZIANA	1.999	24	-	-	1	-	1
PR0232000	PA ILDO LUIZ PERRUZO	SANTA MONICA	1.999	37	-	2	1	-	3
PR0242000	PA NOVO MUNDO	MAUA DA SERRA	1.999	64	-	-	1	-	1



Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2010 Até 31/12/2010

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)									
PR0250000 PA JOSÉ MARIA		SÃO JOÃO DO TRIUNFO	1.999	19	-	-	-	-	2 2
PR0253000 PA VIDA NOVA		TERRA RICA	1.999	25	-	-	-	-	1 1
PR0260000 PA BANDEIRANTES		BANDEIRANTES	2.000	40	-	-	-	-	2 2
PR0261000 PA NOVA ITAÚNA		MANOEL RIBAS	1.999	120	1	1	-	-	1 3
PR0268000 PA RETIRO I		CORONEL DOMINGOS SOARES	1.999	18	-	1	-	-	1 1
PR0272000 PA SUMATRA		PLANALTINA DO PARANÁ	1.999	45	-	-	-	-	1 1
PR0278000 PA NATA		IRETAMA	2.004	24	-	-	-	-	1 1
PR0279000 PA MARGEM DO IRATIM		PALMAS	2.000	57	-	-	-	-	11 11
PR0280000 PA PARAISO DO SUL		PALMAS	2.000	58	-	-	-	1	8 9
PR0281000 PA SÃO LOURENÇO		PALMAS	2.000	58	-	-	-	-	8 8
PR0283000 PA COM CULTIVO DE ESPECIES FLORESTAIS CELSO FURTADO		QUEJAS DO IGUAÇU	2.004	1.095	-	8	10	32	48
PR0285000 PA VITÓRIA		MANGUEIRINHA	2.005	42	-	-	-	-	1 1
PR0288000 PA 10 DE MAIO		ROBONITO DO IGUAÇU	2.005	69	-	-	4	5	9
PR0301000 PA MADRE CRISTINA		SÃO JOÃO DO TRIUNFO	2.006	13	-	-	-	-	3 3
PR0304000 PA HO CHI MINH		CONGONHINHAS	2.007	11	-	-	-	-	8 8
PR0308000 PA ELY MOUTINHO		JUNDIAÍ DO SUL	2.007	25	-	-	-	-	7 7
PR0310000 PA ESTRELA DE DAVI		XAMBRE	2.007	20	-	2	-	-	2 2
PR0311000 PA CONQUISTA CAMPONESA		LARANJAL	2.008	37	1	1	-	-	2 2
PR0312000 PA ROSA LUXEMBURGO		CONGONHINHAS	2.008	53	-	-	-	-	14 14
PR0314000 PA 19 DE JUNHO		CANDIDO DE ABREU	2.008	68	-	-	2	1	3
PR0315000 PA VALMIR MOTA DE OLIVEIRA		CASCABEL	2.010	108	-	-	-	89	89
PR0317000 PA SEBASTIÃO DA MAIA		QUERÊNCIA DO NORTE	2.010	65	-	-	-	-	65 65
PR0320000 PA COMPANHEIRO KENO		JACAREZINHO	2.010	53	-	-	-	-	52 52
PR0326000 BI VIVE I		LONDRINA	2.010	428	-	-	-	428	428
PR0327000 BI VIVE II		LONDRINA	2.010	115	-	-	-	-	55 55
PR0328000 PA 6 DE OUTUBRO		CANDOI	2.010	10	-	-	-	-	10 10
PR0371000 PA MARAJÓ		PEABIRU	2.000	58	-	1	-	-	1 1



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0229
Data: 08/02/2011

Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2010 Até 31/12/2010

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)									
PR0372000	PA RONCADOR	QUINTA DO SOL	2.000	85	-	-	2	1	3
PR0374000	PA AGUSTINHO EDERLI	ITAGUAJE	2.000	58	-	1	-	3	4
PR0384000	PA SÉTIMO GARIBALDI	TERRA RICA	2.001	83	-	-	-	1	1
PR0385000	PA UNIÃO SÃO PEDRO	CANDOI	2.001	44	-	1	-	1	2
PR0390000	PA CARLOS LAMARCA	CONGONHINHAS	2.001	138	-	-	-	2	2
PR0395000	PA ANDER RODOLFO HENRIQUE	DAMANTE DO OESTE	2.004	108	-	-	-	12	12
PR0398000	PA IRMÃ DOROTHY	QUERÊNCIA DO NORTE	2.006	75	-	-	-	2	2
PR0401000	PA ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES	SAO MIGUEL DO GUACU	2.002	80	1	2	-	1	4
PR0407000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	MARLUZ	2.002	235	-	-	1	-	1
PR0413000	PA SANTA IZABEL	RAMILÂNDIA	2.003	31	-	-	-	1	1
PR0415000	PA ESTRELA DO OESTE	SANTA MARIA DO OESTE	2.003	130	-	-	1	-	1
PR0421000	PA 8 DE ABRIL	JARDIM ALEGRE	2.004	555	-	-	1	-	1
Total da Superintendência : 93 Projetos					10.471	13	84	64	976 1.107



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DTI
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0229
Data: 08/02/2011

Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2010 Até 31/12/2010

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
			Total Geral : 93 Projetos	10.471	13	54	64	976	1.107

SIPRA	Projeto de Assentamento	Município	Área	Famílias	Demarcação de RL e protocolo no IAP	
					data protocolo	nº protocolo
PR0318000	TREZENTOS E DEZOITO	CENTENÁRIO DO SUL	479,9085	36	26/02/2010	7.768.952-4
PR0034000	BUGRE MORTO	LARANJEIRAS DO SUL	127,8476	5	13/04/2010	7.780.565-6
PR0036000	CHOPIM	HONÓRIO SERPA	896,3639	27	13/04/2010	7.780.605-9
PR0078000	FAZENDA BEBEDOURO	SANTANA DO ITARARÉ	111,2625	11	20/04/2010	7.780.792-6
PR0045000	COLÔNIA PIQUIRI	GOIOXIM	269,5456	11	13/04/2010	7.780.566-4
PR0048000	FAXINAL DOS RIBEIROS - 1A	PINHÃO	1.486,8788	46	13/04/2010	7.780.562-1
PR0050000	SÃO FRANCISCO	RIBEIRÃO DO PINHAL	834,4000	48	20/04/2010	7.780.798-5
PR0059000	FAZENDA MACHADO	MANGUEIRINHA	415,8323	12	13/04/2010	7.780.571-0
PR0060000	CHOPIM II	HONÓRIO SERPA	2.029,1430	70	13/04/2010	7.780.567-2
PR0064000	CHOPIM III	HONÓRIO SERPA	309,3784	20	13/04/2010	7.780.579-6
PR0066000	FAXINAL DOS RIBEIROS - 1C	PINHÃO	810,2223	25	02/06/2010	7.802.728-2
PR0067000	VOLTA GRANDE	GOIOXIM	256,6174	10	13/04/2010	7.780.570-2
PR0068000	TUNAS E TUNINHAS	GOIOXIM	259,0626	9	13/04/2010	7.780.569-9
PR0069000	BOM RETIRO/BUTIÁ	CORONEL DOMINGOS SOARES	1.730,3804	61	13/04/2010	7.780.568-0
PR0070000	NOVA ESPERANÇA DO PIQUIRI	GOIOXIM	182,9166	9	02/06/2010	7.802.726-6
PR0071000	CHOPIM IV	HONÓRIO SERPA	528,4887	22	13/04/2010	7.780.577-0
PR0073000	FAXINAL DOS SILVÉRIOS	PINHÃO	1.249,8817	42	21/06/2010	7.803.381-9
PR0076000	ÁGUA FRIA	GOIOXIM	376,3246	15	13/04/2010	7.780.580-0
PR0080000	RIBERÃO BONITO	CARLÓPOLIS	121,0203	10	20/04/2010	7.780.796-9
PR0084000	FAZENDA GUAMPARA	MARQUINHO	167,1118	7	13/04/2010	7.780.564-8
PR0086000	MODELO	IBAITI	2.210,4488	114	20/04/2010	7.780.794-2
PR0094000	1ª CONQUISTA DA BRACATINGA	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	403,5219	23	13/04/2010	7.780.576-1
PR0100000	29 DE AGOSTO	GOIOXIM	2.216,3224	80	13/04/2010	7.780.578-8
PR0109000	SANTA LUZIA	CANTAGALO	450,6857	20	13/04/2010	7.780.563-0
PR0128000	JACUTINGA	HONÓRIO SERPA	174,5482	9	13/04/2010	7.780.574-5
PR0131000	SOL NASCENTE	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	227,9700	7	20/04/2010	7.789.778-0
PR0136000	NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	GOIOXIM	3.690,9400	132	13/04/2010	7.780.561-3
PR0148000	VALE VERDE	IBAITI	1.518,8013	76	20/04/2010	7.780.799-3
PR0193000	AMÉLIA	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	705,0330	35	20/04/2010	7.780.791-8
PR0203000	BOA ESPERANÇA	SAPOPEMA	350,8582	14	20/04/2010	7.780.779-9
PR0218000	JUCAPÉ	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	150,1842	8	20/04/2010	7.780.793-4
PR0219000	PALMARES	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	328,6039	15	20/04/2010	7.780.795-0
PR0220000	ARIXIGUANA	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	574,0679	26	20/04/2010	7.780.790-0
PR0229000	ROSELI NUNES	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	339,5700	18	20/04/2010	7.780.797-7
PR0233000	CRETAM	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	298,3785	16	20/04/2010	7.780.777-2
PR0236000	RODEIO	RESERVA DO IGUAÇU	359,6747	19	13/04/2010	7.780.560-5
PR0237000	ÁGUAS DE SANTA CLARA	CANDÔI	361,0733	25	13/04/2010	7.780.581-8
PR0240000	RECANTO BONITO	PALMAS	1.307,3348	70	13/04/2010	7.780.575-3
PR0256000	FAXINAL DOS RIBEIROS - 1G	PINHÃO	2.444,1795	85	02/06/2010	7.802.727-4
PR0371000	MARAJÓ	PEABIRU/QUINTA DO SOL	986,0082	58	20/05/2010	7.790.724-6

Anexo II – Unidades Familiares produtivas atendidas pelo Programa 0137 – Ação 2B06.

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Atendidas	Tipo De Crédito
Fazenda Estrela	Ortigueira	4	Aquisição Materiais Construção
Celso Furtado	Quedas do Iguaçu	470	Apoio Inicial
Jaciretã	Renascença	4	Apoio Inicial
Carlos Lamarca	Congonhinhas	134	Apoio Inicial
Rola Pedra	Guamiranga	9	Recuperação
Pedra Preta	Guamiranga	7	Recuperação
Renascença	Reserva	9	Recuperação
Boa Vista	Tibagi	18	Recuperação
Sepé Tiaraju	Santa Tereza do Oeste	15	Recuperação
Paineira	Reserva do Iguaçu	6	Recuperação
Oziel Alves Pereira, Etiene, Mata do Cavernoso, Santa Bárbara	Santa Cruz de Monte Castelo / Bituruna/Candói/Biturna	125	Recuperação
TOTAL		801	

Anexo III – Famílias atendidas com crédito instalação aplicado em 2010.¹⁸

¹⁸ Foi considerando como família atendida, aquela que teve o crédito efetivamente aplicado e processo em fase de prestação de contas.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
CRÉDITOS INSTALAÇÃO PAGOS EM 2010

Atualizada em 23.02.11

TERRITÓRIO			PI C0137042737												
ANO DE CRIAÇÃO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	APOIO		FOMENTO		HABITAÇÃO		RECUPERAÇÃO		TOTAL PROGRAMADO	PROCESSO	EMPENHO	PGTO	ORDEM BANCÁRIA
			FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$					
1999/UAL	JERUSALÉM	NOVA CANTU							28	84.000,00	84.000,00	0836/06-81	84.000,00	84.000,00	2010OB801315
1999/SR(09)	FAZENDA BANANAS	GUARAPUAVA							61	183.000,00	183.000,00	0133/07-13	183.000,00	183.000,00	2010OB801519
1999/SR(09)	PAIOL DE TELHA	GUARAPUAVA							61	183.000,00	183.000,00	0069/08-51	183.000,00	183.000,00	2010OB801520
2006/UAL	PAINELA	RESERVA DO IGUAÇU	7	22.400,00							22.400,00	2792/08-95	22.400,00	19.200,00	2010OB802821
														3.200,00	2010OB804132
1999/SR(09)	ROSELI NUNES	SÃO JERÔNIMO SERRA							19	57.000,00	57.000,00	0360/06-88	57.000,00	42.000,00	2010OB803215
1994/SR(09)	MODELO	IBAITI							82	656.000,00	656.000,00	2323/10-91	656.000,00	592.000,00	2010OB803457
														24.000,00	2010OB803764
2007/UAI	ESTRELA DE DAVI	XAMBRE	2	6.400,00							6.400,00	2563/06-71	6.400,00	6.400,00	2010OB804131
1996/UALS	IRENZO ALVES DOS SANTOS	RIO BONITO IGUAÇU									2.200.000,00	2776/08-01	2.200.000,00	1.971.000,00	2010OB803533
TOTAL			9	28.800,00			0	0,00	251	1.163.000,00	3.391.800,00		3.391.800,00	3.107.800,00	284.000,00

NÃO TERRITÓRIO			PI D0137042737												
ANO DE CRIAÇÃO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	APOIO/FOMENTO		FOMENTO		HABITAÇÃO		RECUPERAÇÃO		TOTAL PROGRAMADO	PROCESSO	EMPENHO	PGTO	ORDEM BANCÁRIA
			FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$					
2000/UAI	SEPÉ TIARAJU	SANTA TEREZA OESTE							18	144.000,00	144.000,00	1168/07-90	144.000,00	120.000,00	2010OB802654
1998/UAI	JANGADINHA	CASCACHEL							21	63.000,00	63.000,00	1321/06-06	63.000,00	63.000,00	2010OB801249
1999/UAP	NOVA UNIÃO	SÃO PEDRO DO IGUAÇU					1	15.000,00			15.000,00	1033/06-43	15.000,00	15.000,00	2010OB801248
1999/SR(09)	SÍTIO SÃO JOÃO	FAROL	1	3.200,00			1	15.000,00			18.200,00	0118/07-95	18.200,00	18.200,00	2010OB801246
2000/UAI	SÃO LOURENÇO	PALMAS							34	272.000,00	272.000,00	0035/10-81	272.000,00	264.000,00	2010OB803075
2000/UAI	PARAÍSO DO SUL	PALMAS							26	208.000,00	208.000,00	0033/10-92	208.000,00	200.000,00	2010OB803076
2000/UAI	MARGEM DO IRATIM	PALMAS							22	176.000,00	176.000,00	0034/10-37	176.000,00	160.000,00	2010OB803015
1997/UAI	TERRA BOA	CEL.DMINGOS SOARES							17	51.000,00	51.000,00	0258/07-43	51.000,00	51.000,00	2010OB803214
2001/UAI	SÉTIMO GARIBALDI	TERRA RICA	1	800,00			1	8.000,00			8.800,00	2592/07-51	8.800,00	8.800,00	2010OB803230
2003/UAI	SANTA IZABEL	RAMILÂNDIA							1	5.000,00	5.000,00	2592/07-51	5.000,00	5.000,00	2010OB804130
									31	248.000,00	248.000,00	0273/10-15	248.000,00	240.000,00	2010OB803402
2005/UAI	VITÓRIA	MANGUEIRINHA (Fam.)			27	86.400,00					86.400,00	2433/10-52	86.400,00	86.400,00	2010OB803426
1999/UAI	RETIRO I	CEL.DMINGOS SOARES							14	42.000,00	42.000,00	0257/07-07	42.000,00	42.000,00	2010OB803400
1998/UAI	ESTRELA DO MEIO	CEL.DMINGOS SOARES							13	39.000,00	39.000,00	0256/07-54	39.000,00	39.000,00	2010OB803401
1999/SR(09)	RANCHO ALEGRE	TIBAGI							15	45.000,00	45.000,00	1255/06-66	45.000,00	42.000,00	2010OB803534
1992/SR(09)	FAZENDA RETIRO	TIBAGI							8	24.000,00	24.000,00	3261/07-39	24.000,00	24.000,00	2010OB803588
1998/SR(09)	RINCÃO	TIBAGI							30	90.000,00	90.000,00	2449/07-60	90.000,00	81.000,00	2010OB803587
1987/SR(09)	VASTO HORIZONTE	TIBAGI							26	78.000,00	78.000,00	2444/07-37	78.000,00	66.000,00	2010OB803416
1999/SR(09)	RECANTO DA AMIZADE	TIBAGI							26	78.000,00	78.000,00	3262/07-83	78.000,00	63.000,00	2010OB803765
TOTAL			2	4.000,00	27	86.400,00	3	38.000,00	250	1.563.000,00	1.691.400,00		1.691.400,00	1.588.400,00	103.000,00

Anexo IV – Famílias atendidas com crédito instalação disponibilizado em 2010, isto é, crédito depositado em conta corrente.¹⁹

¹⁹ Estão detalhadas também as famílias que tiveram depositadas a complementação de Crédito Instalação.

ANO DE CRIAÇÃO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	APOIO		FOMENTO		HABITAÇÃO		RECUPERAÇÃO		TOTAL PROGRAMADO	PROCESSO	EMPENHO
			FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$			
1996/UALS	IRENO ALVES DOS SANTOS	RIO BONITO IGUAÇU									20.000,00	2776/08-01	20.000,00
1999/UALS	NOVA ITAUNA	MANOEL RIBAS							120	960.000,00	960.000,00	2594/10-48	960.000,00
1998/UALS	MARCOS FREIRE	RIO BONITO IGUAÇU							578	4.624.000,00	4.624.000,00	1128/10-43	4.624.000,00
TOTAL			0	0,00			0	0,00	698	5.584.000,00	5.604.000,00		5.604.000,00

ANO DE CRIAÇÃO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	APOIO		FOMENTO		HABITAÇÃO		RECUPERAÇÃO		TOTAL PROGRAMADO	PROCESSO	EMPENHO
			FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$	FAM	R\$			
2000/SR(09)	CONTESTADO	LAPA							80	640.000,00	640.000,00	3046/09-08	640.000,00
2007/UAI	SÃO JOÃO MARIA	MANGUEIRINHA					23	345.000,00			345.000,00	2771/10-94	345.000,00
2006/SR(09)	MADRE CRISTINA	SÃO JOÃO TRIUNFO					10	150.000,00			150.000,00	2659/10-53	150.000,00
2005/UAI	VITÓRIA	MANGUEIRINHA (Hab.)					29	232.000,00			232.000,00	2035/06-50	232.000,00
1997/SR(09)	LIBERTAÇÃO CAMPONESA	ORTIGUEIRA							280	2.240.000,00	2.240.000,00	2219/10-04	2.240.000,00
2006/SR(09)	IRACI SALETE STROZAKE II	ORTIGUEIRA					30	450.000,00			450.000,00	2635/10-02	450.000,00
1998/UAI	12 DE ABRIL	BITURUNA							163	1.304.000,00	1.304.000,00	2866/10-16	1.304.000,00
2000/SR(09)	JOÃO MARIA AGUSTINHO	TEIXEIRA SOARES					20	240.000,00			240.000,00	1217/02-80	240.000,00
							112	1.417.000,00	523	4.184.000,00	5.601.000,00		5.601.000,00

V – Famílias atendidas com crédito instalação que serão disponibilizados em 2011.²⁰

²⁰Estão detalhadas também as famílias que terão a complementação de Crédito Instalação.

Território / Jurisdição	Município	Projeto de Assentamento	Nº de Beneficiários
TERRITÓRIO	CAMPO BONITO	FAZENDA CENTENARIO	41
TERRITÓRIO	CAMPO BONITO	FAZENDA AGROIBEMA	48
TERRITÓRIO	CANDOI	ÁGUAS DE SANTA CLARA	25
TERRITÓRIO	CANDOI	MATA DO CAVERNOSO	67
TERRITÓRIO	CANDOI	UNIÃO SÃO PEDRO	44
TERRITÓRIO	CANTAGALO	SANTA LUZIA	19
TERRITÓRIO	CANTAGALO	NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS (*)	140
TERRITÓRIO	CATANDUVAS	FAZENDA VARGUINHAS	44
TERRITÓRIO	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	1ª CONQUISTA DE BRACATINGA	23
TERRITÓRIO	GOIOXIM	VOLTA GRANDE	10
TERRITÓRIO	GOIOXIM	TUNAS E TUNINHAS	9
TERRITÓRIO	GOIOXIM	NOVA ESPERANÇA DO PÍQUIRI	9
TERRITÓRIO	GOIOXIM	ÁGUA FRIA	15
TERRITÓRIO	LARANJEIRAS DO SUL	BUGRE MORTO	9
TERRITÓRIO	LARANJEIRAS DO SUL	8 DE JUNHO	72
TERRITÓRIO	MARQUINHO	FAZENDA GUAMPARA	7
TERRITÓRIO	NOVA LARANJEIRAS	TERRA LIVRE	30
TERRITÓRIO	PINHAO	FAXINAL DOS RIBEIROS QUINHÃO 1- A	44
TERRITÓRIO	PINHAO	FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN. I- C	24
TERRITÓRIO	PINHAO	FAXINAL DOS SILVÉRIOS	44
TERRITÓRIO	QUEDAS DO IGUACU	CELSO FURTADO (*)	1.083
TERRITÓRIO	RESERVA DO IGUACU	RODEIO	19
TERRITÓRIO	RESERVA DO IGUACU	FAZENDA BARREIROS	76
TERRITÓRIO	TRES BARRAS DO PARANA	FAZENDA TRES BARRAS	27
TERRITÓRIO	TRES BARRAS DO PARANA	FAZENDA LIASI	26

TERRITÓRIO	TRES BARRAS DO PARANA	PROCOPIACK	22
TERRITÓRIO	CARLOPOLIS	RIBEIRÃO BONITO	10
TERRITÓRIO	CONGONHINHAS	HO CHI MINH	10
TERRITÓRIO	CONGONHINHAS	CARLOS LAMARCA	132
TERRITÓRIO	CONGONHINHAS	ROBSON DE SOUZA	40
TERRITÓRIO	IBAITI	MODELO	106
TERRITÓRIO	IBAITI	VALE VERDE	76
TERRITÓRIO	RIBEIRAO DO PINHAL	SÃO FRANCISCO	48
TERRITÓRIO	SANTANA DO ITARARE	FAZENDA BEBEDOURO	11
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	SOL NASCENTE	7
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	PAULO FREIRE	73
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	AMÉLIA (*)	35
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	JUCAPÉ	8
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	PALMARES	15
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	ARIXIGUANA	25
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	ROSELI NUNES	19
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	CRETAN	16
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	DOM ELDER CAMARA	118
TERRITÓRIO	SAPOPEMA	BOA ESPERANÇA	14
TERRITÓRIO	ALTAMIRA DO PARANA	PINGO DE OURO	43
TERRITÓRIO	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	ACOPAM	4
TERRITÓRIO	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	NOVO PARAÍSO	31
TERRITÓRIO	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	NOVE DE JULHO	49
TERRITÓRIO	IRETAMA	ÁGUAS DE JUREMA	40
TERRITÓRIO	IRETAMA	NATA	24
TERRITÓRIO	IRETAMA	MUQUILÃO	123
TERRITÓRIO	LARANJAL	FAZENDA CHAPADÃO	205
TERRITÓRIO	LARANJAL	PEDRA BRANCA	60

TERRITÓRIO	MANOEL RIBAS	NOVA ITAÚNA	118
TERRITÓRIO	NOVA CANTU	JERUSALEM	22
TERRITÓRIO	NOVA CANTU	JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS	56
TERRITÓRIO	PALMITAL	SÃO CARLOS	4
TERRITÓRIO	PALMITAL	NOVA ALIANÇA	22
TERRITÓRIO	PALMITAL	BELA MANHÃ	159
TERRITÓRIO	PITANGA	NOVA ESPERANÇA	35
TERRITÓRIO	RONCADOR	RIO AZUL	33
TERRITÓRIO	SANTA MARIA DO OESTE	RECANTO FELIZ	16
TERRITÓRIO	SANTA MARIA DO OESTE	ESTRELA DO OESTE	94
JURISDIÇÃO	ALVORADA DO SUL	IRACI SALETE	59
JURISDIÇÃO	AMAPORA	ANTONIO CONSELHEIRO	36
JURISDIÇÃO	AMAPORA	COMPANHEIRA ROSELI NUNES	58
JURISDIÇÃO	ARAPONGAS	DORCELINA FOLADOR	94
JURISDIÇÃO	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES	40
JURISDIÇÃO	BARRACAO	COLETIVO DA FRONTEIRA	9
JURISDIÇÃO	BARRACAO	COLMÉIA	5
JURISDIÇÃO	BITURUNA	ETIENE	21
JURISDIÇÃO	BITURUNA	SANTA BÁRBARA	47
JURISDIÇÃO	BITURUNA	12 DE ABRIL	204
JURISDIÇÃO	BITURUNA	CRICIUMINHA	23
JURISDIÇÃO	BITURUNA	SONHO DE ROSE	31
JURISDIÇÃO	BOA ESPERANCA DO IGUACU	FAZENDA BOA ESPERANÇA	19
JURISDIÇÃO	CASCABEL	SANTA TEREZINHA	41
JURISDIÇÃO	CASCABEL	JANGADINHA	22
JURISDIÇÃO	CASCABEL	COLÔNIA PENAL TORMENTA	12
JURISDIÇÃO	CASCABEL	FAZENDA BARATTER	27
JURISDIÇÃO	CASCABEL	FAZENDA REFOPÁS	85

JURISDIÇÃO	CASCABEL	FAZENDA FLAMAPEC	233
JURISDIÇÃO	CASTRO	ABAPAN	41
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	PASSO FUNDO	41
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	TERRA BOA	20
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	ESTRELA DO MEIO	20
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	27 DE OUTUBRO	159
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	RETIRO I	18
JURISDIÇÃO	FAROL	FAROL	8
JURISDIÇÃO	FAROL	SITIO SÃO JOÃO	6
JURISDIÇÃO	FAXINAL	TRÊS BARRAS	36
JURISDIÇÃO	FERNANDES PINHEIRO	AVENCAL	11
JURISDIÇÃO	FERNANDES PINHEIRO	FAXINAL DOS MINEIROS	7
JURISDIÇÃO	FERNANDES PINHEIRO	JOSÉ GOMES DA SILVA	16
JURISDIÇÃO	FLORESTOPOLIS	FLORESTAN FERNANDES	29
JURISDIÇÃO	FRANCISCO BELTRAO	MISSÓES	134
JURISDIÇÃO	GENERAL CARNEIRO	COLINA VERDE	53
JURISDIÇÃO	GENERAL CARNEIRO	RECANTO BONITO	66
JURISDIÇÃO	GENERAL CARNEIRO	RIO CATEQUESE	20
JURISDIÇÃO	GUAMIRANGA	ROLA PEDRA	9
JURISDIÇÃO	GUAMIRANGA	PEDRA PRETA	11
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	FAZENDA CAROLINA	27
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	PAIOL DE TELHA	61
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	EUROPA	23
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	ROSA	32
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	FAZENDA BANANAS	61
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	CHOPIM II	70
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	CHOPIM III	19
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	CHOPIM IV	21

JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	NOVA TERRA	72
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	TUPY	23
JURISDIÇÃO	ICARAIMA	RIBEIRINHO	21
JURISDIÇÃO	ICARAIMA	ZARANTONELLO	17
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	BOM RETIRO	11
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	FAXINAL DOS RODRIGUES	20
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	JOSÉ DIAS	106
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	EVANDRO FRANCISCO	74
JURISDIÇÃO	IPIRANGA	SANTANA DO IPIRANGA	23
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	MASCOTE	19
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	SALETE STROZAKE	56
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	UNIÃO SANTA ADÉLIA	13
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	AGUSTINHO EDERLI	55
JURISDIÇÃO	JACAREZINHO	JACAREZINHO	9
JURISDIÇÃO	JARDIM ALEGRE	8 DE ABRIL	564
JURISDIÇÃO	JARDIM OLINDA	MÃE DE DEUS	53
JURISDIÇÃO	LAPA	CONTESTADO	106
JURISDIÇÃO	LINDOESTE	FAZENDA VITORIA	152
JURISDIÇÃO	LINDOESTE	CAPÃO VERDE	20
JURISDIÇÃO	LINDOESTE	CERRO AZUL	19
JURISDIÇÃO	LONDrina	PÓ DE SERRA	14
JURISDIÇÃO	LUIZIANA	LUZ	24
JURISDIÇÃO	LUIZIANA	RIO LARANJEIRAS	17
JURISDIÇÃO	MANGUEIRINHA	FAZENDA MACHADO	12
JURISDIÇÃO	MANGUEIRINHA	NATAL DA ESPERANÇA	25
JURISDIÇÃO	MANGUEIRINHA	VITÓRIA	41
JURISDIÇÃO	MARILENA	SEBASTIÃO CAMARGO FILHO	41
JURISDIÇÃO	MARILENA	SANTO ANGELO	36

JURISDIÇÃO	MARILENA	QUATRO IRMÃOS	28
JURISDIÇÃO	MARILUZ	NOSSA SENHORA APARECIDA	235
JURISDIÇÃO	MARMELEIRO	SÃO JORGE	17
JURISDIÇÃO	MARMELEIRO	ANJO DA GUARDA	19
JURISDIÇÃO	MARMELEIRO	EDUARDO RADUAN	364
JURISDIÇÃO	MAUA DA SERRA	NOVO MUNDO	58
JURISDIÇÃO	MIRADOR	MONTE AZUL	27
JURISDIÇÃO	MORRETES	NHUNDIAQUARA	145
JURISDIÇÃO	NOVA LONDRINA	BRIZANTA	27
JURISDIÇÃO	NOVA PRATA DO IGUACU	FAZENDA NOVA PRATA	30
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	VOLTA GRANDE/ ESTRELA	3
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	FAZENDA ESTRELA	23
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	LIBERTAÇÃO CAMPONESA	380
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	PADRE JOSINO	10
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	IRACI SALETE STROZAKE II	42
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	ÍNDIO GALDINO	35
JURISDIÇÃO	PALMAS	BOM RETIRO BUTIA	55
JURISDIÇÃO	PALMAS	CRUZEIRO DO SUL	30
JURISDIÇÃO	PALMAS	MARGEM DO IRATIM	48
JURISDIÇÃO	PALMAS	PARAISO DO SUL	56
JURISDIÇÃO	PALMAS	SÃO LOURENÇO	54
JURISDIÇÃO	PALMEIRA	PINHEIRAL	14
JURISDIÇÃO	PALMEIRA	PALMARES II	10
JURISDIÇÃO	PARANACITY	SANTA MARIA	22
JURISDIÇÃO	PEABIRU	SANTA RITA	83
JURISDIÇÃO	PEABIRU	MONTE ALTO	17
JURISDIÇÃO	PEABIRU	MARAJÓ	58
JURISDIÇÃO	PLANALTINA DO PARANA	SUMATRA	29

JURISDIÇÃO	PRIMEIRO DE MAIO	BARRA BONITA	13
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	PONTAL DO TIGRE	338
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	CHICO MENDES	81
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	CHE GUEVARA	70
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	ZUMBI DOS PALMARES	23
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	LUIZ CARLOS PRESTES	50
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	FAZENDA SANTANA	21
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	ANTONIO TAVARES PEREIRA	41
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	IRMÃ DOROTHY	77
JURISDIÇÃO	QUINTA DO SOL	RONCADOR	62
JURISDIÇÃO	RAMILANDIA	16 DE MAIO	209
JURISDIÇÃO	RENASCENCA	QUEBRA-BRAÇO	22
JURISDIÇÃO	RENASCENCA	SANTA TEREZA	20
JURISDIÇÃO	RESERVA	FIO DE OURO	11
JURISDIÇÃO	RESERVA	RENASCENÇA	10
JURISDIÇÃO	RESERVA	RECANTO DA AMIZADE	26
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	OZIEL ALVES PEREIRA	13
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	17 DE ABRIL	74
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	PARANÁ	28
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	TEIXEIRINHA	24
JURISDIÇÃO	SANTA MONICA	ILDO LUIZ PERRUZO	34
JURISDIÇÃO	SANTA TEREZA DO OESTE	SEPÉ TIARAJÚ	19
JURISDIÇÃO	SANTA TEREZA DO OESTE	OLGA BENARIO	10
JURISDIÇÃO	SANTO INACIO	NORTE SUL	15
JURISDIÇÃO	SANTO INACIO	NOVO HORIZONTE	51
JURISDIÇÃO	SAO JOAO DO CAIUA	TAPERIVA	32
JURISDIÇÃO	SAO JOAO DO TRIUNFO	JOSÉ MARIA	19
JURISDIÇÃO	SAO JOAO DO TRIUNFO	MADRE CRISTINA	12

JURISDIÇÃO	SAO PEDRO DO IGUACU	NOVA UNIÃO	42
JURISDIÇÃO	SAUDADE DO IGUACU	NOVA FARTURA	169
JURISDIÇÃO	TAMARANA	MANDAÇAIA	29
JURISDIÇÃO	TAMARANA	MUNDO NOVO	27
JURISDIÇÃO	TAMARANA	UNIÃO CAMPONESA	26
JURISDIÇÃO	TAMARANA	DO TESOURO	24
JURISDIÇÃO	TAMARANA	CRUZ DE MALTA	14
JURISDIÇÃO	TAMARANA	CACIQUE	11
JURISDIÇÃO	TEIXEIRA SOARES	ERNESTO CHE GUEVARA	102
JURISDIÇÃO	TEIXEIRA SOARES	SÃO JOAQUIM	96
JURISDIÇÃO	TEIXEIRA SOARES	JOÃO MARIA DE AGUSTINHO	35
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	NOSSA SENHORA DA PENHA	36
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	SANTO ANTONIO DAS ÁGUAS DO CORVO I	52
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	SÃO PAULO	17
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	VIDA NOVA	26
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	SÉTIMO GARIBALDI	37
JURISDIÇÃO	TIBAGI	VASTO HORIZONTE	26
JURISDIÇÃO	TIBAGI	FAZENDA RETIRO	8
JURISDIÇÃO	TIBAGI	BOA VISTA	18
JURISDIÇÃO	TIBAGI	MENINO JESUS	31
JURISDIÇÃO	TIBAGI	RINCÃO	30
JURISDIÇÃO	TIBAGI	RANCHO ALEGRE	15
JURISDIÇÃO	TIBAGI	DONA TONIA	36

VI – Famílias atendidas com Assistência Técnica – Programa 1427 – Ação 4470.